



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO

FABIANA DE OLIVEIRA BENEDITO

**A comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como
uma experiência do Comum**

CAMPINAS

2021

FABIANA DE OLIVEIRA BENEDITO

**A comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como
uma experiência do Comum**

Dissertação de mestrado apresentada ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima

Co-orientador: Prof. Dr. Rafael de Almeida Evangelista

Este exemplar corresponde à versão final da
Dissertação defendida pela aluna Fabiana de
Oliveira Benedito, e orientada pela Profa. Dra.
Márcia Maria Tait Lima.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

B434c Benedito, Fabiana de Oliveira, 1991-
A comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como uma experiência do Comum / Fabiana de Oliveira Benedito. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Márcia Maria Tait Lima.

Coorientador: Rafael de Almeida Evangelista.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Feminismo. 2. Comum. 3. Marcha Mundial das Mulheres. 4. Comunicação popular. 5. Pesquisa militante. I. Lima, Márcia Maria Tait, 1980-. II. Evangelista, Rafael de Almeida, 1975-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The popular and feminist communication of World March of Women (WMW) as an experience of the Common

Palavras-chave em inglês:

Feminism

Common

World March of Women

Popular communication

Militant Research

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Márcia Maria Tait Lima [Orientador]

Fabiano Ormanze

Renata Faleiros Camargo Moreno

Data de defesa: 28-05-2021

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8937-4759>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5695058851858148>



BANCA EXAMINADORA

Márcia Maria Tait Lima - Presidenta

Fabiano Ormaneze - Avaliador Titular

Renata Faleiros Camargo Moreno - Avaliadora Titular

IEL/UNICAMP

2021

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós-Graduação do IEL.

*Às mulheres que seguem em marcha,
até que todas sejamos livres!*

AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos até a defesa desta dissertação foram duros, por motivos pessoais e conjunturais, mas estiveram sempre permeados pelo afeto de muita gente. Começo agradecendo à Raquel Lindoso e à Luiza Mançano, que foram as pessoas que me incentivaram a voltar a estudar e sempre repetiram que esse também poderia ser meu lugar, se eu quisesse que fosse. Esta lembrança foi fundamental, inúmeras vezes, nos muitos momentos de desesperança vividos nos últimos anos. Agradeço por ter compartilhado a vida com elas e ter aprendido tantas coisas, de tantas maneiras diferentes.

Agradeço às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, que são a razão, o caminho e o sentido deste trabalho e de parte considerável do que eu acredito e faço cotidianamente. Iolanda Ide, que é o coração mais generoso que eu já encontrei pelo caminho. Tica Moreno, que acredita em mim e me empurra para frente, sempre que preciso. Glaucia Fraccaro, que é inspiração e acolhida desde que nos conhecemos. Helena Zelic, Isadora Mendes, Camila Paula, Isabelle Azevedo, que foram entrevistadas para a realização deste trabalho, e todas as comunicadoras da Marcha que partilharam o percurso da pesquisa comigo. Também sou grata às militantes com as quais compartilhei e compartilho outras tarefas e muitos sonhos. Sonia Santos, Maria Fernanda Marcelino, Natália Lobo, Helena Nogueira (que nos deixou recentemente) e tantas outras integrantes do nosso movimento.

Sou grata à Martha Raquel Rodrigues, minha amiga de todas as horas e de todas as missões, que me ensina a encarar a vida com mais leveza. Marie-Lou Lery-Lachaume, que me acolhe, diverte e faz meu mundo mais feliz há muitos anos. Andreia Barbieri e Viviane Garcia, que ouvem, entregam e estão sempre comigo. Miriam Mançano, por todo carinho compartilhado. Também agradeço à Alice Gauto, que não é somente a família que eu escolhi, mas, sobretudo, a que eu tive a sorte de encontrar. Agradeço a minha mãe, Rosa Maria Zanette, e a minha avó, Idalina Alves de Oliveira, que são o motivo pelo qual não desisto. Sou grata por todo o cuidado, dedicação e por terem entregado tudo o que tinham – e tantas vezes o que não tinham – para que eu pudesse seguir os meus próprios caminhos. Também deixo agradecimentos para o meu irmão, Fábio de Oliveira, e para o meu padrasto, Luis Zanette.

Agradeço à Márcia Tait, minha orientadora, por sua torcida, incentivo e generosidade, sem os quais eu certamente não teria encerrado o processo de escrita. Agradeço ao Rafael Evangelista, pela co-orientação, à Marta Kanashiro, que foi minha orientadora no início do mestrado, e a todas as trabalhadoras e trabalhadores do Labjor e da Unicamp, bem como as

minhas colegas de turma do mestrado, Jesuane Salvador e Cleide Elizeu, pelo compartilhamento das angústias e da torcida mútua. Carol Scartezini, Paulo Muzio, Guilherme Cavalcanti e Maria Cortez pelo apoio e inspiração. Ter encontrado estas pessoas tornou o caminho menos solitário. Também sou grata ao Fabiano Ormaneze, que participou da banca de qualificação e de defesa deste trabalho e para mim é um professor, no sentido mais potente da palavra.

Agradeço, por fim, à Ellen, minha companheira, pelo encontro profícuo, pelo apoio e pelo carinho que ajudam a encarar todos os desafios, tornando os dias mais doces e cheios de vida.

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar e sistematizar os processos comunicativos e a elaboração política sobre comunicação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), no Brasil, como uma experiência do Comum, a fim de situar a comunicação dentro de um projeto político feminista, em diálogo com outras frentes de resistência e criação de alternativas. Isto foi feito a partir de uma pesquisa militante, nos marcos dos debates sobre pesquisa participante na América Latina. Parto da hipótese de que há um reducionismo que marca a discussão sobre comunicação no Brasil, mesmo entre os movimentos sociais e populares, e que compreender a comunicação como processo e como parte constitutiva – e não apenas de divulgação – das lutas coletivas pode ajudar a recuperar uma visão crítica acerca da temática, que hoje parece escamoteada. Para realização deste trabalho, utilizei as pesquisas bibliográfica e documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas, questionário e grupo focal, relacionando bibliografias e reflexões sobre o Comum, a comunicação popular e o feminismo, tendo como foco o Coletivo de Comunicadoras da MMM, que surgiu em 2013, a partir do que foi chamado de Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais, criada durante o 9º Encontro Internacional da Marcha, realizado em São Paulo (SP) neste mesmo ano. Ao final, proponho uma sistematização da experiência do coletivo em quatro eixos que se relacionam com a perspectiva da política do Comum. Além disso, a pesquisa teve a construção de uma linha do tempo do coletivo como um de seus resultados.

Palavras-chave: Feminismo, Comum, Marcha Mundial das Mulheres, Comunicação Popular, Pesquisa Militante.

ABSTRACT

This study aimed to analyze and systematize the communicative processes and the political elaboration on communication of the World March of Women (WMW), in Brazil, as an experience of the Common, in order to situate communication within a feminist political project, in dialogue with other fronts of resistance and creation of alternatives. This was done based on a militant research, within the framework of the debates on participatory research in Latin America. I started from the hypothesis that there is a reductionism that marks the discussion about communication in Brazil, even among social and popular movements, and that understanding communication as a process and as a constitutive part - and not only as disclosure - of collective struggles can help to recover a critical view on the theme, which today seems hidden. To carry out this work, I used bibliographic and documentary research, participant observation, semi-structured interviews, questionnaire and a focus group, relating bibliographies and reflections on the Common, popular communication and feminism, focusing on the WMW Collective of Communicators, which appeared in 2013, based on what was called the Social Movements Communication Convergence, created during the 9th International March Meeting, held in São Paulo (SP) this same year. At the end, I propose a systematization of the collective experience, in axes that relate to the perspective of the politics of the Common. In addition, the research had the construction of a timeline of the collective as one of its results.

Keywords: Feminism, Common, World March of Women, Popular Communication, Militant Research.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar y sistematizar los procesos comunicativos y la elaboración política de la comunicación de la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM), en Brasil, como una experiencia del Común, para situar la comunicación dentro de un proyecto político feminista, en diálogo con otros frentes de resistencia y creación de alternativas. Esto se hizo a partir de una investigación militante, en el marco de los debates sobre la investigación participativa en América Latina. Partí de la hipótesis de que hay un reduccionismo que marca la discusión sobre la comunicación en Brasil, incluso entre los movimientos sociales y populares, y que entender la comunicación como proceso y como parte constitutiva - y no sólo como divulgación - de las luchas colectivas puede ayudar a recuperar una visión crítica sobre el tema, que hoy parece oculta. Para realizar este trabajo, utilicé las investigaciones bibliográfica y documental, la observación participante, entrevistas semiestructuradas, cuestionario y un grupo focal, relacionando bibliografías y reflexiones sobre el Común, la comunicación popular y el feminismo, centrándome en el Colectivo de Comunicadoras de la MMM, surgido en 2013, a partir de lo que se llamó la Convergencia de Comunicación de los Movimientos Sociales, creada durante el 9º Encuentro Internacional de la Marcha, realizado en São Paulo (SP) ese mismo año. Al final, propongo una sistematización de la experiencia del colectivo en ejes que se relacionan con la perspectiva de la política del Común. Además, la investigación tuvo como uno de sus resultados la construcción de una línea de tiempo del colectivo.

Palabras clave: Feminismo, Común, Marcha Mundial de las Mujeres, Comunicación Popular, Investigación Militante.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALAI - Agencia Latinoamericana de Información

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALCA - Área de Livre-Comércio das Américas

ALER - Asociación Latinoamericana de Educación Radiofônica

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ATER - Assessoria Técnica e Extensão Rural

BM - Banco Mundial

CAOI - Coordinación Andina de las Organizaciones Indígenas

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CF8 - Centro Feminista 8 de março

CLOC/VC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo/Via Campesina

CMI - Conselho Indigenista Missionário

CMP - Central dos Movimentos Populares

CNMT - Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

EME - Encontro de Mulheres Estudantes

EPC - Economia Política da Comunicação

FBP - Frente Brasil Popular

FES - Fundação Friedrich Ebert

FMI - Fundo Monetário Mundial

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FSM - Fórum Social Mundial

GGJ - Grassroots Global Justice

IP - Instituto Procomum

LABJOR - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MCC - Movimento Contra a Carestia

MCV - Movimento do Custo de Vida
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MOM - Media Ownership Monitor
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU - Organização das Nações Unidas
PLCC - Projeto de Leitura Crítica da Comunicação
PO - Pastoral Operária
PT - Partido dos Trabalhadores
RED TECLA - Rede de Avaliação Social de Tecnologias na América Latina
REF - Rede Economia e Feminismo
REMTE - Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia
RMR - Radio Mundo Real
RSF - Repórteres Sem Fronteiras
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social
UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIVASF - Universidade Federal do Vale São Francisco
UNM - União de Movimentos de Moradia
WLSA - Women and Law in Southern Africa

LISTA DE IMAGENS

- **Imagem 1:** Quadro elaborado por Oscar Jara (2000) para abordar a conexão entre sistematização, avaliação e pesquisa
- **Imagem 2:** Estados onde a MMM está organizada. Crédito: SOF
- **Imagem 3:** Formação do Coletivo de Comunicadoras, no Encontro Internacional. Crédito: Elaine Campos
- **Imagem 4:** Print do texto no blog da MMM sobre a ação *Somos Todas Apodi*
- **Imagem 5:** Foto da rádio produzida coletivamente na Cúpula dos Povos. Crédito: Convergencia de medios en la Cumbre de los Pueblos
- **Imagem 6:** Registro da convergência de comunicação na Cúpula dos Povos. Crédito: Convergencia de medios en la Cumbre de los Pueblos
- **Imagem 7:** Registro da sala de apoio da Convergência de Comunicação no 9º Encontro Internacional da MMM. Crédito: Elaine Campos
- **Imagem 8:** Registro da oficina de formação do Coletivo de Comunicadoras realizada em São Paulo. Crédito: Luiza Mançano
- **Imagem 9:** Imagem que simula notícia de jornal sobre a inauguração da “Embrapa Agroecológica”. Crédito: Reprodução do blog da MMM
- **Imagem 10:** Print do relatório produzido pelo Coletivo de Comunicadoras
- **Imagem 11:** Cartaz da 4ª Ação Internacional da MMM. Crédito: Natália Montenegro
- **Imagem 12:** Militantes em manifestação em defesa da democracia. Crédito: Rovena Rosa
- **Imagem 13:** Apresentação do grupo de comunicação do encontro. Crédito: Isadora Mendes
- **Imagem 14:** Registro da rádio improvisada na Ocupação da Casa da Mulher Brasileira. Crédito: Reprodução do *Instagram* da MMM
- **Imagem 15:** Registro da oficina facilitada por Isabelle Azevedo, em Moçambique. Crédito: Arquivo pessoal
- **Imagem 16:** Varal com registro das ações da MMM em seus 20 anos de trajetória. Crédito: Arquivo MMM
- **Imagem 17:** Print do boletim, via *Telegram*, com as notícias sobre o seminário internacional
- **Imagem 18:** Card de divulgação da oficina virtual, como parte das Trilhas Feministas

- **Imagem 19:** Cartaz de divulgação do livro e das animações sobre as críticas ao poder corporativo. Crédito: SOF e MMM
- **Imagem 20:** Colcha da Solidariedade. Crédito: Arquivo MMM
- **Imagem 21:** Registro da oficina sobre mulheres e extrativismo, na qual houve a discussão sobre a comunicação. Crédito: Arquivo MMM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Pontos de partida	17
Questões que atravessam o percurso da pesquisa.....	19
Objetivos deste trabalho	23
Estrutura da dissertação.....	24
Trajetória e etapas da realização do trabalho	26
CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	29
1.1 Crítica feminista à ciência: “a política por outros meios”	29
1.2 Da denúncia à proposição: parcialidade consciente, saberes localizados e a lógica do questionamento.....	33
1.3 A pesquisa militante	37
1.4 Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.....	40
CAPÍTULO 2 - A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E O COLETIVO DE COMUNICADORAS	48
2.1 O feminismo da Marcha Mundial das Mulheres	48
2.2 A história contada pelos processos organizativos	55
2.3 O Coletivo de Comunicadoras e a comunicação na Marcha Mundial das Mulheres	64
2.4 Linha do tempo do Coletivo de Comunicadoras	71
CAPÍTULO 3 - COMUNICAÇÃO POPULAR E FEMINISTA: PALAVRAS E PROCESSOS PARA EMANCIPAÇÃO	99
3.1 Palavra e democracia.....	100
3.2 Concentração midiática e monopólios digitais: desafios para a democracia.....	106
3.3 A dimensão processual da comunicação	112
3.4 A comunicação popular e feminista.....	116
CAPÍTULO 4 - O COMUM E A COMUNICAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES	125
4.1 Notas sobre o Comum a partir de uma lente feminista.....	125
4.2 A comunicação popular e feminista como uma experiência do Comum	138
4.3 Velhos cercamentos.....	140
4.4 Novos cercamentos.....	147
4.5 Nossas resistências	155
4.6 Nossos desafios	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	188

INTRODUÇÃO

Pontos de partida

No século XXI, o mundo vivencia um acirramento do conflito do capital contra a vida. Trocando em miúdos, assistimos à ascensão de um conservadorismo cada vez mais violento, ao mesmo tempo que as políticas econômicas e sociais penalizam a classe trabalhadora, em especial as mulheres, sobretudo as negras e rurais. As perguntas que permeiam a atuação – e às vezes a inércia – de todo um campo político comprometido com a transformação das estruturas que sustentam essas políticas antipopulares são, também, sobre como virar essa maré.

As respostas para tais questionamentos certamente não são consensuais, mas uma análise tem se repetido em discursos de sujeitos políticos diversos dentro desse campo: a de que a disputa pela transformação social passa necessariamente, e cada vez mais, pela comunicação. Comunicação, nesse sentido, nomeia uma série de coisas: a comunicação digital e a difusão de mensagens nas redes sociais, a mídia tradicional e, ainda, o processo de construção de comunicação popular em variados meios, para citar alguns exemplos. Por essa amplitude, que não se limita aos inúmeros significados que a palavra comunicação pode ter, mas também pelos desafios de construção e/ou análise que permeiam qualquer um desses sentidos, é preciso fazer algumas considerações que servem a este trabalho especificamente. Aqui, estamos encarando a comunicação como um direito humano, um instrumento político que cumpre destacado papel na disputa por hegemonia, e uma prática com ressonâncias da educação libertadora (PERUZZO, 2017).

Helena Martins, em sua obra *Comunicações em tempo de crise: economia e política* (2020), nos alerta justamente para a necessidade de que a polissemia do termo comunicação não reduza ou simplifique nossa capacidade crítica e/ou imaginativa. Ao falar sobre os meios de comunicação de massa, como a TV, o rádio e o jornal, e sobre a comunicação mediada pelas plataformas digitais, a autora afirma que os donos da mídia, seja ela tradicional ou digital, seguem atuando a serviço do capital, nacional e estrangeiro, e, sobretudo, em defesa de interesses privados. A concentração midiática, em sua análise, apequena a diversidade de ideias e possibilita que o empresariado das comunicações siga disseminando suas visões de

mundo como as únicas possíveis, invisibilizando antagonismos e alternativas. Ao analisar a conceituação gramsciana de mídia, que abordaremos no terceiro capítulo, enquanto um aparelho privado de hegemonia, Fernandes (2012) destaca que:

Na estrutura social, a mídia, em todas suas expressões, ocupa papel central na disputa pela hegemonia, com sua ampla difusão na sociedade e enquanto parte constitutiva dos processos culturais e também como formadora da cultura. Os meios de comunicação participam dos jogos simbólicos em torno da formação das identidades e das representações, criando espaços de sociabilidade e de construção de sentidos do real. (p.70).

Dizer que as alternativas estão sendo invisibilizadas, no entanto, não significa diminuí-las ou apagá-las. Ao contrário, é uma constatação que busca reconhecer que a disputa política se dá de modo assimétrico, obstaculizando a projeção de vozes dissonantes (MARTINS, 2020). Diante desse cenário, cabe perguntar: qual o papel dos movimentos sociais na disputa política da comunicação? O que a comunicação popular e feminista tem a dizer sobre isso? Algumas respostas para estes questionamentos têm sido ensaiadas – muitas vezes com mais prática que formulação – na atuação de inúmeras organizações de esquerda, mas dentro desse campo ainda é possível angular a visão, situar e parcializar o olhar para ver melhor. Neste caso, quero analisar e sistematizar as contribuições das práticas e elaborações políticas feministas na comunicação popular, compreendidas como uma experiência do Comum, a partir do caso da Marcha Mundial das Mulheres.

O que tem a ver comunicação popular e feminismo? O que as práticas feministas nos dizem sobre a experiência coletiva de fazer comunicação popular? Essas práticas podem ser vistas como uma experiência do Comum? São essas perguntas que este trabalho pretende responder, mesmo que parcialmente. Para isso, tivemos como foco o Coletivo de Comunicadoras da MMM, composto por militantes que constroem a organização em diferentes estados do país. Esse coletivo, que atua de modo horizontal e colaborativo, é tanto reflexo, quanto impulso do acúmulo sobre o tema dentro do movimento feminista e dos movimentos sociais, de modo mais amplo, com os quais a Marcha mantém alianças e diálogos.

Questões que atravessam o percurso da pesquisa

Em 1979, a socióloga ecofeminista alemã Maria Mies escreveu sobre a contradição entre ser mulher e pesquisadora. A justificativa para sua tese, de que esse contrassenso existia, é que as instituições científicas eram predominantemente ocupadas por homens e, mais do que isso, que havia um *modus operandi* masculino na ciência, de modo que a incongruência seria imposta para as mulheres. Em *Towards a methodology of women's studies* (1979), Mies afirma que, para desmontar esse modo de funcionamento, os estudos sobre as mulheres não poderiam ser um fim em si mesmos. Seria preciso, além disso, que tivessem a emancipação individual e coletiva como horizonte.

A autora reflete sobre o apagamento das vidas, trabalhos e lutas das mulheres nas pesquisas, opinando que ele não se deve somente à superioridade numérica de homens nos departamentos e instituições de ensino, mas também a questões metodológicas e epistemológicas que demandam que mulheres se utilizem de uma dupla consciência. Essa é simultaneamente um obstáculo e uma potência política: a de ser ao mesmo tempo pesquisadora e mulher e não poder sublimar o que nenhuma dessas experiências significa. A dupla consciência exige reconhecer que sucumbir a uma suposta neutralidade da pesquisa nos conduziria a uma condição intelectualmente disfuncional e contraproducente.

Segundo Mies, para seguir postulados fundantes da ciência moderna (como neutralidade, universalidade e objetividade), que ela aponta como sexistas, seria preciso reprimir, negar e ignorar as experiências coletivas de ser mulher e lançar mão de demasiado esforço para se encaixar em um mundo acadêmico norteado por “padrões racionais”, referenciados em um sujeito masculino (Ibidem).

Quatro décadas se passaram desde que a socióloga redigiu essas palavras e as estatísticas sobre a presença das mulheres na academia muitas vezes são outras, já as normas nem tanto. Como mulheres, ainda somos desafiadas a demonstrar que a universalidade, a neutralidade e a objetividade não são apenas falaciosas, mas falácias androcêntricas¹. Muitas

¹ “Tendência para colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros.” Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/androcentrismo/>>. Acesso em: 09 nov. de 2020.

nos antecederam e hoje há um vasto repertório sobre a ideia de que nossas experiências não são subjetivismo e que “a cabeça pensa onde os pés pisam”², como escreveu Frei Betto.

Em concordância com as reflexões apresentadas acima, esta pesquisa se justifica por algumas razões diferentes. Uma delas é a defesa do direito e da importância de falar sobre as experiências coletivas das mulheres organizadas em movimentos sociais e populares, não a partir de um olhar estrangeiro, mas endógeno. Nesse sentido, a análise e a sistematização empreendidas nestas páginas tratam das práticas comunicativas e da elaboração política sobre comunicação na Marcha Mundial das Mulheres, organização da qual faço parte desde 2014, compondo também o Coletivo de Comunicadoras, que foi formado em 2013.

Ao contrário do que algumas pessoas podem pensar, essa propositura é fruto de mais dúvidas que certezas. Longe de forjar uma suposta imparcialidade, assumo, tal qual propõe Mies, uma parcialidade consciente – ou seja, uma postura ao mesmo tempo crítica e dialógica – que reconhece os movimentos sociais e populares como produtores de conhecimentos, mas acredita que, dentro desse conjunto de organizações, a visão das mulheres sobre determinados temas, como a comunicação, é muitas vezes escamoteada e pode ganhar mais visibilidade. Para isso, me propus a juntar as pontas de uma experiência que pode servir de ponto de partida e/ou referência para olhar para outras que se assemelham a ela.

Desse modo, a proposta se justifica pela defesa da pesquisa militante como não somente válida, mas também necessária. Abandonando o “truque de deus” de ver de lugar nenhum, como descreveu Donna Haraway na década de 1990, defendo aqui, em concordância com as formulações da autora, que vê melhor quem vê de um lugar corporificado, que não é universal, tampouco neutro (HARAWAY, 1995). Neste caso, localizar o saber é também transitar na fronteira, pois suponho que desmanchá-la seja trabalho coletivo e permanente, da relação abismal entre o objeto de pesquisa e a pesquisadora, colocando tais definições em xeque. Romper com dicotomias estáveis, estéreis e hierarquizantes é justamente uma das contribuições mais importantes da crítica feminista à ciência e à tecnologia (BANDEIRA, 2008). Sujeito e objeto, razão e emoção, natureza e cultura, público e privado são algumas das oposições que diversas teóricas feministas se esforçaram e ainda se esforçam para problematizar. Para a cientista social Lourdes Bandeira, essas “(...) díades se evidenciaram

² A frase foi retirada do texto *Manifestações e a torre de marfim*. Disponível em: <<https://www.freibetto.org/index.php/todos-os-artigos/37-manifestacoes-e-a-torre-de-marfim>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

incompatíveis com a dimensão ontológica da condição do humano, pois negam todas as possibilidades de interdependências e de historicidade” (2008, p. 220).

Nas páginas a seguir, proponho analisar a atuação e a elaboração política sobre comunicação do Coletivo de Comunicadoras da MMM como uma experiência do Comum. Tive, além disso, o objetivo de sistematizar³ essa experiência e, com isso, oportunizar uma visão feminista e popular do Comum que seja parcial e situada na realidade do movimento feminista brasileiro, especialmente. A opção por refletir sobre a ideia de Comum me interessa porque considero que essa é uma chave interpretativa que aglutina processos de enfrentamento ao neoliberalismo e articula diversas frentes das lutas da Marcha no Brasil e no mundo. O interesse pelo tema do Comum (ou mesmo dos comuns) emerge da constatação de uma tendência/necessidade coletiva. As ideias de Comum e de comuns têm figurado em diversos materiais e conversas da MMM nos últimos anos, de modo que sistematizar uma de suas experiências (a de comunicação), em diálogo com as outras, pode impulsionar uma apropriação coletiva do conhecimento e da articulação entre campos de atuação, mais do que do conceito.

A realização deste trabalho também se explica pela necessidade coletiva de refletir criticamente sobre a comunicação no projeto feminista da MMM. Com isso, quem sabe, poderemos ainda influenciar outros movimentos que compõem o campo político em que estamos circunscritas. Desse modo, esta pesquisa também se justifica por uma premência, que considero ser generalizada, de pensar criticamente o panorama geral sobre a comunicação no Brasil e qual o papel e a visão dos movimentos sociais e populares, em especial o feminista, em relação ao assunto.

A indispensabilidade da discussão se torna cada vez mais evidente. O período eleitoral de 2018 e os debates sobre comunicação suscitados nesse contexto são síntese de um processo anterior, de uma compreensão cada vez mais fragmentada sobre o tema, com foco nas redes digitais e seu potencial alcance. Tal fato escamoteia a dimensão processual da comunicação, rejeita a visão que a compreende como uma prática não só de especialistas e empresas, pretere a comunicação enquanto um direito humano e evidencia a perda de uma perspectiva crítica sobre o funcionamento das plataformas virtuais e mesmo da mídia tradicional.

³ No item 1.4 e no quarto capítulo, abordarei com mais profundidade a questão da sistematização para os movimentos sociais e populares.

Paradoxalmente, não param de aparecer evidências⁴ de que as redes sociais digitais, as quais têm figurado com centralidade nos debates sobre comunicação, funcionam como um negócio, responsável por orientar os fluxos comunicacionais a partir de interesses financeiros e políticos que não são populares e/ou emancipatórios e ainda atualizam a característica de monopolização⁵ que sempre marcou a comunicação no Brasil, ao invés de romper com ela.

Pesquisadoras e pesquisadores, entidades, organizações e militantes têm buscado responder parte das perguntas que emergem nesse contexto. No relatório *Direito à Comunicação no Brasil 2018*, do Coletivo Intervozes⁶, Helena Martins (2019) afirma que a prática de disseminação de notícias falsas, as chamadas *fake news*, que foi marca das eleições de 2018 e tem sido amplamente discutida nos anos subsequentes, gerando proposituras de legislação, inclusive, deve ser vista como uma maneira de violar o direito à comunicação em larga escala. Conforme aponta Fonseca (2018), compreender esses novos arranjos políticos e comunicativos que envolvem a disseminação das *fake news* é um desafio de grandes proporções, em parte por se tratar de um fenômeno em curso, mas também porque termos e conceitos assentados até outrora, como comunicação e informação, estão sendo ressignificados no presente.

Para esta investigação, interessa recuperar a compreensão da comunicação enquanto um processo dialógico e um direito humano, em uma visão híbrida. O educador Paulo Freire teorizou sobre a comunicação em alguns dos seus escritos e, conforme retoma Fonseca (2018, p. 76), chamou a atenção de educadoras e educadores para o fato de que a comunicação é uma construção e que “(...) precisávamos de uma Pedagogia da Comunicação, com que vencêssemos o desamor acrítico do antidiálogo” (FREIRE, 1978, p. 108). De acordo com Isabelle Azevedo, militante da Marcha Mundial das Mulheres no Ceará e participante do Coletivo de Comunicadoras, entrevistada para a realização deste trabalho, a comunicação popular é uma experiência dialógica ou mesmo multi-dialógica, justamente porque é necessária a partilha. Uma partilha que tem o objetivo último de transformar a comunidade e o mundo, e que considera a interdependência entre as pessoas não como um empecilho, mas

⁴ Lavits_Covid19_#8: o vírus segundo o WhatsApp: desinformação e morte no Brasil de Bolsonaro. Disponível em: <<http://lavits.org/o-virus-segundo-o-whatsapp-desinformacao-e-morte-no-brasil-de-bolsonaro/?lang=pt>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

⁵ Monopólios Digitais: concentração e diversidade na Internet. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/publicacoes/monopolios-digitaais-concentracao-e-diversidade-na-internet/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁶ O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Ver mais em: <<https://intervozes.org.br/>>. Acesso em: 05 maio 2021.

como uma potência para a mudança da realidade em que elas estão inseridas. A comunicação parte da comunidade e retorna a ela (AZEVEDO, 2020).

Enquanto um direito humano e uma prática dialógica, a comunicação diz respeito ao conjunto da sociedade e deve ser compreendida com base nos sujeitos políticos e interesses direta e indiretamente implicados em seus processos. Desse modo, se circunscreve a comunicação dentro de um projeto societário mais amplo, em disputa, no qual também estão inscritas outras frentes de resistência aos monopólios, à privatização e à financeirização. Nesse sentido, analisar e sistematizar a comunicação da Marcha Mundial das Mulheres como uma experiência do Comum, em diálogo com a perspectiva de Paulo Freire, é ao mesmo tempo buscar construir uma visão compartilhada sobre o conceito, ativando sua potência a partir da coletividade, e fazê-lo justamente em interação com outros campos de atuação da organização.

Acerca do Comum, considero que, enquanto modo de governança, “(...) o comum é um caminho, em constante movimento (...)” (SAVAZONI, 2018, n.p.). Dessa visão infiro que a comunicação na lógica consumidora, hegemônica na contemporaneidade, não é necessariamente uma amostra do Comum, no sentido que esse pressupõe um verbo, um “fazer em comum”, ou seja, não é uma prática dialógica. Na atuação dos movimentos sociais e populares, entretanto, se reivindica e afirma essa dimensão. Comum, nesse sentido, é o que se cria em conjunto e se segue fazendo. A própria definição de comunicação e a etimologia dessa palavra conduz à ideia de tornar comum, que remete ao retorno à comunidade, que, por sua vez, indica inter-relação e partilha com o outro (AZEVEDO, 2020).

Objetivos deste trabalho

O objetivo geral deste trabalho é analisar e sistematizar a experiência do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, a partir de suas práticas e elaborações políticas sobre comunicação, buscando compreendê-las em articulação com as outras frentes de resistência e construção de alternativas do movimento. Para isso, parti da hipótese de que essa pode ser considerada uma experiência do Comum. Além disso, tive a intenção de impulsionar um ponto de vista feminista sobre o Comum, com referência nas experiências comunicativas do feminismo popular no Brasil, a partir do caso da MMM.

Acerca do debate sobre comunicação, quis fomentar uma visão de comunicação que seja popular, feminista e crítica de sua fragmentação, mercantilização e instrumentalização, colocando em diálogo os debates sobre feminismo, comunicação popular e o Comum. Com isso, busquei compreender a comunicação como parte da luta feminista, em diálogo com outras frentes de atuação que se relacionam com o que estamos chamando de política do Comum.

Com a sistematização da experiência do Coletivo de Comunicadoras da MMM e, conseqüentemente, do acúmulo sobre o tema da comunicação dentro do movimento, também tive o objetivo de analisar em que medida ele se reflete no conjunto da organização.

Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, são apresentadas as reflexões metodológicas e epistemológicas que sustentam esta investigação, articulando formulações sobre a crítica feminista à ciência, a partir das elaborações de autoras como Patricia Hill Collins (2015, 2017), Lourdes Bandeira (2008), Alicia Puleo (2019), Cecília Sardenberg (2007), Evelyn Fox Keller (2006) e Maria Mies (1990). Em seguida, abordo algumas propostas da teoria feminista para o rompimento com os valores e as bases da ciência moderna, em especial as proposições dos saberes localizados, de Donna Haraway (1995); da parcialidade consciente, de Maria Mies (1979); e da objetividade forte, de Sandra Harding (2019). Depois disso, há uma discussão sobre as intersecções entre a teoria feminista e a pesquisa participante, com foco na modalidade militante, em particular, e no pensamento crítico, de modo mais geral. Acerca desse conjunto de metodologias, as produções de Fals Borda (1981), Carlos Rodrigues Brandão (2000), Jonathan Jaumont e Renata Varela (2016), Marcela Gajardo (2000) e Cicilia Peruzzo (2003) são as referências. Nesse tópico, também foram elencados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho e há uma breve introdução sobre a proposta de sistematização de experiência, a partir do arcabouço teórico desenvolvido por Elza Falkembach (2000) e Oscar Jara (2000).

No segundo capítulo, foi feita a apresentação da Marcha Mundial das Mulheres, situando seu projeto político em diálogo, principalmente, com Silvia Federici (2019), Sonia Alvarez (2014), Carmen Leticia Díaz Alba (2017), Janet Conway (2008), Pascale Dufour

(2005) e elaborações do próprio movimento. Uma entrevista concedida por Nalu Faria, da coordenação nacional da Marcha, para as pesquisadoras Carmen Susana Tornquist e Soraya Resende Fleischer (2012) também foi uma referência importante para a construção deste tópico. Na sequência, foi feita uma recuperação dos principais processos organizativos da MMM no Brasil, sobretudo a partir da cartilha *Feminismo em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres* (2019), publicada pela Sempreviva Organização Feminista (SOF). Para a apresentação do Coletivo de Comunicadoras, as principais referências utilizadas são publicações da Marcha, entrevistas semiestruturadas realizadas com militantes que fazem parte do grupo e respostas dadas a um questionário elaborado para a realização deste trabalho. O conjunto das respostas também foi fundamental para a construção da linha do tempo do coletivo, com a qual se encerra o capítulo dois. Além das respostas do questionário, considerações apresentadas no grupo focal, realizado em abril de 2021, foram utilizadas para o fechamento dessa cronologia.

O capítulo três é constituído por debates teóricos acerca da comunicação. Na primeira parte, há uma reflexão sobre o mutismo da sociedade brasileira, com base principalmente na produção teórica de Paulo Freire (1978), e sobre o significado do silêncio e da palavra para as mulheres, utilizando como referência o pensamento de autoras como Audre Lorde (2003), Gloria Anzaldúa (2000) e Michelle Perrot (2007). Depois disso, inicia-se a discussão sobre a questão da ideologia, da hegemonia e da importância da disputa política que não é somente atravessada, mas constituída pela comunicação. Para o desenvolvimento desse ponto, as principais referências foram a produção de Vito Giannotti (2014), Raquel Paiva (2005), e Cristina Simões Bezerra (2012) e seus estudos sobre a tradição gramsciana de pensamento. Na sequência, falo sobre a democratização da comunicação e, para isso, utilizo como referências o que escreveu Helena Martins (2020), Paulo Freire (1983), Giannotti (2014) e materiais da própria Marcha. A pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (MOM-Brasil)*, publicada pelo Intervezes e pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em 2018, também foi uma referência valiosa nesse percurso. Ainda nesse capítulo, discuto a questão do capitalismo digital e suas implicações para a comunicação, visto que a digitalização impõe novos desafios para a relação entre a comunicação e a democracia. Para o desenvolvimento desse tópico, foram fundamentais as elaborações coletivas feitas nas Trilhas Feministas, que foram sistematizadas por Renata Moreno para o caderno *Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento* (2020). Para falar sobre a dimensão processual da comunicação, a principal referência foram as formulações de Paulo Freire (1978, 1983). O capítulo foi

finalizado com um tópico sobre a comunicação popular. Para o seu desenvolvimento, foram utilizados os escritos de Regina Festa (1986), Mario Kaplún (1985), Cicilia Peruzzo (2006, 2008, 2011, 2013) e Raquel Paiva (2009, 2007).

No quarto e último capítulo, há algumas notas sobre a conceituação de Comum. Utilizei como referências produções teóricas de Silvia Federici (2014, 2017a, 2017b, 2018, 2020), publicações do Instituto Procomum (IP), formulações de Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen (1999), entre outras autoras e outros autores. Em seguida, há uma discussão sobre como esse conceito se articula com a comunicação e, por fim, a análise sobre se e como a comunicação da Marcha Mundial das Mulheres pode ser considerada uma experiência do Comum, com base tanto na teoria, quanto nos dados coletados nas entrevistas com as militantes, no questionário, na pesquisa documental, com a observação participante e o grupo focal, construindo uma visão compartilhada sobre o tema. O capítulo foi encerrado com a análise e a sistematização da experiência do Coletivo, em quatro eixos que dialogam com a perspectiva da política do Comum. Por fim, percepções gerais sobre o trabalho e sobre as questões que permanecem abertas, em relação aos temas discutidos nestas páginas, foram destacadas nas considerações finais.

Trajetória e etapas da realização do trabalho

Não sei precisar quando tive meu primeiro contato com o Coletivo de Comunicadoras da Marcha. Aproximei-me da MMM no final de 2013, passei a integrar o movimento em 2014 e, desde o início, minha atuação foi atravessada pela questão da comunicação. Puxando o fio da memória, encontro alguns momentos, em 2015, que marcaram minha aproximação com o coletivo. Eles fizeram parte da *4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, que consistiu em mobilizações realizadas no Vale do Ribeira (SP), no Rio de Janeiro (RJ) e em Brasília (DF), das quais pude participar presencialmente. No Vale do Ribeira, onde estivemos reunidas por dois dias (10 e 11 de julho), lembro-me que, no encerramento das atividades, houve uma grande marcha pela cidade de Registro. Sem que alguém precisasse me dar “permissão” e dizer que eu poderia fazer parte, senti muita vontade

de registrar aquele momento, entrevistar mulheres e, posteriormente, editar essas imagens. O registro resultou em um vídeo⁷ bastante simples, mas muito significativo para mim.

Um segundo momento foi a *Marcha das Margaridas*, em agosto do mesmo ano, em Brasília. Eram tantas mulheres, tantas histórias, uma diversidade tão grande, que me senti encantada e provocada a registrar tudo que eu pudesse, e novamente o fiz. O resultado desse processo também está documentado em um vídeo⁸, que evidencia minha pouca habilidade técnica com a edição audiovisual, mas é um indício de que, se a prática é o critério da verdade, não mentimos quando dizemos na apresentação do grupo que todas podemos ser comunicadoras. Olhando em retrospectiva, vejo que me sentir parte foi um processo orgânico e, justamente por isso, potente. Desde então, nunca mais deixei de participar do coletivo. Foram inúmeras reuniões, coberturas, discussões, etc.

Em 2018, quando entrei no programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC), do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), meu projeto era outro. O que une os dois temas propostos por mim para investigação é uma preocupação com a questão sobre como a comunicação faz parte do projeto político feminista, quais os desafios colocados para essa luta, quais contradições são enfrentadas pelas mulheres organizadas e, também, qual o nosso acúmulo sobre o tema. O trabalho ganhou a forma que corresponde ao resultado apresentado nestas páginas somente no início do segundo semestre de 2019.

Conforme abordo nesta introdução, desde 2018, dado o processo eleitoral marcado pela disseminação das *fake news*, as discussões sobre comunicação nos movimentos sociais e populares ficaram mais efervescentes. A luta contra a Reforma da Previdência também suscitou muitos debates nesse sentido, que resultaram em um desejo de compreender como a comunicação se conecta com as outras frentes de atuação e resistência do movimento feminista, em especial da Marcha Mundial das Mulheres. Nesse sentido, os processos coletivos de construção de conhecimento me fizeram chegar à ideia de Comum, como um conceito aglutinador das práticas anticapitalistas.

⁷ O vídeo *IV Ação Internacional MMM Vale do Ribeira* está disponível no *YouTube* da MMM. É possível assistir em: <<https://youtu.be/RNNm-IJxtq0>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

⁸ O vídeo *Margaridas em Marcha Brasília florida* está disponível no *YouTube*. É possível assistir em: <https://youtu.be/0342_599FUg>. Acesso em: 10 abr. de 2021.

A partir disso, dei continuidade à pesquisa bibliográfica e à pesquisa documental. Inúmeros documentos me ajudaram a fazer a análise e a sistematização presentes neste trabalho. A lista dos documentos acessados está em anexo (Anexo 1). No exercício da pesquisa bibliográfica foi que encontrei a proposta da sistematização de experiência, que deu nome e uma forma mais definida ao que eu gostaria de fazer. Após a aprovação deste trabalho pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), também foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta de dados. Duas foram realizadas presencialmente, em São Paulo, e outras três foram feitas virtualmente. O Curso de Comunicação Feminista, realizado no primeiro semestre de 2020, foi um momento privilegiado de observação participante, conforme será destacado no ponto 1.4, em que são elencados todos os instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

Por fim, em abril de 2021, foi realizado o grupo focal, com a participação de cinco informantes além de mim (quatro foram mulheres que haviam concedido as entrevistas semiestruturadas), com o objetivo de socializar a sistematização empreendida e colher impressões, sugestões, críticas, etc., sobre os resultados da pesquisa, em busca de tornar seu produto final o mais coletivo possível, dentro das condições dadas para o momento. Destaco que, para a realização deste trabalho, foi preciso selecionar alguns momentos e instrumentos de coletas de informação, visto que esta pesquisa é de caráter participativo e, mais especificamente, militante. A atuação de um movimento social é de uma grandiosidade difícil de ser descrita, o que não faz esse exercício ser dispensável. Cada etapa deste trabalho está informada tanto pela coleta de dados, quanto pela minha própria trajetória na organização.

CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Neste capítulo, busco situar as contribuições epistemológicas e metodológicas que orientam a pesquisa. São trabalhos que rompem com valores da ciência moderna, os quais são incompatíveis com a proposta de um trabalho científico que assuma que a produção de saberes é uma trincheira em que estão postos interesses e projetos antagônicos. O conhecimento científico é uma construção social e humana e, portanto, está informado pelas relações sociopolíticas temporal e geograficamente localizadas (JAUMONT e VARELLA, 2016). Além disso, o acúmulo das autoras e autores citados aqui propõe corporificar e situar saberes (HARAWAY, 1995). Ao final, foi feita uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados no trabalho.

A discussão apresentada aqui é fundamental para esta pesquisa, visto que ela também se justifica pela defesa da pesquisa militante enquanto uma modalidade legítima da produção de conhecimentos. Nos últimos anos, as críticas e ataques à ciência e às universidades têm crescido, fundamentados em notícias falsas e apelo aos valores conservadores que reivindicam “a verdadeira” ciência. As saídas para tal “crise” (entre aspas porque é possível que ela seja menos circunstancial do que parece) não podem prescindir da crítica aos pressupostos do fazer científico que se autodeclara neutro, objetivo, universal e racional. Ao contrário, é preciso reafirmar que tais crenças têm, historicamente, legitimado uma academia da qual a classe popular, em sua diversidade, foi apartada. Esta academia, permeada por uma lógica consumidora, que é característica do neoliberalismo, confere legitimidade ao conhecimento a partir de sua suposta serventia, no sentido mais limitador da palavra. Diante disso, cabe questionar não somente quem acessa os espaços que produzem conhecimentos legitimados socialmente, mas também colocar em xeque esses conhecimentos e a realidade que eles, possivelmente, ocultam.

1.1 Crítica feminista à ciência: “a política por outros meios”

Remontar às bases teóricas, metodológicas e epistemológicas que embasam esta investigação é uma tarefa que passa pelo exercício de responder sobre quem pode produzir ciência/conhecimento e sobre o que essa ciência/conhecimento pode falar. Estudar o movimento popular e feminista do qual faço parte, a partir dos princípios da pesquisa

militante, e escrever estas linhas em primeira pessoa são possibilidades que foram construídas em um longo caminho de esforços teóricos e políticos percorridos por estudiosas feministas e militantes desse e de diversos outros movimentos sociais e populares.

Historicamente, o lugar de cientista foi reservado aos homens brancos e das classes alta e média. Falar da crítica feminista à ciência, contudo, vai além de questionar a presença ou ausência das mulheres e das pessoas negras na academia, mesmo em áreas em que até hoje se mantém uma superioridade numérica de sujeitos brancos do sexo masculino. Essa superioridade é apenas parte do problema. Além de questionar quem produz conhecimentos com conferido status de legitimidade, é preciso desnaturalizar as bases dessa produção.

Trata-se, portanto, de questionar os pressupostos que balizam a construção da ciência moderna, tais como a suposta neutralidade do conhecimento, o universalismo, a crença em um caráter progressista da racionalidade científica e a própria linguagem androcêntrica que caracteriza a produção de ciência (BANDEIRA, 2008). E, além disso, não se trata de querer promover conhecimentos que sejam somente sobre mulheres ou outros grupos marginalizados socialmente, tampouco apenas escritos por sujeitos que compõem esses grupos, mas que tenham relevância para o conjunto das lutas coletivas (OAKLEY, 1998 apud SARDENBERG, 2007).

Desde a década de 1960, ao contrário do que estava posto no projeto moderno de ciência, que justificava a exclusão das mulheres com base na naturalização da inferioridade atribuída ao gênero feminino pela divisão sexual do trabalho e pela condição atemporal e monolítica do conhecimento científico, a teoria feminista tratou de apontar que o fazer científico está sempre informado por valores que não são neutros, nem universais e tampouco objetivos (BANDEIRA, 2008). Tratam-se de valores materiais e culturais situados no espaço geográfico e temporal.

Ao se opor às teorias e metodologias hegemônicas, a crítica feminista à ciência comporta um conjunto heterogêneo de contribuições que buscam romper, entre outras coisas, com dicotomias forjadas para hierarquizar sujeitos e saberes a partir das relações sociais de classe, raça e sexo. Nesse sentido, se caracteriza por uma relação de retroalimentação com os movimentos sociais e populares – e o movimento feminista, mais especificamente –, que operam questionando essas diferenças e hierarquizações, em busca de superá-las. O pensamento crítico, de modo geral, propõe um fazer científico que se desfaça das falsas divisões. Conforme afirmam Jaumont e Varela (2016), a relação entre teoria e prática é dialética e se retroalimenta, de modo que a produção teórica e reflexiva é capaz de potencializar a efetividade das ações práticas e cotidianas das lutas sociais, que proporcionam

a ampliação do entendimento da realidade, contribuindo para o acúmulo teórico sobre variados temas.

No artigo *Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão* (2015), a escritora feminista e professora universitária estadunidense Patricia Hill Collins discorre sobre a dicotomização e afirma que o uso de imagens estereotipadas ou controladas é fundamental para referendar relações de dominação e subordinação, que compreendem a dimensão simbólica das opressões, resultando em um pensamento com característica dicotômica – “ou/ou” – e na reafirmação da necessidade de hierarquização dos polos desses antagonismos. A autora sugere que quem a lê faça um exercício mental de recuperar características tidas como masculinas ou femininas e, a partir de uma breve sistematização, demonstra como elas estão associadas aos homens brancos e às mulheres brancas da classe média. Com isso, evidencia que esses esquemas simplificam a complexidade da estrutura social, apagando intencionalmente a diversidade que a compõe.

A física norte-americana Evelyn Fox Keller (2006) aponta para a relação entre crítica/teoria feminista e o movimento feminista, sobretudo das décadas de 1970 e 1980, na chamada segunda onda do feminismo, trazendo importantes considerações sobre ela. Nesse contexto, o movimento anunciava que era necessário mudar a vida das mulheres e que, para isso, seria preciso alterar toda a organização social. Desse projeto assumidamente político, surge o que suas precursoras compreendiam como fazer “política por outros meios” (p. 15). Ao expor o papel que a hierarquização entre os sexos e a ideologia atrelada a ela desempenhava, tornava-se evidente que era preciso repensar pressupostos básicos de todos os campos do conhecimento.

A relação entre movimento social e a teoria feminista, contudo, nem sempre se deu sem conflitos. No início da década de 1990, Maria Mies, ao escrever o artigo *Women's Studies: Science, Violence and Responsibility* (1990), relembra que o feminismo e os valores feministas não surgiram a partir da teoria ou em institutos de pesquisa, tampouco são produtos (somente) de esforços acadêmicos. Ao contrário, surgiram nas ruas, em processos coletivos de mulheres que almejavam romper com a opressão capitalista, patriarcal e racista. Essa análise tem um significado político importante, já que há socialmente uma desvalorização dos saberes construídos fora dos bancos escolares, que não são sequer considerados como conhecimento.

No ensaio *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória* (2017), traduzido pela jornalista, escritora, pesquisadora e ativista Bianca Santana, Collins faz uma análise de como as políticas emancipatórias dos movimentos sociais

foram traduzidas para uma linguagem e conceituação acadêmicas. A autora pensa nesses dois espaços, as ruas e as universidades, como “diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder” (p. 7), sendo que os lugares de poder onde são construídos conhecimentos legitimados são justamente aqueles dos quais as pessoas marginalizadas por sexo, raça, classe, etnia ou sexualidade foram historicamente apartadas.

De acordo com sua análise, ao serem transformadas nesse processo de deslocamento, as políticas transmutadas em conceitos muitas vezes perdem a concretude dos sujeitos políticos que as formularam no cotidiano dos movimentos sociais. Por exemplo, ao falar sobre as narrativas acerca da interseccionalidade, Collins aponta que sua emergência nos últimos anos ignora a relação com as políticas feministas negras das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos. O conceito ganhou força na década de 1990, e ao “(...) aceitar um nome para o campo, que foi afastado de sua origem nos movimentos sociais e seus praticantes, esses atores [institucionais poderosos] ajudaram a legitimá-lo” (p. 10). Para Collins, o caso da ideia de interseccionalidade é emblemático para caracterizar um “novo normal” em que as políticas emancipatórias são cada vez mais separadas dos conhecimentos das lutas por emancipação. Nesse processo de divisão, apagam-se os sujeitos concretos das políticas. “O que se perdeu na tradução?” (p. 14), questiona a autora.

Collins afirma ainda que a trajetória do conceito de interseccionalidade oferece pistas para o desafio de “traduzir” e fazer avançar políticas emancipatórias em um ambiente acadêmico marcado, politicamente e epistemologicamente, pelo neoliberalismo. Para pensar sobre as universidades no Brasil, é imprescindível considerar quem ocupa o ambiente acadêmico, mesmo após as políticas de democratização das últimas duas décadas. Aqui, a trajetória da educação superior faz jus ao contexto socioeconômico brasileiro, conforme aponta Gisi (2006), sendo reservada para os poucos que possuem capital econômico e cultural, conferindo poder simbólico aos que já têm poder real (TRAGTENBERG, 2004 apud GISI, 2006). Cabe lembrar que, embora hoje ainda haja inúmeros desafios no ensino superior, como a questão da permanência, por exemplo, ou dos cortes de financiamento da pesquisa e da educação, até poucos anos atrás a universidade brasileira era ainda mais excludente.

Até 1997, de acordo com o Censo⁹, apenas 1,8% das pessoas entre 18 e 24 anos que se declaravam negras frequentavam a universidade. Até 2003, seis a cada dez estudantes de universidades públicas no Brasil pertenciam à camada mais rica da população. Para citar

⁹ *Nº de jovens negros na universidade quadruplica, mas 91% ainda estão fora*. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral/n-de-jovens-negros-na-universidade-quadruplica-mas-91-ainda-estao-fora-imp-946579>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

números mais recentes, o *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020*¹⁰, divulgado pelo Instituto Simesp, revelou que, em 2018, as pessoas autodeclaradas pretas eram apenas 11% nas universidades públicas e 7,9% nas particulares, nos cursos presenciais. Diversas mobilizações do movimento estudantil, tais como a luta pela Reforma Universitária e as campanhas¹¹ *Educação não é mercadoria* e *Quem entrou quer ficar*, da União Nacional dos Estudantes (UNE), colocam em pauta o caráter excludente da universidade no Brasil e, ainda, denunciam que a inclusão só aconteceu parcialmente.

Desse modo, essa tradução conceituada por Collins ainda é feita, majoritariamente, por pessoas que estão distantes da construção e reivindicação de políticas emancipatórias. Ademais, mesmo quando integrantes desses grupos sociais ocupam tais espaços, encontram uma série de obstáculos e interdições para fazê-la. Por tudo isso, consideramos que os conhecimentos produzidos no bojo da atuação dos movimentos sociais e populares devem ser reconhecidos como tal, ao mesmo tempo que é importante que os sujeitos políticos desses movimentos possam falar sobre suas experiências coletivas em espaços como a universidade. É o que nos propusemos a fazer nas próximas páginas.

1.2 Da denúncia à proposição: parcialidade consciente, saberes localizados e a lógica do questionamento

Parte do feminismo materialista aponta para o conceito de gênero enquanto uma sobrevalorização da diferenciação entre os sexos biológicos da espécie humana. Essa sobrevalorização resulta na divisão e hierarquização entre os sexos no corpo social, embora a hierarquia seja comumente apresentada como (suposta) complementaridade, ocultando a dimensão do poder das relações sociais entre os sexos (MATHIEU, 2009). Há grandes variações nas análises sobre sexo e gênero dentro dos conjuntos heterogêneos que constituem o movimento feminista e a própria teoria feminista. Quando falamos especificamente sobre a crítica feminista à ciência, a antropóloga francesa Nicole-Claude Mathieu afirma que as precursoras dessa virada epistemológica, da constituição de um campo crítico e de defesa de outros valores para o fazer científico, tiveram como foco a demonstração da naturalização da

¹⁰ *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca*. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

¹¹ Sobre isso, ver mais no site da UNE. Disponível em: <<https://www.une.org.br/a-une/campanhas/>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

categoria mulher e de sua inferiorização, bem como dos mecanismos, desigualdades, referências, etc., que validam essa categorização (Ibidem).

A teoria feminista mostrou que as bases da ciência moderna foram construídas a partir de imagens estereotipadas e controladas de gênero e raça. O dualismo e o cartesianismo que caracterizam o pensamento iluminista forjam dicotomias como sujeito e objeto, mente e corpo, cultura e natureza, razão e emoção, objetividade e subjetividade, etc., com base nesses estereótipos. Desse modo, os conceitos de sujeito, mente, cultura, razão e objetividade, por exemplo, são associados com o que é lido como masculino e branco, enquanto as demais partes da oposição são enxergadas como femininas e diversas, do ponto de vista racial.

Se a ciência moderna se consolidou engendrando uma separação artificial entre o que seriam fatos e valores, insistindo na necessidade de uma suposta neutralidade na produção de conhecimento, as práticas científicas feministas e antirracistas impulsionaram uma visão e um compromisso ético opostos, assumindo o desejo de transformação das relações sociais (SARDENBERG, 2007). Para pensar em uma ciência feminista, como propõe Cecília Sardenberg (2007), faz necessária a desconstrução das ideias de neutralidade, objetividade e outros pressupostos iluministas. “Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado” (p. 3).

Maria Mies (1979) propõe que os estudos feministas assumam uma parcialidade consciente, que não é mera empatia e tampouco subjetivismo. Para ela, a distância limitada e dialética pode ampliar as visões da pesquisadora e do sujeito coletivo que figura como objeto de pesquisa. Dessa perspectiva, não são somente os objetos que precisam ser compreendidos como parte de um tecido social, em um conjunto de relações sociais ampliado. Quem investiga e o local de onde se faz essa investigação também precisam ser localizados dentro de um contexto. Mies propõe uma pesquisa que, justamente por se saber parcial e se reconhecer limitada, rompa com lógicas androcêntricas e com pretensões de encontrar e publicizar “a” verdade sobre determinados temas. Com a consciência de sua localização e com o reconhecimento de todas as partes como construtoras das possibilidades apontadas pela investigação, a partir dessa perspectiva, há ganhos para a emancipação do conhecimento e dos sujeitos empenhados em sua construção.

Tanto quanto a parcialidade consciente de Maria Mies, a persistência da visão de Donna Haraway é uma proposta dentro do vasto projeto de construção de uma ciência feminista. Em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* (1995), a autora faz uma discussão sobre a objetividade no discurso

androcêntrico e a objetividade feminista, a partir de uma metáfora sobre a visão, partindo de sua natureza corpórea. Para ela, o cinismo da noção de objetividade na ciência moderna e no discurso androcêntrico está em ocultar essa natureza, ao se forjar como um “olhar conquistador que não vem de lugar nenhum” (p. 18).

O que seria, então, uma objetividade feminista? A “(...) objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (Ibidem). Desse ponto de vista, somente a perspectiva parcial é capaz de oferecer visão objetiva, porque rompe com a lógica do “truque de deus”, que supostamente vê tudo de lugar nenhum. Para a autora, tanto o relativismo quanto a totalização não permitem ver bem, já que “ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial” (Ibidem, p. 24). O conhecimento localizado, ao contrário, não impõe artificialmente uma divisão entre sujeito e objeto. Haraway insiste na ideia de que o único modo de enxergar bem é olhar a partir de um lugar posicionado. A objetividade feminista, portanto, seria uma racionalidade corporificada, reconhecida e posicionada, e suas imagens são um conjunto de perspectivas parciais, coletivas e provisórias.

O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional. (Ibidem, p. 24).

Sandra Harding (2019), por sua vez, nos convoca a refletir sobre o que chama de objetividade forte. É das chamadas teorias da perspectiva, que se inspiram na perspectiva do proletariado da teoria marxista, que surge a ideia de objetividade forte. A base dessas teorias é a afirmação de que seria preciso reconhecer que, em contextos desiguais e hierárquicos, o conhecimento predominante tende a privilegiar os valores e interesses dos grupos dominantes. O programa da objetividade forte é caracterizado por uma lógica do questionamento e afirma que investigações mais objetivas devem ser iniciadas fora dos esquemas conceituais hegemônicos, mas, pelo contrário, precisam ser impulsionadas a partir da experiência dos grupos oprimidos, tal qual são as mulheres no capitalismo patriarcal.

O presente trabalho propõe, justamente, analisar a experiência de um movimento popular e feminista que atua na contestação das opressões estruturais da sociedade capitalista, compreendendo ainda que a classe trabalhadora é constituída por um conjunto heterogêneo de sujeitos políticos. Dentro desse conjunto, a visão das mulheres organizadas precisa e pode ser

mais vocalizada, necessidade que não pode ser resumida à mera reivindicação de uma diversidade esvaziada de materialidade.

Assim, o projeto da objetividade forte problematiza a recomendação não crítica da mera diversidade dos corpos humanos – mero multiculturalismo – nas comunidades científicas. Essa é uma posição liberal amplamente utilizada que falha em reconhecer exatamente o que é científica e politicamente valioso sobre o pensamento que advém da vida dos grupos oprimidos. Mera diversidade não possui os recursos teóricos e analíticos para capturar porque as “perspectivas faltantes” são tão valiosas (Ibidem, p. 162).

A ecofeminista Alicia Puleo (2019) defende que a crítica feminista à ciência alcança intensidade máxima com as teorias e práticas ecofeministas, porque essas construções teóricas compreendem que é preciso não somente superar o androcentrismo, mas também o antropocentrismo. Crítico em relação a esses dois modelos de pensamento profundamente conectados, o ecofeminismo busca promover uma ciência empática, que faça frente ao modelo vigente. A relação da teoria ecofeminista com a ciência é estreita e, simultaneamente, profundamente crítica. O ecofeminismo, mais do que defender o aumento de mulheres nas carreiras científicas ou mesmo o simples aprimoramento da metodologia científica, faz “a defesa do corpo das mulheres frente a uma tecnociência que se experimenta como agressiva, manipuladora e ameaçadora e a detecção de modelos patriarcais na construção do objeto e do sujeito da ciência na Modernidade” (p. 164).

A crítica ecofeminista examina a epistemologia sob a luz da filosofia moral e política na chave de gênero, mostrando os vieses de sexo, classe, raça e espécie que afetam a pretendida objetividade científica. Com isso, não realiza um exercício ocioso de niilismo. Sua finalidade é ética e transformadora. Em seus enfoques mais prometedores, conduzida pela urgência da crise ecológica e pela compaixão ante o sofrimento de seres humanos e não humanos, busca uma ciência empática que não produza um sujeito cindido e um objeto reduzido a somente uma das suas qualidades e dimensões. Convida a uma ciência que saiba escutar as vozes do outro, as vozes das e dos oprimidos e que saiba aprender com os conhecimentos excluídos. (Ibidem, p.171).

Nesse conjunto de teorias críticas, raça, classe e gênero são categorias de análise imprescindíveis para a compreensão da dominação e da subordinação. Mas, além disso, “(...) novas maneiras de pensar desacompanhadas de novos modos de agir oferecem possibilidades

incompletas de mudanças” (COLLINS, 2015, p. 15). Desse modo, novos padrões de pensamento são necessários e novos padrões de ação também.

Outra questão fundamental é que, embora a importância da reflexão e da ação a partir de como raça, gênero e classe se articulam e materializam na vida cotidiana seja inegável, é preciso rejeitar análises aditivas ou somatórias, já que “análises somatórias da opressão se assentam diretamente nos pilares gêmeos do pensamento ou/ou e na necessidade de quantificar e hierarquizar todas as relações para que se saiba onde alguém se localiza” (Ibidem, p.18).

Desse modo, conclui-se que o conhecimento – produto dessa ciência parcial, consciente, situada, empática e questionadora – não se descola da ação que objetiva desmontar as bases do pensamento e das políticas patriarcais, racistas e elitistas. Sendo contra-hegemônicas, nos ambientes acadêmicos e também fora deles, essas práticas comumente não estão descritas em manuais. Precisam ser experimentadas (e sistematizadas) coletivamente, a partir de seus potenciais e fragilidades, assumindo-os de modo transparente. Esta é a proposta deste trabalho.

1.3 A pesquisa militante

Diferentes termos nomeiam as metodologias de pesquisa que assumem o compromisso político com a transformação da sociedade e que têm a mutualidade como condição *sine qua non* para a produção de conhecimento: pesquisa participante, pesquisa-ação, investigación-acción-participativa, observação militante e etnografia militante são algumas das propostas e nomenclaturas possíveis. Embora guardem características e procedimentos metodológicos próprios, todas essas modalidades são atravessadas por esse comprometimento ético. Para Fals Borda (1981), a potência das modalidades participantes de pesquisa está na diminuição da distância entre objeto e sujeito de estudo, já que elas induzem “os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos” (p. 60).

Conforme afirma Brandão (2000), desde o início de nossas trajetórias como pesquisadoras e pesquisadores, aprendemos que uma metodologia científica adequada é aquela que separa o ser humano de si mesmo, de sua subjetividade, e que estabelece uma relação policiada, por meio do método, entre sujeito e objeto de pesquisa. A ciência moderna,

forjada com base em pressupostos e valores positivistas, promoveu essa separação, no plano científico, e cindiu o ser humano e a sociedade, de modo mais amplo. Tais oposições sustentam que é possível que quem pesquisa possa falar do que/de quem é pesquisado com objetividade e total isenção subjetiva, porque sujeito e objeto não estabelecem relações de mutualidade (JAUMOUNT e VARELLA, 2016). Se pensarmos na crítica feminista à ciência, essa imposição de uma separação artificial, forjada em uma suposta neutralidade do conhecimento, nos coloca diante do desafio de desfazer esses mitos, não somente porque eles são falaciosos, mas por se tratarem de falácias informadas por valores patriarcais.

As metodologias e epistemologias feministas – o pensamento crítico, de modo mais geral, e a pesquisa militante, mais especificamente – convergem em seus princípios e objetivos: compartilhar uma perspectiva crítica em relação às estruturas sociais e ao reducionismo do pensamento cartesiano; desejo pela transformação dessas estruturas; preferência pela visão corporificada, produzida por sujeitos políticos que têm sido marginalizados socialmente; e a busca pelo rompimento com valores e normas que reforçam e/ou negligenciam tais problemáticas no fazer científico.

No percurso desta pesquisa, feitas as reflexões epistemológicas apresentadas no item anterior, compreendo que a metodologia participativa, mais especificamente a pesquisa militante, é a mais adequada para a realização do trabalho, porque ela expressa com mais verossimilhança não só meu lugar enquanto pesquisadora, mas também a orientação e os anseios desta investigação. A escolha se deu porque essa opção metodológica não apenas confessa o local de onde falo, mas o incorpora, desestabilizando os lugares de agente e objeto da pesquisa.

A pesquisa militante, para Jaumont e Varella (2016), é um patrimônio dos povos latino-americanos que se conformou a partir de múltiplas contribuições e esforços, tanto práticos quanto teóricos, de intelectuais, pesquisadoras e pesquisadores, militantes, coletivos e organizações, que lutaram e seguem lutando contra a invisibilização da trajetória científica em seu território. Além disso, defendem que o pensamento crítico latino sempre esteve conectado com as lutas políticas travadas na região e possui uma evidente característica militante, rompendo, desse modo, com a suposta neutralidade do conhecimento científico.

Neste caminho criativo de construção de um pensamento crítico latino-americano, no esforço de superação do eurocentrismo e dos limites da ciência moderna, na ânsia de contribuir, de maneira mais ativa e efetiva, para os processos de transformação social, é que se inscreve a Pesquisa Militante. Representa, assim, um continuum em relação ao pensamento crítico, contudo enfatiza, com avanços teórico-metodológicos, o imbricamento efetivo entre a teoria crítica e ações e articulações efetivas no campo das lutas sociais (Ibidem, p. 431).

De acordo com pesquisadoras e pesquisadores que vêm utilizando esse termo no Brasil, ele define um conjunto de produções de conhecimento que é assumidamente orientado para a ação transformadora, servindo como uma ferramenta teórica, metodológica e epistemológica que conecta reflexões críticas com as lutas populares, em um fluxo multidirecional (Ibidem). Nas modalidades participativas de pesquisa, a produção coletiva de saberes e conhecimentos é um princípio estruturante. Embora existam diferentes modos de pesquisar/participar, há algumas características que são comuns a esses tipos. Gajardo (2000) destaca quatro delas:

1. O ato de deixar explícito que há uma intenção política e um desejo de trabalho coletivo com grupos marginalizados na sociedade;
2. O entrelaçamento entre investigação, educação e participação social como momentos de um processo de análise das contradições que determinam a realidade do objeto de pesquisa;
3. A incorporação dos setores populares como produtores de conhecimento;
4. A relação da investigação com grupos ou bases organizadas, com o desejo de que a pesquisa gere não somente respostas teóricas, mas propostas de ação para esses agrupamentos.

No Brasil, a pesquisa participante e suas variadas modalidades causaram impactos nos estudos sobre comunicação na década de 1980 e início dos anos de 1990. Em seguida, essas metodologias passaram a ter menos espaço dentro das universidades, o que pode ser compreendido, ao menos em parte, pela crise do marxismo e seus paradigmas (PERUZZO, 2003). Para Cicilia Peruzzo, a pesquisa participante “(...) não tem sido amplamente apresentada e discutida nos manuais e em outras obras que se ocupam de métodos e técnicas de pesquisa no Brasil, o que dificulta o conhecimento sobre suas potencialidades, métodos e limitações” (p. 2).

Nos estudos sobre comunicação, essas modalidades são utilizadas com base na busca de uma pesquisa de caráter qualitativo, que seja capaz de aprofundar as questões apresentadas pela academia e pelo restante da sociedade. Ao mesmo tempo, se alimenta de uma vontade de ir além da denúncia de que a mídia hegemônica não representa os interesses das classes populares, colocando foco na criação de alternativas comunicacionais (Ibidem). A motivação da pesquisa participante em comunicação é, em geral, de compreender de maneira sistemática e científica os processos de comunicação, a fim de identificar potenciais e falhas, ao mesmo tempo que, paralelamente, pode querer registrar a memória de um processo coletivo que seja de interesse público (Ibidem). Desse modo, a opção metodológica pela pesquisa militante responde aos objetivos deste trabalho.

1.4 Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa

Nos primeiros tópicos deste capítulo, foram feitas as discussões metodológicas e epistemológicas que orientam esta pesquisa. Neste último, situam-se os métodos utilizados para a realização da investigação. Aqui, métodos são compreendidos como as técnicas de recompilação das informações (HARDING, 1998). É importante mencionar que esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, característica que, de acordo com Deslauriers e Kérisit (2008), é comum nas pesquisas feministas e nas pesquisas participantes.

Cabe dizer que, em 2020, em razão da pandemia de covid-19, as atividades da Marcha Mundial das Mulheres, assim como de outros movimentos sociais e populares, foram profundamente impactadas, o que gerou consequências para a realização desta investigação. Isso porque, embora o Coletivo de Comunicadoras se reúna virtualmente e as participantes estejam espalhadas por todo o país, sua dinâmica está relacionada diretamente com a organização nos territórios. Pela necessidade de isolamento social e a diversidade de mulheres que compõem o movimento (nem todas têm acesso à internet, muitas têm acesso precário e o trabalho doméstico e de cuidados aumentou exponencialmente), a atuação foi afetada. Isso impactou a pesquisa, por sua característica militante e, portanto, diretamente conectada com as práticas localizadas.

No movimento, foi preciso refazer todo o planejamento para a 5ª *Ação Internacional*, por exemplo, que aconteceu em 2020. Uma grande atividade nacional¹², parte do calendário da mobilização, aconteceria no Rio Grande do Norte (RN), em maio, em uma marcha que pretendia reunir mulheres de todos os cantos do país. A escolha do RN foi definida em uma série de debates, em reuniões nacionais, em que pudemos refletir sobre a organicidade da MMM no estado e a necessidade de descentralizar as grandes mobilizações, já que as reuniões nacionais, por exemplo, acontecem quase sempre em São Paulo (SP). Não foi possível realizar nem essa, nem tantas outras atividades que estavam programadas para a 5ª Ação. Com criatividade, as militantes buscaram adaptar a programação e também se somaram às campanhas de solidariedade¹³ que se espalharam pelo Brasil. Entretanto, é possível que a pandemia tenha aprofundado dificuldades de organização/mobilização já vivenciadas na conjuntura política.

Feitas essas ressalvas, vamos aos métodos. Para a produção de dados, utilizei pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas e um questionário. O conjunto de procedimentos eleitos objetivou proporcionar a análise e a sistematização da experiência do Coletivo de Comunicadoras, em diálogo com outros campos de ação do movimento, a partir da chave do Comum. O grupo focal, realizado em abril de 2021, após a qualificação, teve o intuito de que essa sistematização fosse discutida coletivamente pelo grupo e que as considerações apresentadas na ocasião auxiliassem no fechamento da análise.

De maneira mais detalhada, com a revisão bibliográfica quis refletir sobre a comunicação popular, o feminismo e o Comum. Já com a pesquisa documental, fui juntando as pontas da atuação e da elaboração política do coletivo, que estão dispersas na experiência e também nos registros, públicos e internos, da Marcha Mundial das Mulheres. A observação participante ajudou a apreender a complexidade das questões apresentadas e a ter um melhor reconhecimento do contexto. Com as entrevistas semiestruturadas, foram reunidos diferentes sentidos atribuídos à experiência do grupo. Por fim, o questionário respondido pelas militantes do coletivo deu origem a uma linha do tempo e ofereceu novos elementos para

¹² *Marcha Mundial das Mulheres encerra 5ª Ação Internacional com muita luta nas ruas, redes e roçados.* Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mmm-encerra-5a-acao-internacional-com-luta-ruas-redes-rocados/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹³ *Pela vida das mulheres, contra o coronavírus: por todo o Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres está em ações de solidariedade.* Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/pela-vida-das-mulheres-contra-o-coronavirus-por-todo-o-brasil-a-marcha-mundial-das-mulheres-esta-em-aco-es-de-solidariedade/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

refletir sobre o processo de comunicação no movimento. Com o grupo focal, socializei os esboços e demos início à conclusão da análise e da sistematização.

A pesquisa bibliográfica acerca dos temas centrais proporcionou pistas conceituais fundamentais para a investigação. Sobre a comunicação popular enquanto um processo dialógico, operei com as perspectivas oferecidas por Paulo Freire, Círculo Peruzzo, Mário Kaplún, Regina Festa e Raquel Paiva, conforme citado na introdução. O trabalho da comunicóloga Helena Martins foi valioso para construir uma síntese da crítica à comunicação hegemônica, assim como a pesquisa MOM-Brasil, do Coletivo Intervezes e da organização RSF, e as reflexões de movimentos sociais da América Latina, incluindo a MMM, em especial as reunidas no livro *Democratizar la palabra: Movimientos convergentes en comunicación* (2013), publicado pela Agencia Latinoamericana de Información (ALAI) e organizado por Osvaldo León. Quanto ao Comum e ao feminismo, utilizei principalmente as produções de Silvia Federici, Maria Mies e Veronica Bennholdt-Thomsen, e as elaborações da Marcha, espalhadas em folhetos, cartilhas, livros, documentos, dentre outros tipos de publicações.

Entre os documentos elencados por meio da pesquisa documental e de pistas captadas nas entrevistas semiestruturadas, estão a declaração final¹⁴ do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, ocasião em que foi criado o Coletivo de Comunicadoras da organização; o documento final da *Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*, realizada no Rio de Janeiro (RJ), de 2012; a Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o golpe no Brasil, de 2016; entre outros. A lista completa de documentos consultados está anexada ao final do trabalho (Anexo 1).

Além dos documentos oficiais, utilizo textos do site da Marcha, da SOF e do blog da MMM. A lista de publicações do blog que foram consultadas para a realização desta pesquisa também está ao final deste arquivo (Anexo 2). O mapeamento dessas postagens é valioso porque o blog da organização é de tipo participativo. Isso quer dizer que os textos divulgados são assinados pelas militantes, de modo que oferecem uma visão panorâmica da formulação do movimento sobre determinados temas. Para a costura de informações também uso a

¹⁴ Documento final do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/news-old/?p=2537>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

apresentação¹⁵ do Coletivo de Comunicadoras da Marcha, disponível no blog, e outras descrições e reflexões que estão espalhadas por diversos materiais do movimento e também da SOF, que atua como secretaria executiva nacional da MMM, tais como o livro¹⁶ *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas em movimento* (2015).

Outra referência para a realização deste trabalho é o *Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres*, de 2019¹⁷, que apresenta uma síntese da história da organização no Brasil, a partir de grandes mobilizações, e foi fundamental para uma reconstituição dos processos organizativos do movimento. Além disso, considero importante a menção ao termo “bens comuns” que consta nos campos de atuação¹⁸ da Marcha desde 2006. Segundo entrevista (MORENO, 2020a) realizada para este trabalho, o termo foi introduzido nos documentos e nos debates da organização a partir das discussões ecofeministas.

Desde então, o termo aparece – às vezes no singular, às vezes no plural (o que não necessariamente implica em diferenças nos sentidos atribuídos, embora eles existam) – em diversos textos e intervenções da Marcha. Destaco a programação do seminário internacional¹⁹ *Resistência e construção de movimento: confrontando o neoliberalismo desde a economia feminista e os comuns*, realizado em julho de 2019, em São Paulo. Tive a oportunidade de participar do evento e de colaborar na produção de materiais de comunicação sobre ele. Considero o momento oportuno, sobretudo pela aposta política de nomear como “comuns” tudo aquilo que se quer defender do monopólio, da privatização e da financeirização. Tratando-se de um movimento feminista internacional e internacionalista, ter contato direto com lideranças de fora do país contribuiu para situar a questão dentro de um contexto mais abrangente.

¹⁵ *Coletivo de Comunicadoras*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/coletivo-de-comunicadoras-da-mmm/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹⁶ *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas em movimento*. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Caderno-de-textos-web.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹⁷ *Feminismo em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/feminismo-em-movimento-caderno-de-apresentacao-da-mmm/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹⁸ *Campos de ação*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campos-de-acao/>>. Acesso em 22 nov. 2020.

¹⁹ *Feministas de todo o mundo se reúnem para debater o avanço do conservadorismo*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/14/feministas-de-todo-o-mundo-se-reunem-para-debater-o-avanco-do-conservadorismo>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Quanto à observação participante, destaco ainda um momento que considero sintetizar parte das reflexões que temos feitos sobre comunicação, muitas vezes com mais prática que teorização, já que se trata de uma organização política. Falo da participação no Curso de Comunicação Feminista da Marcha, realizado virtualmente em 2020, do qual fui uma das facilitadoras, além de ter participado de sua construção. A formação foi dividida em seis módulos, com os seguintes temas: 1) Como as pessoas se comunicam no Brasil?; 2) Comunicação hegemônica x comunicação popular; 3) A comunicação, as mulheres, o feminismo; 4) As armadilhas do capitalismo em nossa comunicação via internet; 5) Técnicas básicas para produção de conteúdo; e 6) Como funciona o Coletivo de Comunicadoras da MMM. No terceiro módulo, mais especificamente, fiz a gravação do vídeo utilizado para iniciar o debate com as demais militantes. Os diálogos aconteceram em fóruns. Desse modo, utilizei os vídeos que impulsionaram as discussões, produzidos por comunicadoras que já compõem o coletivo, para a coleta de dados, além de algumas mensagens dos fóruns de discussão.

Também foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com militantes que fazem parte do Coletivo de Comunicadoras da MMM e estão organizadas em três estados diferentes. A escolha das entrevistadas foi motivada pelo fato de serem mulheres que estão no coletivo desde o seu surgimento ou se aproximaram logo depois disso, o que foi importante para o esboço, por exemplo, de uma linha do tempo do grupo que situasse grandes marcos. A linha do tempo foi consolidada a partir das contribuições de doze militantes, de seis estados diferentes, que preencheram um questionário virtual em que apontavam dois episódios marcantes da atuação, destacando os desafios e as potencialidades. O roteiro de perguntas do questionário está anexado no final do trabalho (Anexo 4).

Das cinco entrevistas realizadas, duas foram feitas presencialmente, em São Paulo, e outras três pela internet. Todas foram gravadas, com o consentimento das entrevistadas. Inicialmente, fiz contato mencionando o meu trabalho e propondo a conversa. A receptividade de todas foi boa. A realização do trabalho também foi comunicada tanto no grupo virtual no qual nos organizamos coletivamente, via *Telegram*, quanto em reunião, também realizada *on-line*. A recepção de todas foi positiva. Durante 2020, tivemos dificuldades de nos juntar para reuniões coletivas, mas as conversas sobre o tema seguiram acontecendo com algumas, em particular. Agendamos as duas entrevistas presenciais para o mesmo dia. As entrevistas virtuais foram feitas em dias diferentes. Elas foram orientadas por

um roteiro (Anexo 3), adaptado de acordo com o encaminhamento do diálogo. As entrevistas com as informantes da pesquisa giraram em torno de quatro temas: trajetória e organização no movimento; comunicação na Marcha e nos movimentos sociais; redes sociais digitais; e, por fim, a ideia de comuns e de Comum, e suas possíveis intersecções com a comunicação.

O grupo focal foi realizado em abril de 2021, após a qualificação deste trabalho, para socialização da sistematização esboçada e dos argumentos construídos sobre a experiência do coletivo, além da validação da linha do tempo. Ou seja, foi um dos métodos utilizados para a análise de dados, a fim de concluir a sistematização. Com essa discussão coletiva, quis que a sistematização fosse um resultado desses diálogos que compreendem tanto a pesquisadora quanto seu objeto de pesquisa enquanto produtores de conhecimento. Considero que essa opção é adequada à metodologia e à discussão epistemológica defendida nestas páginas. O grupo focal aconteceu virtualmente, tanto por causa da pandemia de covid-19, quanto porque as mulheres estão localizadas em duas regiões diferentes do país (Nordeste e Sudeste). O diálogo contou com a participação de seis pessoas. Éramos duas militantes do estado de São Paulo, uma de Minas Gerais, duas do Rio Grande do Norte e uma do Ceará.

O grupo focal, realizado²⁰ no dia 17 de abril de 2021, foi dividido em dois momentos. No primeiro, conversamos sobre a linha do tempo do coletivo – refletindo sobre as mobilizações destacadas nas respostas do questionário –, sobre possíveis lacunas e sobre o que, possivelmente, essa cronologia diz a respeito da comunicação da MMM. Na segunda parte, dialogamos sobre a sistematização, em seus quatro eixos, e debatemos cada um deles. Também iniciamos um diálogo sobre como os resultados deste trabalho podem ser “devolvidos” para a organização, transformando-se em propostas para a construção do movimento.

Com os procedimentos de coleta e análise de dados descritos acima, sistematizei a experiência militante do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres em quatro eixos que dialogam com a perspectiva de uma política do Comum: velhos cercamentos²¹; novos cercamentos; nossas resistências; e nossos desafios. Quis, com isso, juntar os cacos para construir vitrais, como conceituou Falkemback (2000), parafraseando

²⁰ A atividade aconteceu na plataforma *Angela*, que pertence à servidora feminista Vedetas. Ver mais em: <<https://vedetas.org/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

²¹ Cercamentos é como são chamados os processos de exclusão e expulsão das trabalhadoras e trabalhadores das terras produtivas, ou seja, de seus meios de sustento, no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Diz respeito à conversão das terras comunais em propriedade privada. Neste trabalho, estamos utilizando o conceito para designar todas as formas de apropriação e mercantilização dos bens comuns, de diferentes ordens.

Adélia Prado. A autora define a sistematização de experiências como uma tentativa popular de construir ferramentas próprias para narrar reflexões, “processos compartilhados”, cotidianos e objetivos, com foco no “recuperar refletindo, o descrever relacionando, o perguntar centrado” (p. 17). Para ela, as experiências populares precisam “virar letra, palavra e página para compor história” (Ibidem, p. 15). A sistematização, nesse sentido, seria uma possibilidade de recuperação do viver compartilhado, tornando essa vivência um espaço de investigação, aprendizado e debate. Comumente, a ideia de sistematização tem sido utilizada nas Ciências Sociais para falar da sistematização de informações, por meio do ordenamento e classificação. A sistematização de experiência, entretanto, não se limita a essas tarefas (JARA, 2000).

Falkembach defende que um dos momentos mais complexos da sistematização é quando “a teoria vai perguntar à prática e a prática vai dirigir perguntas à teoria” (2000, p. 25). Isso é justamente o que busquei fazer por meio do grupo focal e é também a base das metodologias participantes e da pesquisa militante, especificamente. A sistematização se divide em três blocos (JARA, 2000). Um momento descritivo e de reconstrução histórica, que resultou na linha do tempo apresentada no segundo capítulo; um segundo, de interpretação, que originou os quatro eixos da sistematização apresentada no capítulo quatro; e, por fim, um bloco de comunicado das aprendizagens que, nesse caso, foi apresentado nas considerações finais, a partir da reflexão coletiva do grupo focal. Oscar Jara (2000) afirma que o processo de sistematização acontece em diálogo com outros dois exercícios: o de avaliação e o de pesquisa, identificando as características de cada um deles.

No caso deste trabalho, considero que esses três exercícios não se separam e não acontecem linearmente. Ao mesmo tempo que tive o objetivo de refletir sobre uma experiência, à luz de um conceito que considero potente, o Comum, essa possibilidade já foi ensaiada na prática e é da prática que emerge o anseio. Discussões, oficinas e produções textuais da Marcha Mundial das Mulheres oferecem pistas sobre a sistematização da experiência do Coletivo de Comunicadoras como uma prática do Comum. Entretanto, essa possibilidade estava difusa, justamente pela amplitude da experiência. Desse modo, me interessou costurar as pontas dessa história para interpretar o processo vivido coletivamente.

Imagem 1: Quadro elaborado por Oscar Jara (2000) para abordar a conexão entre sistematização, avaliação e pesquisa

SISTEMATIZAÇÃO	AVALIAÇÃO	PESQUISA
Seu objetivo é realizar uma interpretação crítica da lógica do processo vivido.	Seu objetivo é mensurar os resultados obtidos pelas experiências, confrontá-las com o diagnóstico, os objetivos e metas estabelecidas.	Seu objetivo é gerar conhecimento científico, dirigido a conhecer um aspecto desconhecido da realidade.
Centrada na dinâmica dos processos.	Centrada nos resultados.	Centrada na comprovação de hipóteses.
Procurar as relações entre a teoria e a prática.	Procurar a relação dos objetivos e metas com os resultados obtidos.	Procurar a relação entre os fatos, os processos e as estruturas conceituais.
Quem a realiza deve ter sido parte do processo que se sistematiza.	Quem a realiza pode não ter sido parte do processo.	Quem a realiza não necessita ter sido protagonista do fato a ser investigado.
Expressa as aprendizagens alcançadas nos processos vividos.	Expressas as brechas entre o planejado e o alcançado.	Expressa novas formas de conhecimento sobre áreas específicas.

CAPÍTULO 2 - A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E O COLETIVO DE COMUNICADORAS

Este capítulo é dedicado à apresentação do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres. Para introduzir essa apresentação, antes faço uma exposição sobre o movimento como um todo. Isso é importante, visto que há o objetivo de analisar e sistematizar a experiência do coletivo de comunicação em diálogo com o conjunto de frentes de atuação do movimento. Para a MMM, a comunicação não é somente um instrumento de divulgação da agenda política, a comunicação é em si um processo político, que faz parte da construção da organização. A crítica à comunicação hegemônica e a defesa da comunicação enquanto um processo dialógico estão relacionadas com a visão feminista e anticapitalista da Marcha, materializada na proposta de novas formas de se relacionar com os direitos, com a propriedade, com as pessoas e com a natureza não-humana.

2.1 O feminismo da Marcha Mundial das Mulheres

Os participantes dos fóruns sociais mundiais, dos fóruns sobre meio ambiente, da Marcha das Margaridas, dos 8 de março e de outros movimentos sociais, de maneira geral, sabem o que significam as coloridas bandeiras e as 'batucadas da marcha' que antecedem as conferências e as mesas-redondas²².

Em 2004, as pesquisadoras Manuela Tavares, Almerinda Bento e Maria José Magalhães questionavam se, com a consolidação da Marcha Mundial das Mulheres como uma organização permanente, estaríamos diante de um novo movimento internacional e intergeracional de mulheres, que fosse crítico da institucionalização da luta feminista que marcou a década de 1990, e da influência de organismos mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) na agenda política do movimento de mulheres, o que representaria um salto qualitativo no feminismo transnacional (TAVARES, BENTO e MAGALHÃES, 2004).

²² O trecho está na introdução da entrevista concedida por Nalu Faria para as pesquisadoras Carmen Susana Tornquist e Soraya Resende Fleischer. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Em 2017, a pesquisadora mexicana Carmen Leticia Díaz Alba respondeu indiretamente, em sua tese de doutoramento, a questão apresentada 13 anos antes. Alba defende que a Marcha Mundial das Mulheres tem ressonância em contextos e sujeitos políticos diversos e que isso se deve ao reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora e em especial das mulheres. Para ela, essa é uma capacidade que está ancorada em três movimentos centrais: o enraizamento local, ao mesmo tempo que se projeta uma escala transnacional; os processos de tradução intercultural internos; e os espaços de encontros transnacionais construídos pela organização (ALBA, 2017).

Já se passaram mais de duas décadas desde a mobilização que inspirou a campanha que deu origem à MMM como um movimento permanente. Trata-se de uma marcha de 200 quilômetros, percorrida por 850 mulheres, realizada em 1995, no Quebec, que reivindicava simbolicamente “Pão e Rosas” e se pautava pela crítica ao sistema capitalista e ao patriarcado, exigindo ações contra a precariedade da vida e impulsionando a retomada das mobilizações de rua.

Nalu Faria, coordenadora da MMM no Brasil, explica que a realização de uma marcha internacional feminista no ano 2000 foi uma iniciativa de militantes políticas do Quebec, que planejavam realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres (FARIA, 2012). O incentivo partiu do sucesso da mobilização realizada em 1995, visto que, a partir dela, as mulheres conquistaram mais direitos para as imigrantes, medidas de apoio à economia solidária e reajustes no salário mínimo. Foi então que elas buscaram contatos em outros países para propor a realização de uma campanha global (MMM, 2019).

No Brasil, as militantes feministas, organizadas em entidades como a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), visualizaram essa articulação como uma possibilidade concreta de intervir na conjuntura política nacional, marcada por ajustes neoliberais, e também na reorganização de um movimento feminista hegemônico pela agenda institucional (FARIA, 2012, p. 294).

O primeiro encontro internacional para organização da campanha foi realizado no Quebec, em 1998, e o Brasil esteve presente. Nessa ocasião, foi elaborada uma plataforma política com 17 pontos contra a violência e contra a pobreza, que receberia assinaturas das populações dos países organizadores e seria entregue na ONU, no Banco Mundial (BM) e no Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 17 de outubro de 2000.

No ano 2000, a campanha da Marcha Mundial das Mulheres teve início no dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, e se encerrou no dia 17 de outubro, Dia Mundial de Luta contra a Pobreza, data em que a plataforma foi entregue em Nova Iorque, com mais de cinco milhões de signatárias e signatários. Nesse dia, também houve mobilizações em 40 países diferentes, com marchas simultâneas cujas pautas eram correlatas (REYNALDO, 2016).

Essa plataforma de 17 pontos expressava uma crítica à globalização neoliberal num marco em que o debate hegemônico focava no alívio da pobreza. Outro aspecto fundamental foi a articulação entre a agenda econômica e a luta contra a violência, que incluía as questões de autonomia sobre o corpo, com uma compreensão de como o capitalismo e o patriarcado se reforçam mutuamente. Mas o fator determinante foi justamente posicionar as mulheres no debate econômico no momento em que esse era o centro da disputa. (MMM, 2015, p. 16).

A primeira reunião nacional para a organização da MMM no Brasil aconteceu em outubro de 1999. As mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) propuseram que a primeira *Marcha das Margaridas* fosse realizada em agosto do ano 2000, em adesão à campanha. Foi o que aconteceu e a manifestação de mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades reuniu 20 mil pessoas em Brasília. A partir dessa experiência de ampla mobilização, diversas organizações sugeriram que a MMM se transformasse em um movimento permanente no país.

Compreender a importância da retomada de uma mobilização contestatória, que se dá sobretudo nas ruas, é uma tarefa que passa pelo exercício de recapitular qual vinha sendo a dinâmica do movimento feminista, em especial na América Latina, no início da década de 1990. Após a queda do muro de Berlim, havia uma ausência de reposicionamento crítico diante dos ajustes neoliberais que se implementavam em diversos países do mundo. Desse modo, o movimento de mulheres incorporou, por influência/pressão da institucionalização que se iniciara na década anterior, uma perspectiva de proposição e de objetivar a implementação de políticas públicas sem necessariamente contestar o sistema econômico vigente, causador das desigualdades combatidas pelos movimentos (FARIA, 2012).

Aquellos eran tiempos de pensamiento único, tiempos en que el neoliberalismo era fuertemente hegemónico, tiempos en que no parecía haber salida. Pues justo en ese tiempo alzamos nuestras voces y nos propusimos ir más allá de lo posible o de lo asimilable. Así nació, en el año 2000, nuestra plataforma de reivindicaciones internacionales. (MMM, 2008, p.8).

Na década de 1970, o feminismo havia acumulado, internacionalmente, uma força social poderosa, que questionava não somente as relações sociais de sexo, mas toda a estrutura que sustenta as desigualdades sociais. Foi nesse contexto que as Nações Unidas passaram a investir em uma proposta de “emancipação das mulheres”, propagada e articulada por meio de grandes conferências mundiais e outras atividades que pressionavam os governos a adotarem políticas para a inclusão das mulheres (FEDERICI, 2019).

Silvia Federici argumenta que o momento desta investida “foi tudo, menos acidental” e que a defesa de um feminismo global, nas décadas de 1980 e 1990, impulsionada pela ONU, podou a capacidade revolucionária do movimento feminista, além de acirrar disputas, garantindo uma agenda política que não enfrentava o capital internacional e as instituições que o sustentam. Ao contrário, houve flexibilização e adaptação para esses novos termos.

Domesticar esse movimento era especialmente urgente em um momento em que, em resposta à inextricável “crise do trabalho” da metade da década de 1970, uma contraofensiva capitalista global foi colocada em prática, buscando restabelecer o domínio da classe capitalista sobre a classe trabalhadora e destruindo os modelos de organização responsáveis pela resistência à exploração (Ibidem, p. 239).

Na chamada segunda fase do neoliberalismo, que coincide com a redemocratização de alguns países latino-americanos, como o Brasil, há a intensificação da fome e da exploração, ao mesmo tempo que existe um apelo a uma suposta face humana do sistema. Nesse contexto, surgem políticas direcionadas aos grupos mais vulneráveis da sociedade. É nesse momento que acontece um acirramento das divergências entre militantes feministas que recusavam alianças com o Estado, criticando ainda a “ditadura do mercado” (ALVAREZ, 2014), e outras que cederam, na tentativa de conquistar políticas de melhoria para a vida das mulheres.

A “cidadania mercantilizada” (Ibidem) não bastava para as feministas anticapitalistas. A crítica ao capitalismo patriarcal²³ é um ponto de partida fundamental para os processos políticos que a MMM assume em cada um dos 60 países onde está organizada hoje (são cerca de 90 onde há grupos de contato). A construção de consensos a partir de contextos díspares, seja na perspectiva econômica ou cultural, é um valor político central nessa articulação internacional.

A Marcha Mundial das Mulheres, enquanto proposta de um feminismo crítico ao neoliberalismo, foi uma resposta à parte desses dilemas vivenciados pelo feminismo no final do século XX. Ao buscar compreender as raízes da opressão das mulheres, demonstrou que a igualdade formal não era suficiente e que a fragmentação da agenda política e a distância entre o discurso e a prática impediam a elaboração de uma visão mais abrangente acerca das problemáticas (MMM, 2008). Por isso, a MMM se inscreve no conjunto de mobilizações internacionais contrárias à globalização capitalista, à atuação dos organismos internacionais (que trabalham para defender interesses imperialistas e o livre-comércio, promovendo, assim, o empobrecimento das mulheres ao redor do mundo), à precarização das condições de trabalho e à ausência e/ou fragilização da autonomia econômica.

Em 2010, as pesquisadoras Pascale Dufour e Isabelle Giraud argumentavam que a MMM fez com que as mulheres adquirissem conhecimentos em assuntos que haviam sido colocados em segundo plano pelo feminismo burocratizado, visto que existia uma cisão artificial entre o que seriam supostamente questões feministas e questões gerais. Desse modo, o feminismo é visto mais como um tema do que como um projeto político. O feminismo da Marcha, no entanto, compreende que a economia, o trabalho, a soberania alimentar e a democracia, para citar alguns exemplos, são todos temas fundamentais para a elaboração e as práticas feministas.

As práticas desenvolvidas nos últimos 10 anos levaram as ativistas a reinventar o discurso feminista. Com as quatro áreas de ação da MMM, o escopo das demandas das mulheres se amplia e o feminismo, frequentemente considerado como um campo específico de especialização, é capaz de transformar a sua análise para examinar criticamente todas as questões sociais (DUFOUR e GIRAUD, 2010, tradução nossa).

²³ Sobre esse ponto, ver mais no texto *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*, de Cinzia Arruzza. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

Tanto a MMM quanto outras redes de movimentos feministas identificadas como anticapitalistas atuam para integrar o debate do feminismo a todas as agendas políticas, recusando a falsa divisão mencionada acima. Na Marcha, as militantes reivindicam a necessidade de “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo e mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”²⁴, em um só movimento, compreendendo que a opressão patriarcal e racista só será superada se o capitalismo também for.

O *Fórum Social Mundial (FSM)* foi um importante espaço de articulação e de construção de identidade para a Marcha Mundial das Mulheres. Em 2002, o FSM, realizado em Porto Alegre (RS), contou com a participação de marchantes de 20 países diferentes e a presença do movimento foi marcante, sobretudo nas manifestações massivas de rua. De acordo com Conway (2008), no encontro dos movimentos sociais do Fórum, a MMM fez a agenda feminista visível para o conjunto das organizações e pautou a declaração final do encontro. As mulheres da Marcha, da Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), da ALAI Mulheres e de organizações mistas, como a Via Campesina, participaram da construção do primeiro FSM. Nascido como um evento, o Fórum se transformou em um processo de articulação entre movimentos sociais em busca de “Outro Mundo Possível”, ideia proveniente do pensamento e da ação feminista (LEÓN, 2003).

A Marcha Mundial das Mulheres é composta por um Comitê Internacional (CI), que é formado por representantes de cinco regiões mundiais (África, Europa, Américas, Ásia/Oceania e Oriente Médio/África do Norte), um Secretariado Internacional (SI), Grupos de Trabalho (GTs), Coletivos e órgãos de Coordenação Nacional (CN). O CI conta com duas membras por continente. O SI, que até 2013 era sediado no Brasil, hoje está em Moçambique e tem uma coordenadora internacional.

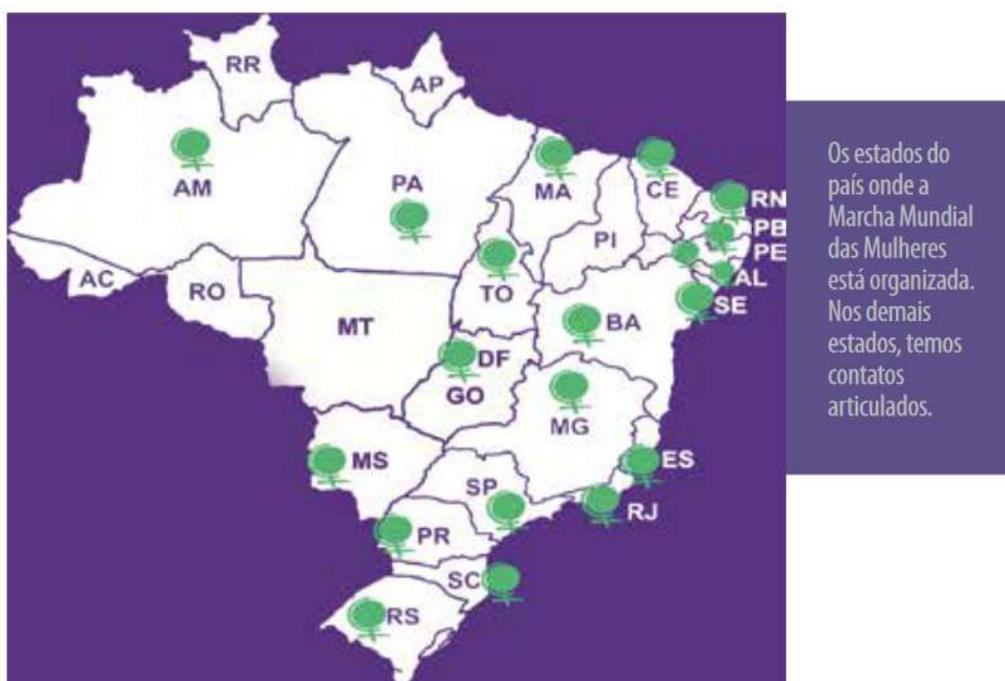
No Brasil, a Marcha está organizada em 20 estados, em núcleos e comitês. A adesão se dá por duas dinâmicas distintas: por grupos já organizados que se identificam com a MMM ou, individualmente, por mulheres que não fazem parte de outros movimentos ou grupos políticos. Além dos comitês e núcleos, há uma coordenação executiva, composta por oito membros, que acompanha os processos de organização nos territórios, e uma coordenação nacional, formada por representantes dos estados. A organização não governamental

²⁴ *Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar a vida das mulheres: nós viemos para ficar.* Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/09/12/mudar-a-vida-das-mulheres-para-mudar-o-mundo-mudar-o-mundo-para-mudar-a-vida-das-mulheres-nos-viemos-para-ficar/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Sempreviva Organização Feminista, de São Paulo, atua como secretaria executiva da Marcha nacional, junto com o Centro Feminista 8 de março (CF8), de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Os 20 estados em que a MMM está organizada são: Amazonas (AM), Pará (PA), Maranhão (MA), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Tocantins (TO), Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

Imagem 2: Estados onde a MMM está organizada. Crédito: SOF



A organização se autodefine²⁵ como:

(...) um movimento feminista e anticapitalista que luta contra todas as formas de desigualdade e discriminação experimentadas pelas mulheres. Os nossos valores e ações destinam-se a alcançar mudanças políticas, econômicas, sociais e de estereótipos culturais. Estes valores concretizam-se na mundialização da

²⁵ *Quienes somos*. Disponível em: <<https://marchemondiale.org/index.php/quienes-somos/?lang=es>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

solidariedade, na igualdade entre mulheres e homens, entre as próprias mulheres e entre os povos; no respeito e reconhecimento da diversidade entre as mulheres, na multiplicidade das nossas estratégias, na valorização da liderança das mulheres e no fortalecimento das alianças entre as mulheres e com outros movimentos sociais.

A atuação do movimento se estrutura a partir de quatro campos de ação:

- 1) Autonomia econômica das mulheres;
- 2) Bem comum e serviços públicos;
- 3) Paz e desmilitarização;
- 4) Fim da violência contra as mulheres.

Atuar em alianças com outros movimentos sociais e populares é um princípio estruturante da organização da Marcha. O *Fórum Social Mundial* foi um processo privilegiado nesse sentido, assim como a *Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo*. Entre as organizações com as quais a MMM se articula estão a REMTE, a Via Campesina, a Grassroots Global Justice (GGJ) e a Amigos da Terra. Essas articulações são atravessadas por diversas frentes de atuação política, como a comunicação, tema que será abordado com destaque nos próximos itens deste capítulo.

2.2 A história contada pelos processos organizativos

A cronologia construída aqui, a qual assinala os principais momentos de mobilização política da Marcha Mundial das Mulheres, tem como base a cartilha *Feminismo em Movimento - Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres* (2019), lançada em abril de 2019, que reconta especialmente a trajetória da MMM no Brasil. A atuação da organização se orienta pelos objetivos de fortalecer os espaços coletivos das mulheres, incentivar ações criativas, construir alianças com outros movimentos sociais, vincular as lutas locais com processos globais e manter como princípios organizativos a solidariedade e o internacionalismo (MMM, 2019).

Entre as marcas que caracterizam a busca por ações criativas na construção e atuação da MMM, está a batucada feminista, que teve origem no FSM de 2003, por iniciativa das militantes do Rio Grande do Norte, e se espalhou por diferentes estados nas manifestações do

dia 8 de março do mesmo ano. Feita preferencialmente a partir de materiais recicláveis, como latas de tinta e tambores, carregadas de mensagens políticas, a batucada da Marcha acompanha o cancionário que ressignifica músicas cujos conteúdos são machistas, criando novas canções que expressem, com irreverência e ao alcance de todas, a rebeldia do feminismo da organização (Ibidem).

Vamos à cronologia.

1ª Ação Internacional: 2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista

A *1ª Ação Internacional* aconteceu durante o ano 2000, momento em que a organização se consolida como um movimento permanente, propondo um feminismo que seja anticapitalista, antirracista e internacionalista. A Ação mobilizou mulheres em mais de 150 países e territórios, entre 8 de março e 17 de outubro, em apoio à plataforma política com 17 reivindicações contra a pobreza e a violência. No encerramento, aconteceram as marchas simultâneas em 40 países diferentes, além dos atos em Washington, nos Estados Unidos. Na manifestação simbólica em frente à sede da ONU, foram entregues mais de cinco milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha. Eram, sobretudo, denúncias de como as políticas neoliberais estavam precarizando a vida das mulheres e os seus territórios. No Brasil, o ato mais importante da Ação foi a realização da *Marcha das Margaridas*, a qual visibilizou as lutas das mulheres organizadas, ao menos desde a década de 1980, sobretudo no campo, mas também nas cidades (PINGRET, 2012).

Marcha das Margaridas

Como supracitado, no ano 2000, a *Marcha das Margaridas*, realizada em Brasília, foi o momento de maior mobilização da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, que até então era uma campanha global, e depois disso se tornou uma organização permanente de caráter internacional. Desde então, já aconteceram seis edições e a mobilização se configurou como a maior manifestação de mulheres rurais na América Latina. Em 2019, 100 mil mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades marcharam na capital do Brasil reivindicando direitos e exigindo democracia. A história das Margaridas e da MMM converge e as pautas

políticas se retroalimentam. Reforma agrária, soberania alimentar, valorização do salário mínimo, direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, combate à violência contra a mulher, economia solidária, agroecologia e sustentabilidade são algumas dessas bandeiras (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

Campanha contra a Área de Livre-Comércio das Américas

A *Campanha contra a Área de Livre-Comércio das Américas* (ALCA) foi um importante momento de organização e mobilização para a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. De acordo com Nalu Faria, foi a partir dessa participação que a MMM fortaleceu sua articulação política contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres e, simultaneamente, contra a pobreza, propondo a valorização do salário mínimo e defendendo a distribuição de renda no país (FARIA, 2012). A ALCA era um acordo de livre-comércio que, na visão dos movimentos sociais da América Latina, fortalecia o imperialismo norte-americano e o empresariado dos Estados Unidos, espalhado pelo mundo por meio das empresas transnacionais. Para a MMM, a luta contra esse acordo representou uma radicalização no enfrentamento ao neoliberalismo. No Brasil, a organização convocou, no dia 12 de agosto de 2002, um dia de ação das mulheres contra a ALCA, com atividades simultâneas em 14 estados (MMM, 2019).

Campanha pela Valorização do Salário Mínimo

A *Campanha pela Valorização do Salário Mínimo* foi desenvolvida conjuntamente entre a Marcha Mundial das Mulheres e a Rede Economia e Feminismo (REF) e teve início em 2003. A ação promoveu estratégias de educação popular, elaboração de materiais informativos e debates que propunham, entre outras coisas, dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, a fim de combater a pobreza, sobretudo entre as mulheres, e distribuir renda para diminuir as desigualdades sociais que são informadas por sexo e raça. Articuladas com o

movimento sindical, as militantes feministas afirmavam que a autonomia econômica das mulheres é uma condição essencial para a transformação social²⁶.

Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres

Lançada em 2004, a *Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres* foi uma campanha impulsionada sobretudo por militantes jovens da MMM que queriam reforçar as ações já existentes, nos estados em que a Marcha estava organizada, em relação a essa temática. De acordo com o site²⁷ criado para a campanha, tratava-se de impulsionar espaços de articulação, troca de experiências e ações diretas contra o machismo na sociedade de mercado. As jovens faziam colagens de cartazes, intervenções em *outdoors* e outras peças publicitárias, ações de rua com batucada feminista e debates sobre a cultura machista, de modo geral. Para Nalu Faria:

Ser contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres significa combater a lógica que transforma as mulheres em objetos a serem comprados, vendidos ou mesmo tomados à força. A desconstrução dos mecanismos do mercado, da exploração do trabalho, das pressões da mídia, passando pelas novas e velhas formas de controle do corpo, são todos aspectos que vão ao coração do sistema capitalista e nos permitem, a partir de experiências cotidianas das mulheres, fazer relações entre as situações de opressão e o funcionamento da ordem econômica. (FARIA, 2012, p. 309).

2ª Ação Internacional: Mulheres em movimento mudam o mundo

A *2ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, com o lema “Mulheres em movimento mudam o mundo”, aconteceu em 2005. Para a ocasião, as militantes elaboraram coletivamente uma *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*, baseada em cinco valores: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz, de acordo com relatos do site²⁸. No Dia Internacional de Luta das Mulheres do mesmo ano, a carta saiu do Brasil, após

²⁶ Salário mínimo e trabalho das mulheres são debatidos com Bárbara Castro na SOF. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/salario-minimo-e-trabalho-das-mulheres-sao-debatidos-com-barbara-castro-na-sof/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

²⁷ Blog da *Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres*. Disponível em: <<http://ofensivamm.blogspot.com/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

²⁸ *Ações Internacionais*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

um ato que reuniu 30 mil mulheres em São Paulo, e passou a percorrer o mundo. Até o dia 17 de outubro de 2005, data em que se encerrou a Ação Internacional, o documento percorreu 53 países e territórios, sendo que em cada um desses lugares as coordenações nacionais do movimento expressavam suas visões, lutas e propostas em um retalho de tecido. Os retalhos foram costurados uns aos outros, formando uma Colcha da Solidariedade, que foi concluída na última parada em Ouagadougou, capital de Burkina Faso²⁹. No dia 17 de outubro, mulheres de diferentes países e territórios do mundo saíram às ruas, às 12h, expressando as reivindicações expostas durante a 2ª Ação. Pelo fuso horário de cada local, essas ações formaram, juntas, 24 horas de solidariedade feminista pelo mundo.

1º Encontro Nacional

Em agosto de 2006, 500 mulheres se reuniram em Belo Horizonte (MG) para o *1º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres*, que tinha o objetivo central de fortalecer a organização das mulheres brasileiras, já que, no mês anterior, havia sido decidido internacionalmente que o Secretariado da Marcha seria transferido do Quebec, no Canadá, para o Brasil. A decisão foi tomada no *6º Encontro Internacional* do movimento, que aconteceu no Peru. A programação do encontro nacional mesclou intercâmbio de práticas feministas, debates e formação política (MMM, 2019).

3ª Ação Internacional

A *3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* aconteceu em 2010. No Brasil, cerca de três mil mulheres marcharam entre as cidades de Campinas (SP) e São Paulo, em uma ação de grande visibilidade. A proposta política da Ação se dividia em quatro eixos: trabalho e autonomia econômica das mulheres; violência; bens comuns; paz e desmilitarização. Ao todo, mais de 100 mil mulheres, de 75 países e territórios, participaram de ações nacionais, regionais e internacionais. De acordo com a organização, uma das grandes contribuições dessa ação foi promover uma reflexão sobre a militarização da vida e sua intrínseca conexão com o sistema capitalista e patriarcal. Esse debate marcou as ações

²⁹ *Carta das Mulheres encerra na África viagem a 53 países*. Disponível em: <<https://democraciasocialista.org.br/carta-das-mulheres-encerra-na-afrika-viagem-a-53-paises/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

regionais na Turquia, nas Filipinas e na Colômbia, especialmente. Para a Marcha, o ato de encerramento, realizado na República Democrática do Congo, foi uma experiência potente de diplomacia popular e solidariedade entre os povos.

Dez anos após a entrega das 17 demandas internacionais à ONU, a MMM questionou esta instituição no terreno em que atua, afirmando que os direitos das mulheres inscritos em convenções, tratados e resoluções da ONU só fazem sentido quando são reais para todas as mulheres do mundo. (Idem, p. 19).

Encontro Nacional Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética

Entre os dias 28 e 31 de agosto de 2008, cerca de 500 mulheres se reuniram em Belo Horizonte para o *Encontro Nacional Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética*, que foi promovido pela Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina. O evento discutiu a soberania alimentar enquanto um direito dos povos, articulando debates sobre o acesso a terra, água, sementes, produção e saúde. O chamado para o encontro dava o tom da crítica: “Nossos posicionamentos e mobilizações partem da análise de que as relações de gênero estão no coração do modelo econômico, e que por isso é necessário mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento”³⁰.

Fórum Social Palestina Livre

Em 2012, a MMM participou do *Fórum Social Palestina Livre*, que aconteceu em Porto Alegre. De acordo com a Marcha³¹, esse foi um espaço importante tanto para tomar conhecimento sobre a realidade das militantes palestinas – ameaçadas constantemente de repressão, prisão e tortura, vivendo em um contexto altamente militarizado, quanto para que esse intercâmbio de informações e experiências pudesse impulsionar a solidariedade internacional, sobretudo com o povo palestino, fortalecendo, com isso, o internacionalismo do movimento, que é um dos seus princípios organizativos.

³⁰ *Mulheres na luta pela Soberania Alimentar e Energética*. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/mulheres-na-luta-pela-soberania-alimentar-e-energetica/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

³¹ *Até que Palestina seja livre!*. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/ate-que-palestina-seja-livre/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

24 Horas de Solidariedade Feminista

24 Horas de Solidariedade Feminista é um conjunto de manifestações da Marcha Mundial das Mulheres por todo o mundo, que acontece anualmente. Para criar uma onda feminista, as mulheres saem às ruas, das 12h às 13h, nos países onde estão organizadas. Desde 2013, essa ação tem sido realizada no dia 24 de abril, em alusão à data do desabamento do edifício Rana Plaza, em Bangladesh, onde funcionavam indústrias têxteis de grandes marcas.

Um dia antes de desabar, apareceu uma grande rachadura na edificação e diversas trabalhadoras e trabalhadores das confecções se recusaram a permanecer no prédio. Entretanto, diante da ameaça de perder o emprego, acabaram cedendo. No dia 24 de abril, o edifício Rana Plaza ruiu, causando 1138 mortes. 80% dessas pessoas eram mulheres. Das mais de 2500 pessoas feridas, muitas perderam permanentemente a capacidade de trabalhar³². Desde então, a MMM denuncia que “Rana Plaza está em todas as partes”, afirmando que as condições precárias de trabalho e de vida são condições inexoráveis ao sistema econômico vigente³³.

9º Encontro Internacional

Realizado no Brasil entre os dias 25 e 31 de agosto de 2013, em São Paulo, o 9º *Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* foi um espaço de definição da 4ª *Ação Internacional* da organização, realizada em 2015, e também um momento de transição do Secretariado Internacional, que estava no Brasil desde 2006, para Moçambique, onde permanece até hoje. Sob o mote “Feminismo em marcha para mudar o mundo”, o encontro recebeu delegadas, representantes feministas de 50 países diferentes, além de cerca de 1600 mulheres. Neste encontro, foi criado o Coletivo de Comunicadoras da Marcha, a partir de uma experiência de Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais que se

³² *Ação feminista durante 24 horas!*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acao-feminista-durante-24-horas/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

³³ *Declaração de solidariedade com as vítimas de Rana Plaza e com as mulheres trabalhadoras em marcha neste Dia Mundial de Ação Feminista*. Disponível em: <<https://www.foei.org/es/no-categorizado/declaracao-de-solidariedade-com-vitimas-de-rana-plaza-e-com-mulheres-trabalhadoras-em-marcha-neste-dia-mundial-de-acao-feminista>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

aliançaram para fazer a cobertura comunicativa do evento. No ato de encerramento do encontro, no dia 31 de agosto, quatro mil mulheres ocuparam as ruas de São Paulo, capital. No documento divulgado ao final do evento, a MMM reafirma sua posição em relação ao debate da comunicação:

Resistimos ao monopólio dos meios de comunicação, à lógica da propriedade intelectual e ao controle dos fluxos de informação que violam nossa privacidade e privilegiam corporações transnacionais, construindo as nossas alternativas de produção de conteúdos, linguagens e meios de comunicação vinculados às lutas emancipatórias e por soberania popular. (MMM, 2013a).

4ª Ação Internacional

Diferente de 2010, quando três mil mulheres marcharam juntas de Campinas a São Paulo, em 2015, na *4ª Ação da Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, as atividades no Brasil foram realizadas de maneira descentralizada, planejadas a partir de três eixos: trabalho, corpo e territórios das mulheres. De março a outubro, houve dez ações regionais envolvendo os seguintes estados: Tocantins, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. O encerramento da Ação aconteceu no Rio Grande do Norte, com a realização de uma *Virada Feminista Cultural e Agroecológica*. Com o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, os comitês estaduais da Marcha organizaram ações que dialogavam com as pautas centrais de cada território, como a militarização, o aborto, a autonomia econômica, entre outras (GIL, 2015).

No Rio Grande do Sul, por exemplo, as mulheres abordaram centralmente a legalização do aborto. No Mato Grosso do Sul, a luta contra o agronegócio. Em Minas Gerais, trataram da exploração promovida pelas empresas mineradoras. No Tocantins, as mulheres pautaram a defesa da água e dos bens comuns. No Rio de Janeiro, o tema principal foi a luta pela desmilitarização da vida. A *Marcha das Margaridas*, protagonizada pelas mulheres do campo, foi mais uma vez um momento de encontro das mulheres da Marcha no Brasil³⁴.

Encontro da Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo

³⁴ *4ª Ação Internacional da MMM marca resistências e alternativas das mulheres brasileiras*. Disponível em <<https://www.sof.org.br/acao-internacional-mmm/>>. Acesso em 16 de março de 2021.

Em 2017, cerca de 240 marchantes de todas as partes do país foram de ônibus para Montevideu, no Uruguai, para somarem às militantes de outros movimentos sociais da América Latina, no *Encontro da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*³⁵, que aconteceu entre os dias 16 e 18 de novembro, reunindo mais de duas mil pessoas. O processo de construção da Jornada teve início em 2015, no marco dos dez anos de derrota da ALCA. O Encontro em Montevideu foi parte da Jornada, que se constituiu como um processo de articulação entre os movimentos sociais da região. O evento teve o objetivo de promover o compartilhamento de experiências de luta e resistência contra as políticas neoliberais, denunciando a atuação das empresas transnacionais aliadas aos governos eleitos ou impostos por meio de golpes, como aconteceu em países como Haiti (2004), Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

5ª Ação Internacional

A *5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, realizada em 2020, teve como lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”. De 8 de março a 17 de outubro, mulheres de 50 países e territórios realizaram atividades denunciando o poder das empresas transnacionais. Por conta da pandemia de covid-19, o caráter das manifestações foi alterado, mas o calendário foi mantido. No Brasil, além das atividades virtuais (debates, reuniões e formações), a programação da 5ª Ação foi composta por ações de solidariedade – distribuição de alimentos, kits de higiene e máscaras – organizadas em parceria com outros movimentos. A precarização da vida se agudizou profundamente no contexto da pandemia. Nesse sentido, as ações de solidariedade tiveram como objetivo ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade, sem deixar de lado a luta por medidas emergenciais, responsabilidades do Estado.

Em tempos difíceis de pandemia, torna-se ainda mais evidente a necessidade de que a sustentabilidade da vida e a solidariedade sejam postas como centrais em nossas ações. A garantia das condições materiais de vida da população, tanto na esfera produtiva como reprodutiva, passa por construirmos ações concretas: tanto no âmbito coletivo e estrutural, colocando a economia a serviço da vida, quanto no âmbito individual, para que combater a miséria, a pobreza, a fome, o excesso de

³⁵ *Marcha Mundial das Mulheres na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-mundial-das-mulheres-na-jornada-continental-pela-democracia-e-contra-o-neoliberalismo/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

trabalho (dentro e fora de casa), a precariedade do sistema público e gratuito de saúde e o aumento da violência³⁶.

Com a Ação Internacional, encerro a apresentação da Marcha Mundial das Mulheres e passo a apresentar o Coletivo de Comunicadoras do movimento.

2.3 O Coletivo de Comunicadoras e a comunicação na Marcha Mundial das Mulheres

O Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres não é uma instância da organização. Trata-se de um grupo de militantes do movimento que atua em frentes diversas e que trabalha para multiplicar os processos comunicativos. As integrantes do coletivo estão espalhadas pelo país. Há um fórum *on-line* de organização, criado na plataforma *Telegram*. O grupo do *Telegram* tinha, até julho de 2021, aproximadamente 40 integrantes, que oscilam a assiduidade de participação. Além desse fórum, em que acontecem as trocas contínuas, há reuniões coletivas sem periodicidade definida. A dinâmica do coletivo é bastante fluida, entre outras razões, porque funciona com base na agenda geral do movimento. Os momentos de cobertura de grandes mobilizações e de eventos construídos em parceria com outros grupos políticos costumam ser ocasiões em que o coletivo funciona intensamente.

Normalmente, há por volta de dez estados mais ativos, simultaneamente, na comunicação nacional. Um desafio para a MMM é ter mais estados que participem dos processos de comunicação (ZELIC, 2020a). Uma característica interessante e ao mesmo tempo desafiadora é a rotatividade de pessoas mais ativas no grupo. Uma das entrevistadas para este trabalho, ao ser questionada sobre como descreveria a organização do coletivo, destacou que a descrição da dinâmica caduca rapidamente, porque, às vezes, pessoas que estão muito participativas em um determinado momento assumem outras tarefas, mudam de trabalho, têm problemas pessoais e acabam ficando menos disponíveis, o que altera o funcionamento do grupo (Idem).

³⁶ *Pela vida das mulheres, contra o coronavírus: por todo o Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres está em ações de solidariedade*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/pela-vida-das-mulheres-contra-o-coronavirus-por-todo-o-brasil-a-marcha-mundial-das-mulheres-esta-em-aco-es-de-solidariedade/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

O Coletivo de Comunicadoras foi criado no 9º *Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, realizado em agosto de 2013, em São Paulo. Cabe destacar que esse foi o momento da decisão política de oficialização de um processo orgânico que vinha sendo desenvolvido pelo movimento, que no ano anterior, por exemplo, havia participado do processo de comunicação da *Cúpula dos Povos*³⁷, um evento paralelo à *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)*, também conhecida como Rio+20. A *Cúpula dos Povos* foi um marco importante para a comunicação da Marcha porque, embora ainda não houvesse o coletivo, foi um momento em que as militantes se deram conta, com o incentivo de outros movimentos sociais e populares da América Latina, de que já faziam comunicação. A partir da convergência de comunicação dos movimentos, assim nomeada nessa ocasião, foi possível dar um novo sentido à experiência do processo comunicativo da MMM (MORENO, 2020). Jéssika Martins Ribeiro, militante da Marcha em São Paulo, relata a relevância do evento:

A volta para casa da Rio+20 deu gás para fazermos uma comunicação diária. Eu acho que foi aí que começamos a nomear o coletivo de comunicadoras, não com esse nome ainda, mas começamos a ter mais iniciativas. Criei o blog e as meninas (Tica e Bruna) criaram o “Buteco das Minas”. Diariamente tínhamos postagens e toda semana a *live* de debate da conjuntura numa perspectiva feminista (RIBEIRO, 2021).

Para além dos eventos, mesmo antes da criação de um Coletivo de Comunicadoras, a MMM utilizava as redes sociais digitais para articulação das pautas feministas, como uma prática comunicativa e de construção de movimento. Em 2008, por exemplo, a organização criou um blog para a campanha de *Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres*, a fim de agilizar a comunicação, articular e divulgar ações e atividades acerca da temática. Desde aquele momento até a inauguração do novo blog, em 2012, também foram criados grupo e página no *Facebook*, perfil no *Twitter*, conta no *Flickr* e no *Youtube*, um site próprio e uma iniciativa de streaming chamada de “Buteco das Mina”, que foi inaugurada em abril de 2012, a partir de *twitcams* (transmissões de vídeo pelo *Twitter*).

³⁷ Para saber mais sobre a participação da MMM na *Cúpula dos Povos*, acesse o texto *Mulheres abrem jornada de mobilizações da Cúpula dos Povos na Rio+20*. Disponível em <<https://www.sof.org.br/mulheres-abrem-jornada-de-mobilizacoes-da-cupula-dos-povos-na-rio20/>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

O atual blog da Marcha, lançado em 2012, é operacionalizado pelo Coletivo de Comunicadoras e alimentado por toda a organização. Qualquer militante do movimento pode escrever sobre temas que considera relevantes e que tenham diálogo com as pautas da organização, e enviar os textos para serem publicados. Esses canais de comunicação conectam as ações das ruas e das redes, visibilizando vozes, análises, opiniões, denúncias e propostas do movimento. “Estamos na rede articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta”³⁸, sintetiza o movimento na apresentação disponível no blog.

Acerca do uso das redes sociais digitais e da internet como um todo, cabe destacar que o esforço de fazer uma crítica anticapitalista ao modelo de comunicação e de desenvolvimento e mercantilização da tecnologia, chamado de “capitalismo patriarcal high-tech”³⁹ por Bruna Provazi, é parte da formulação da Marcha sobre o assunto da comunicação. Uma saída coletiva para a questão, sinalizada pelo movimento, é a aposta em incentivar as mulheres a se apropriarem de ferramentas livres e mais seguras, para que sejam narradoras de suas próprias histórias, a fim de construir sínteses coletivas e memórias dos processos da organização e, com isso, pôr em prática a comunicação popular e feminista.

As práticas de comunicação feminista também levaram a uma apropriação da tecnologia por trás da comunicação, às estruturas e infraestruturas de poder e de controle que marcam sobretudo as TIC's. Frente ao controle dos dados e a vigilância massiva que serve às grandes empresas e Estados, as feministas se aproximam cada vez mais do software livre e das ferramentas de criptografia para defender sua privacidade. (MORENO, 2016, p. 5).

Nos últimos anos, as redes sociais digitais e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se tornaram cada vez mais centrais nos processos comunicativos, deixando evidentes enormes contradições. Um desafio atual para a MMM é atualizar e massificar, inclusive entre suas militantes, a crítica feminista e anticapitalista à digitalização, baseada nas novas questões enfrentadas em relação ao tema, que tem sido amplamente

³⁸ *Na rede*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/na-rede/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

³⁹ *Longe da autonomia, perto do patriarcado: viralizar o feminismo libertando nossas ferramentas*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/29/tao-longe-da-autonomia-tao-perto-do-patriarcado-viralizar-o-feminismo-libertando-nossas-ferramentas/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

discutido no Brasil, especialmente após as eleições de 2018 e as recorrentes consequências da distribuição das chamadas *fake news*. Contudo, isso não quer dizer que o movimento não siga utilizando a internet e as redes sociais digitais em seus processos comunicativos.

Nossas atividades na internet são combinadas com ações no campo e nas cidades, espaços em que também temos que ter nossas próprias formas de comunicação. A grande presença de discursos feministas na internet é um avanço, mas não significa que a situação das mulheres caminha na mesma velocidade. Não podemos nos deixar enganar pelo discurso liberal que muitas vezes acaba tendo mais visibilidade na mídia e que atribui a mudança a apenas um tema de empoderamento individual das mulheres, como se o feminismo fosse só um comportamento, e não um movimento político. (MMM, 2015, p. 75).

Na MMM, defende-se a ideia de que a comunicação não é somente um instrumento, pois deve ser compreendida enquanto uma parte constitutiva da construção do movimento. Embora o sentido da comunicação não se restrinja ao papel de divulgação, este também é um desafio colocado para os movimentos sociais e populares. Produzir comunicação com as reflexões e propostas da organização, com vozes e linguagens próprias, é uma busca permanente, na qual “a forma e conteúdo andam juntos” (Idem, p.71).

Um ano depois da *Cúpula dos Povos*, uma nova aliança de comunicação foi articulada para a cobertura do *9º Encontro Internacional da Marcha*, nomeada mais uma vez como *Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais*⁴⁰. A MMM, o Coletivo Catarse, a Via Campesina, a Radio Mundo Real (RMR), do Uruguai, a TV da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), da Venezuela, e a ALAI, do Equador, se juntaram nesse processo. Essa convergência foi pensada com base em uma crítica à cobertura padrão da mídia tradicional, pautada no apagamento das lutas dos movimentos sociais e na distorção e esvaziamento do conteúdo político das mobilizações militantes.

Sabemos que a grande mídia não divulga nossas ações e pautas, pois é sexista, machista e legitimadora do modelo econômico vigente. O 9º Encontro Internacional da MMM foi um espaço em que pudemos construir convergências para produzir de maneira autônoma conteúdos feministas, como fotos, vídeos, textos, programas de

⁴⁰ *Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais*. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/23/convergencia-de-comunicacao-dos-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

rádios e boletins, que deram conta da riqueza de debates e intercâmbios realizados ali. (Idem, p. 72).

Imagem 3: Formação do Coletivo de Comunicadoras, no Encontro Internacional. Crédito: Elaine Campos



Durante a programação do 9º Encontro, aconteceram painéis simultâneos sobre temas importantes para a vida das mulheres. Um dos assuntos era justamente a comunicação. Realizada no dia 29 de agosto de 2013, a mesa sobre comunicação e feminismo contou com a participação de Bia Barbosa, militante do coletivo Intervezes; Rosane Bertotti, secretária de comunicação da Central Única dos Trabalhadores e integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); além de Micaela Ryan, da ALBA TV; e Sally Burch, da ALAI. Na ocasião, as participantes destacaram que os meios de comunicação possuem muito poder no imaginário popular, já que estão presentes no dia a dia da população, reproduzindo, inúmeras vezes, valores patriarcais como a banalização da exposição do corpo das mulheres, o reforço de padrões estéticos e a normalização da violência. Nesse sentido, de acordo com o relato⁴¹ que consta no blog do encontro, Bia Barbosa reafirmou a importância

⁴¹ *As mulheres têm voz e gritam pela democratização dos meios de comunicação.* Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/30/as-mulheres-tem-voz-e-gritam-pela-democratizacao-dos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

da inclusão das mulheres nos setores produtivos da comunicação, bem como a apropriação tecnológica, visto que os espaços da técnica são reservados, socialmente, aos homens.

Após a realização do encontro, a ALAI publicou a revista *América Latina em movimento: Feminismo popular para cambiar el mundo* (2013), que compilou artigos que refletiam sobre a atividade internacional da MMM. No texto *Una falsa solución a la crisis del capitalismo: fortalecimiento del patriarcado* (2013), que foi base para as discussões promovidas na ocasião e é assinado pelo Comitê Internacional da Marcha, o movimento apresenta uma análise sobre as novas dinâmicas de acumulação⁴² do capitalismo. A tese exposta nesse texto reafirma que a nova ofensiva do capital sobre o corpo, a vida, o trabalho e os territórios das mulheres dispõe dos meios de comunicação como uma importante ferramenta política (COMITÉ INTERNACIONAL DE LA MMM, 2013).

Tanto internacionalmente quanto a nível local, a comunicação está altamente concentrada e os conglomerados que detêm o poder dos meios de comunicação controlam, ao visibilizar determinadas informações e ocultar outras, o processo de formação e consolidação da opinião pública. Assim, eles atuam, por exemplo, difundindo valores conservadores e justificando políticas de austeridade, por exemplo. Nesse cenário, a repressão aos atores sociais que buscam disputar ideias, a partir de outros modos de fazer comunicação, se intensifica, e as iniciativas que visam controlar e monetizar os fluxos comunicativos, inclusive na internet – vista na primeira década dos anos 2000 como uma possibilidade concreta de difundir informações ignoradas pela mídia tradicional – também crescem (Ibidem).

Um dos pontos fortes do 9º Encontro Internacional foi a convergência de comunicação com outros movimentos sociais. As alianças são parte da construção da Marcha enquanto um movimento internacional, feminista e anticapitalista, e se fabricam também por meio dos processos de comunicação, os quais dão visibilidade às lutas sociais e, além disso, se configuram como ferramentas de articulação e formação política. Desse modo, a comunicação está interligada a toda a proposta política do movimento. Por meio das iniciativas coletivas, mulheres de entidades feministas e também de agrupamentos mistos se

⁴² Acerca desse conceito, e das críticas feitas a ele, ver mais no vídeo *O que é ACUMULAÇÃO PRIMITIVA?* | #LéxicoMarx com Virginia Fontes. Disponível em: <<https://youtu.be/odEH0AEFMvc>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

aproximam da Marcha, o que fica evidenciado na conformação do Coletivo de Comunicadoras.

No questionário preenchido pelas militantes para a consolidação da linha do tempo do coletivo, que será apresentada a seguir, isso foi demonstrado algumas vezes. Uma integrante, que compõe o grupo há pouco mais de um ano, conheceu mais de perto a atuação da MMM nas oficinas sobre segurança na internet, feitas em parceria com o coletivo Actantes, do qual fazia parte. Outra integrante relata que sua aproximação se deu no período em que era organizada na juventude ambientalista Terrazul, quando conheceu militantes feministas da Marcha. Algumas contam que conheceram a organização enquanto estavam no movimento estudantil e, outras, por meio da atuação partidária. São múltiplas narrativas e histórias que evidenciam que as construções coletivas são espaços profícuos para a organização das mulheres.

Na apresentação⁴³ do Coletivo de Comunicadoras, as alianças com outros movimentos sociais aparecem como uma das linhas de atuação do grupo. “Construir uma comunicação feminista em convergência com os movimentos sociais aliados, divulgando as ações e parcerias sempre que possível” é a terceira das diretrizes que constam no texto. Além dessa, há outras cinco linhas de atuação, sendo elas: a afirmação de que todas as mulheres podem participar de processos de comunicação, sem que, para isso, tenham de ser especialistas no assunto; a convocação para que a comunicação da Marcha evidencie a diversidade (regional, geracional, política, etc.) das militantes da organização; a necessidade de privilegiar as ferramentas livres nos processos comunicativos militantes; o estímulo para que as comunicadoras incentivem outras mulheres a participar dos processos de comunicação e a produzir conteúdos comunicativos; e a integração da comunicação enquanto parte do projeto político da Marcha, nas “ruas, redes e roçados”.

“Nas ruas, redes e roçados” é um slogan da Marcha que sintetiza o esforço de conectar as resistências protagonizadas pelas mulheres no enfrentamento à desigualdade, em diferentes territórios e espaços. Para Isabelle Azevedo, que faz parte do Coletivo, a comunicação popular e feminista é estratégica para a construção de alternativas na MMM e no movimento feminista como um todo. Para ela, o enfrentamento ao capitalismo não pode prescindir da disputa no plano simbólico e, justamente por isso, é preciso rejeitar a comunicação

⁴³ *Coletivo de Comunicadoras*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/coletivo-de-comunicadoras-da-mmm/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

hegemônica e os discursos impostos por ela, que não consideram as mulheres como sujeitos políticos e como agentes da transformação social (AZEVEDO, 2020). Entre a concepção política do tema e as práticas existem inúmeros desafios e obstáculos, mas temos evidente contra o quê e a favor de que lutamos. Assim como em outras frentes de atuação, estamos enfrentando a lógica proprietária e consumidora e defendendo, com nossas práticas, uma vida livre de cercamentos e a ideia de que todas podemos (MORENO, 2020a).

Feita esta apresentação geral, partimos para uma linha do tempo do Coletivo de Comunicadoras, síntese de momentos fundamentais que construíram a identidade do grupo.

2.4 Linha do tempo do Coletivo de Comunicadoras

Sistematizar a experiência do Coletivo de Comunicadoras da Marcha é um desafio por algumas razões. Uma delas é que essa experiência se une profundamente à atuação do movimento “nas ruas, redes e roçados”, em diferentes estados, de diversas formas e com um nível de articulação que também oscila. É importante considerar ainda que o coletivo é um multiplicador de processos comunicativos e que, portanto, há iniciativas para além das quais o grupo promove ou mesmo tem conhecimento. Cabe ressaltar, então, que o estabelecimento de um marco temporal para a comunicação da MMM é um recorte que pode apresentar diversas lacunas, e que o foco desta linha do tempo é a história do Coletivo de Comunicadoras, especificamente.

Para a realização deste trabalho, enviamos um questionário ao grupo operativo das comunicadoras do movimento, na plataforma *Telegram*, a fim de construir a linha do tempo que compõe a sistematização⁴⁴ da experiência. O questionário, criado a partir da plataforma *JotForm*, continha campos para identificação (nome, e-mail, cidade, estado), para indicação de quando e como a comunicadora se inseriu na Marcha Mundial das Mulheres, espaço para confirmar se faz parte do Coletivo de Comunicadoras, para responder quando e como se aproximou, e outro para relatar dois processos de comunicação vivenciados com a MMM. Por último, havia uma pergunta sobre a autorização do uso dos dados para esta pesquisa.

⁴⁴ O restante da sistematização será apresentado no quarto capítulo.

Em relação ao relato dos dois processos de comunicação, pedi que as integrantes respondessem se o evento era apenas da MMM ou de mais organizações, quando e onde aconteceu, quem estava presente, se havia outros movimentos, o que foi produzido, quais as características mais interessantes dessas experiências e quais foram os principais desafios. O objetivo, conforme mencionado acima, foi destacar momentos importantes da atuação do Coletivo de Comunicadoras em uma linha do tempo. O questionário foi respondido por doze militantes. Seis do estado de São Paulo, uma do Rio de Janeiro, duas do Rio Grande do Norte, uma do Ceará, uma de Pernambuco e uma do Rio Grande do Sul. Seis afirmaram que fazem parte da Marcha Mundial das Mulheres há dez anos ou mais, cinco militam no movimento há mais de cinco anos e menos de dez, e uma se juntou à organização há menos de dois anos. Todas autorizaram o uso das respostas para este trabalho.

Dezesseis momentos foram apontados como marcantes pelas integrantes. Duas indicações são anteriores à formalização do Coletivo de Comunicadoras, o que reforça o argumento de que a decisão política de criação do grupo partiu do reconhecimento de uma movimentação já existente na organização. Cabe destacar que alguns momentos foram lembrados por mais de uma pessoa, como a *Marcha das Margaridas* e a *4º Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, de 2015. Outros, como as *Trilhas Feministas* e o *Encontro Sobre Mulheres e Extrativismo* foram citados por uma pessoa somente. A maior parte das indicações são lembranças de momentos em que mais de uma comunicadora do Coletivo esteve envolvida diretamente. Entretanto, para o grupo, a participação de uma representante não deixa de ser coletiva, em alguma medida, já que é reflexo das práticas e da elaboração política sobre comunicação do movimento. Posteriormente, ao apresentar a linha do tempo para o grupo focal, realizado em abril de 2021, foram sugeridos alguns acréscimos nesta cronologia. Mais especificamente, três lacunas foram percebidas pelas militantes. Os três momentos foram apontados como fundamentais para o fechamento da linha do tempo, e, por isso, foram incluídos.

2012

De acordo com a memória coletiva do grupo, em 2012 há dois momentos marcantes na trajetória do Coletivo de Comunicadoras. O primeiro foi a participação na cobertura

colaborativa da *Cúpula dos Povos*, na Rio+20, e, o segundo, a campanha *Somos todas Apodi*, que compôs o calendário de atividades das *24 horas de Ação Feminista* deste ano.

No dia 10 de dezembro de 2012, a Marcha Mundial das Mulheres promoveu *24 horas de Ação Feminista*. Neste ano, 33 países participaram das atividades. No Brasil, o tema central da ação foi a solidariedade às mulheres da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, em razão da ameaça de que um grande projeto do agronegócio causasse desapropriação de terras, impactasse os modos de vida da população e trouxesse contaminação por agrotóxicos (PAULA, 2021). O lema da ação foi a defesa da autonomia das mulheres e da soberania alimentar como parte da luta da Marcha pela sustentabilidade da vida. Em dez estados e em quinze cidades diferentes, mulheres do Brasil foram às ruas protestar contra o agronegócio.

Na luta pelo direito das mulheres de Apodi continuarem em suas terras expressamos nossa convicção de que é nossa força organizada que garantirá as mudanças necessárias para o fim do patriarcado, do capitalismo e de todas as formas de opressão e discriminação. Quando somos expulsas de nossas terras enfrentamos mais violência, prostituição, empregos precários⁴⁵.

Imagem 4: Print do texto no blog da MMM sobre a ação *Somos Todas Apodi*



Ação em Brasília (DF), hoje. #24hFeminism #SomosTodasApodi

Estamos atualizando, pouco a pouco, o site da ação com as fotos recebidas via e-mail e via Twitter (#24hfeminism), enviadas diretamente pelas participantes das mobilizações. Acompanhe hora a hora a construção coletiva desta grande galeria de fotos em:

<http://www.24heures2012.info/index.php/es/en-action-photos>

No Brasil, já há fotos das ações em Apodi, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Se você é militante da Marcha e participou de alguma ação, mande fotos do seu estado e escreva um relato pro nosso blog também!

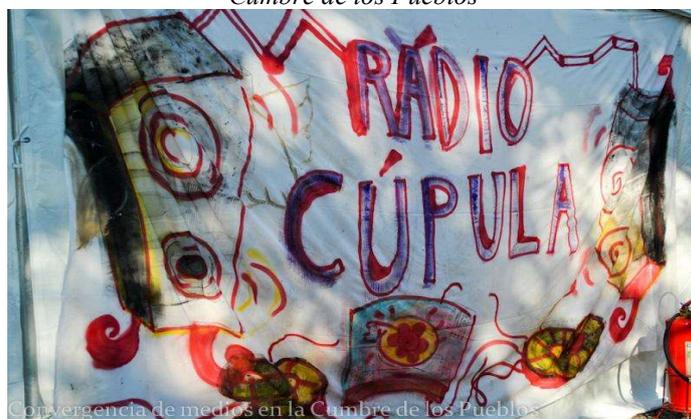
Somos todas Apodi!

⁴⁵ *Aqui, Somos todas Apodi!*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/aqui-somos-todas-apodi/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Nas redes, as *hashtags* #SomosTodasApodi e #24hfeminism visibilizavam a pauta das ruas. No blog da Marcha, havia um chamado para que todas participassem da construção da memória dessa mobilização. “Estamos atualizando, pouco a pouco, o site da ação com as fotos recebidas via o e-mail e via *Twitter* (#24hfeminism), enviadas diretamente pelas participantes das mobilizações”⁴⁶. A galeria de fotos coletivas era alimentada de hora em hora em um site próprio das *24 horas de Ação Feminista*, que não está mais disponível. A organização também convidava todas a escreverem suas percepções sobre a ação. “No Brasil, já há fotos das ações em Apodi, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Se você é militante da Marcha e participou de alguma ação, mande fotos do seu estado e escreva um relato pro nosso blog também!”.

Na *Cúpula dos Povos*, evento paralelo à Rio+20 que ocorreu no Rio de Janeiro, de 15 a 22 de junho de 2012, a Marcha se somou a diversos outros movimentos sociais na Convergência de Comunicação. ALAI, ALBA TV, Asociación Latinoamericana de Educación Radiofônica (ALER), Alianza Biodiversidad en América Latina y El Caribe, Coordinación Andina de las Organizaciones Indígenas (CAOI), Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo/Via Campesina (CLOC-VC), Grito de los Excluidos, Jubileo Sur/Américas, Minga Informativa de Movimientos Sociales, Movimentos Sociais rumo à ALBA, Radio Mundo Real/Amigos da Terra, GRAIN e a Marcha assinavam os boletins informativos lançados durante a cobertura coletiva que, além disso, produziu textos, fotos, vídeos e programas de rádio.

Imagem 5: Foto da rádio produzida coletivamente na *Cúpula dos Povos*. Crédito: *Convergencia de medios en la Cumbre de los Pueblos*



⁴⁶ *Somos todas Apodi*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/12/10/somos-todas-apodi/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Imagem 6: Registro da convergência de comunicação na Cúpula dos Povos. Crédito: Convergencia de medios en la Cumbre de los Pueblos



Além de contribuir com a comunicação coletiva da Cúpula, a Marcha produziu conteúdos próprios sobre o evento, que foram divulgados no site da Sempre Viva Organização Feminista. *Começa a Cúpula dos povos, por justiça social e ambiental*⁴⁷; *Feminismo, elemento central na construção das alternativas à economia verde*⁴⁸; *Mulheres abrem jornada de mobilizações da Cúpula dos Povos na Rio+20*⁴⁹; e *#OcupaBNDES – Banco Nacional Da Exploração Sexual*⁵⁰ foram alguns textos produzidos pelas comunicadoras. A participação na convergência de comunicação foi apontada por duas participantes da pesquisa como um momento de alteração da percepção sobre o fazer comunicativo na Marcha Mundial das Mulheres. Cinco militantes da MMM participaram da cobertura com a comunicação de outros movimentos sociais da América Latina e essa experiência foi importante para que, no ano seguinte, uma nova articulação entre comunicadoras e comunicadores militantes fosse

⁴⁷ *Começa a Cúpula dos povos, por justiça social e ambiental*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/comeca-a-cupula-dos-povos-por-justica-social-e-ambiental/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁴⁸ *Feminismo, elemento central na construção das alternativas à economia verde*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/feminismo-elemento-central-na-construcao-das-alternativas-a-economia-verde/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁴⁹ *Mulheres abrem jornada de mobilizações da Cúpula dos Povos na Rio+20*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/mulheres-abrem-jornada-de-mobilizacoes-da-cupula-dos-povos-na-rio20/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁵⁰ *#OcupaBNDES – Banco Nacional Da Exploração Sexual*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/ocupabndes-banco-nacional-da-exploracao-sexual/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

preparada para o 9º *Encontro Internacional* da organização, novamente nomeada como *Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais*.

Cabe destacar que a declaração final da *Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*, menciona a democratização da comunicação como uma questão urgente para a emancipação dos povos e das mulheres, indicando a pauta como um dos eixos centrais de luta dos movimentos sociais que construíram a articulação.

2013

Em 2013, o destaque apontado pelas militantes do Coletivo foi o 9º *Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, que, conforme já abordado, foi o momento de uma nova convergência de comunicação e também da decisão política de criar o Coletivo de Comunicadoras. Nessa convergência, ALAI, ALBA TV, Coletivo Catarse, Radio Mundo Real e Via Campesina se juntaram à Marcha na cobertura colaborativa do evento. Um site⁵¹ próprio foi criado para divulgação das notícias do Encontro. Na apresentação da convergência, a intencionalidade política do processo de comunicação é destacada.

A comunicação no nosso Encontro não será apenas uma ferramenta, mas também uma questão política que é parte do enfrentamento ao controle do capital sobre os povos, na luta em defesa dos bens comuns e pela autodeterminação dos povos. (...) Assim, procuramos demonstrar na prática que a comunicação não é neutra e não pode estar dissociada da construção política dos processos. O intercâmbio e as contribuições de cada movimento a partir de suas experiências, linguagem e meios de comunicação, são elementos fundamentais para um registro coletivo, vivo e militante das lutas e das vozes das mulheres. 52

A mesma apresentação convida todas as militantes a produzirem conteúdos na internet sobre o encontro e que utilizem as *hashtags* #EncontroMMM e #31feminista em sua divulgação. Na programação do evento, a comunicação também foi tema de diversas

⁵¹ Site do Encontro Internacional. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

⁵² *Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais*. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/23/convergencia-de-comunicacao-dos-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

atividades. No dia 29 de agosto, o painel “Em luta pela democratização da comunicação” fez parte das atividades organizadas no eixo “Feminismo em marcha: nossos acúmulos e intervenções políticas”. No dia 30, pela manhã, o eixo “Feminismo em marcha: trajetórias a partir das nossas práticas políticas” contou com o painel “Práticas de comunicação feminista” e, à tarde, houve diversas oficinas simultâneas sobre práticas comunicativas, tais como lambe-lambe, pichação crítica e estêncil, batucada, zine feminista, produção de panfletos, usos da internet, rádio, produção de faixas, muralismo, etc.

Texto, vídeo, documentário, redes e lives (naquele ano nós não chamamos assim, mas transmitimos momentos do encontro, sobretudo no “Buteco”). Como a Marcha, o coletivo de comunicadoras era incontornável, tinha forma e vontade. Mulheres de vários estados dispostas a construir uma comunicação feminista (RIBEIRO, 2021).

Imagem 7: Registro da sala de apoio da Convergência de Comunicação no 9º Encontro Internacional da MMM.

Crédito: Elaine Campos



A Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais produziu informações em formatos e linguagens diversas. Um *streaming*, feito pelo *Twitter* da Marcha, o “Buteco das Minas”, foi organizado pelo grupo para contar sobre o andamento do Encontro, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo. Havia uma sala para as comunicadoras e os

comunicadores, onde podiam se reunir para produzir coletivamente, carregar equipamentos, etc. As militantes que participaram da convergência contam que a experiência foi muito produtiva, antes, durante e depois do encontro. Para além da participação de outros movimentos sociais, a Marcha solicitou que os estados delegassem pessoas para participar da comunicação e isso, como demonstra o fato de o coletivo ter sido criado no evento e mantido desde então, gerou um saldo organizativo positivo para o movimento.

Antes da decisão política de formar o coletivo, a Marcha já possuía canais próprios de comunicação e participava de processos comunicativos internos e de convergência. O Coletivo de Comunicadoras, desse modo, não foi criado como uma instância do movimento, mas como um grupo multiplicador de processos orgânicos que acontecem em eventos e também cotidianamente, espalhados pelo país e pelas lutas das mulheres organizadas na MMM.

(...) o Coletivo de Comunicadoras significou uma maneira diferente de fazer comunicação e de militar. Não quer dizer que a Marcha não fazia comunicação antes, que não temos registros do início do movimento ou que essa não era uma tarefa pensada no movimento. Acredito que o Coletivo de Comunicadoras se colocou e foi colocado na produção de uma comunicação feminista cotidiana, uma lente para o mundo. Não a mera narração dos fatos, mas tornar-se parte da produção e circulação conseguindo, sobretudo, visibilizar-se. (Idem).

2014

Em 2014, duas atividades foram destacadas nas respostas do questionário. A primeira foi a formação/organização do Coletivo de Comunicadoras e a segunda foi a participação da MMM na comunicação do *III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)*.

Sobre a formação/organização do Coletivo, um aspecto ressaltado nas respostas foi o encontro presencial, já que as reuniões costumam ser *on-line*. Além disso, houve destaque a conexão feita com o debate sobre segurança digital, que hoje parece mais comum, mas que há alguns anos era menos corriqueira. A oficina aconteceu em São Paulo, nos dias 14 a 17 de fevereiro, na Sempreviva Organização Feminista, conforme consta no relatório interno acessado para esta investigação. Um relato produzido por Bruna Rocha, então militante da Marcha Mundial das Mulheres na Bahia, também subsidiou esta recuperação. O relato foi

publicado no blog da MMM, com o título *Coletivo de Comunicadoras debate comunicação feminista*⁵³, no dia 15 de fevereiro de 2014.

A programação da oficina foi organizada da seguinte maneira:

Dia 14 – Sexta-feira

9h30: Feminismo e comunicação

14h: A comunicação na MMM: Retomada das nossas experiências e alianças em comunicação

18h30: Espaço aberto: Tecnologias livres, mulheres autônomas. Roda de conversa sobre feminismo e software livre.

Oficina: Liberte seu computador!

Dia 15 - Sábado

Nossos instrumentos de comunicação

Oficinas que recuperam o que já temos produzido em cada linguagem, experiências inspiradoras de outros movimentos, e capacitação em utilização de ferramentas.

9h30: Boletins e notícias das ações da MMM

14h: MMM na internet - blog e redes sociais

Noite cultural: show de bandas feministas: Joan Get Your Gun e Anti-corpos

Dia 16 - Domingo

Nossos instrumentos de comunicação

⁵³ *Coletivo de Comunicadoras debate comunicação feminista*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/02/15/coletivo-de-comunicadoras-debate-comunicacao-feminista/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Oficinas que recuperam o que já temos produzido em cada linguagem, experiências inspiradoras de outros movimentos, e capacitação em utilização de ferramentas.

10h: Vídeo

14h30: Rádio

Dia 17 - Segunda-feira

9h: Planejamento e organização do coletivo, divisão de tarefas.

Imagem 8: Registro da oficina de formação do Coletivo de Comunicadoras realizada em São Paulo. Crédito:

Luiza Mançano



De acordo com o relatório da oficina, ela foi iniciada com debates sobre duas questões centrais: Quais são as críticas que o feminismo apresenta sobre a comunicação? O que é uma comunicação feminista? Em seguida, foi discutido como a comunicação da Marcha foi sendo construída, marcada pela produção de boletins impressos com notícias dos estados, jornais e

panfletos em momentos específicos. Também foram destacados processos de formação em comunicação, a exemplo de um organizado pela Minga Informativa de Movimientos Sociales. Diferentes experiências de convergência de comunicação, com movimentos sociais aliados, foram mencionadas pelas militantes e estão retratadas no documento, tais como a articulação durante o *Encontro de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética*, de 2008, realizado pela MMM e pelas mulheres da Via Campesina, a aliança de comunicação na *Cúpula dos Povos*, descrita anteriormente, o *Fórum Social Mundial Palestina Livre*, na *Cúpula dos Povos do Chile*, etc.

A avaliação é que estes processos nos deram mais segurança para fazer comunicação, aprendemos muito com os e as companheiras com mais experiência em comunicação, e fomos construindo a nossa forma de fazer. O trabalho da equipe de comunicação no encontro foi resultado desse acúmulo político e coletivo da Marcha. (COLETIVO DE COMUNICADORAS DA MMM, 2014a).

O *III ENA* foi mencionado como um marco para a comunicação da MMM tanto nas entrevistas como em respostas do questionário. O evento, realizado na Universidade Federal do Vale São Francisco (UNIVASF), em Juazeiro (BA), entre os dias 16 e 19 de maio, foi organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde, Cultivar o Futuro”. Na ocasião, o Coletivo de Comunicadoras da MMM, por meio das representantes que participaram do evento, produziu um material com dez estratégias para uma cobertura colaborativa feminista (COLETIVO DE COMUNICADORAS DA MMM, 2014b). O objetivo era assegurar que as vozes das mulheres que participam de sua construção fossem vocalizadas na comunicação do encontro. São elas:

- 1) Reconhecimento de que não há agroecologia sem feminismo;
- 2) Utilização de linguagem que não seja sexista e que não diminua as mulheres;
- 3) Não reforçar o papel cultural/social imposto pela sociedade às mulheres;
- 4) Entrevistar mais mulheres para falar sobre variados temas, não somente sobre aqueles assuntos consideradas como “questões de mulheres”;

- 5) Romper com estereótipos de gênero, por exemplo, ao evitar perguntar a idade das mulheres (já que isso é menos perguntado aos homens), não as retratar unicamente como vítimas e não pressupor que sejam todas heterossexuais;
- 6) Não promover uma ideia utilizando o corpo ou a beleza das mulheres;
- 7) Refletir criticamente inclusive sobre as mídias que se autodenominam livres;
- 8) Dar voz ao feminismo e às mulheres como sujeitos políticos;
- 9) Reforçar o feminismo para a construção da agroecologia;
- 10) Reconhecer a comunicação enquanto um tema central para a transformação da sociedade.

Imagem 9: Imagem que simula notícia de jornal sobre a inauguração da "Embrapa Agroecológica". Crédito: Reprodução do blog da MMM

FOLHA FEMINISTA

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2014

Mulheres inauguram Embrapa Agroecologia

Mulheres reunidas no III Encontro Nacional de Agroecologia fizeram ato de inauguração da Embrapa Agroecologia em Petrolina-PE

Os dez pontos desenvolvidos no material elaborado pelo Coletivo repercutiram para além da comunicação do ENA e fortaleceram, de modo geral, a participação das mulheres auto-organizadas (MORENO, 2021). Mais uma vez, a exemplo de outras ocasiões, a Marcha fez alianças políticas por meio dos processos comunicativos, de modo que a comunicação,

nesse sentido, não é apenas a divulgação da política, mas a política em si mesma. Além das comunicadoras que participaram do Encontro, havia outras que estavam “na base”, isso é, recebiam os conteúdos enviados diretamente do ENA e ajudavam a divulgá-los nos canais de comunicação. Houve, por exemplo, uma ação direta na Embrapa e, ao mesmo tempo que ela acontecia, algumas comunicadoras da Marcha faziam *tweets* sobre o tema, marcando o perfil da empresa, o que gerou alcance e fez com que a Embrapa começasse a fazer *posts* para se defender das críticas (Idem).

2015

A 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a participação da MMM na XVIII Cúpula Social do Mercosul foram os processos que mais marcaram o grupo no ano de 2015. Uma das razões apontadas para destacar a Marcha das Margaridas é que se trata, historicamente, de uma mobilização massiva, que reúne mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, em uma manifestação “bonita, forte e diversa” (ZELIC, 2021a). Na Marcha de 2015, a MMM participou da cobertura colaborativa do evento e conectou ruas, redes e roçados por meio da denúncia do então deputado federal Eduardo Cunha (MDB). Na XVIII Cúpula Social do Mercosul, além de integrar a convergência de comunicação, o movimento mediou a mesa de debates “Políticas Públicas, Leis de Meios e Redes de Comunicação Popular”.

Antes da chamada “Primavera Feminista”, do final de 2015, em que milhares de mulheres, sobretudo jovens, foram às ruas protestar contra retrocessos nas legislações sobre o aborto do Brasil, propostas pelo deputado federal Eduardo Cunha, o mote “Fora Cunha” foi verbalizado pelas ruas de Brasília, em agosto, durante a Marcha das Margaridas. A batucada feminista da Marcha entoava com a canção militante “Marcha, mulher, marcha, molha o pé, mas não faz a unha! Viemos de todos os cantos tirar o sossego do Eduardo Cunha! Viemos de todos os cantos botar pra fora o Eduardo Cunha!”. Enquanto milhares de mulheres marchavam pelas ruas da capital do Brasil, outras muitas ocupavam as redes sociais digitais somando vozes à exigência da saída do deputado.

Na minha primeira Marcha das Margaridas, em 2015, fizemos um esforço de denunciar o Cunha, e isso abriu muito o caminho para o “Fora Cunha” que viria depois. Isso se refletiu na nossa ação de redes. Também participamos da cobertura coletiva, junto com os outros movimentos (ZELIC, 2021a).

A MMM é uma das organizações parceiras que assina o manual de comunicação para 5ª *Marcha das Margaridas*, elaborado pelos movimentos que construíram a mobilização. Mais uma vez, além de se juntar à comunicação coletiva do evento, a Marcha Mundial das Mulheres produziu conteúdos próprios, que estão espalhados pelos seus canais de comunicação. Posteriormente, o Coletivo de Comunicadoras elaborou um relatório sobre o processo de comunicação, analisando, sobretudo, o alcance das informações nas redes sociais digitais. O documento mostra que no dia 12 de agosto, dia da manifestação de encerramento, o “twitaço” com a *hashtag* #Marchadasmargaridas2015 foi o assunto mais falado no mundo, alcançando o topo dos *trending topics* (COLETIVO DE COMUNICADORAS DA MMM, 2015).

Imagem 10: Print do relatório produzido pelo Coletivo de Comunicadoras



Sobre a Ação Internacional, uma percepção recorrente foi o desafio de participar do processo comunicativo à distância, visto que a ação foi descentralizada. A Marcha passou todo o ano de 2014 estruturando o coletivo, de modo que a cobertura da ação foi um processo mais organizado que os grandes eventos anteriores (RIBEIRO, 2021). Foi destacado pelas integrantes do grupo que a dinâmica funciona melhor quando há, além das participantes do evento, as mulheres que ficam na base. A prática é proveitosa para as que o fazem. Uma das militantes que respondeu o questionário narrou essa experiência. “(...) consegui participar de

quase todos os momentos da Ação, distante, alimentando as redes da MMM. Foi um desafio enorme conseguir fazer a informação circular, mesmo não estando in loco” (AZEVEDO, 2021).

Imagem 11: cartaz da 4ª Ação Internacional da MMM. Crédito: Natália Montenegro



Para divulgar a ação, o Coletivo de Comunicadoras criou, com as contribuições de 20 artistas de diferentes estados do país, uma série⁵⁴ de cartazes com 20 pautas fundamentais para o movimento. Legalização do aborto, fim da violência, desmilitarização, agroecologia e defesa dos bens comuns, fim do racismo e da guerra às drogas, sexualidade livre, soberania dos povos, soberania alimentar, reforma agrária, e comunicação democrática e feminista são alguns dos temas.

⁵⁴ Série de cartazes da 4ª Ação Internacional da MMM é lançada na web. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/serie-de-cartazes-da-4a-acao-internacional-da-mmm-e-lancada-na-web/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

A Cúpula Social aconteceu entre os dias 14 e 16 de junho, em Brasília, e reuniu mais de 600 participantes de diferentes países. Nesse evento, a comunicação da MMM se juntou com cerca de 30 pessoas, de 15 movimentos sociais e populares, para construir o processo colaborativo de cobertura. Além disso, a organização fez parte dos debates do evento, como um todo. Nalu Faria, da coordenação nacional da Marcha, participou da mesa “Igualdade, Direito e Participação das Mulheres no Mercosul”, que discutiu o desafio da integração regional para as mulheres. Cíntia Barenho, militante da MMM no RS, mediou a discussão sobre “Políticas Públicas, Leis de Meios e Redes de Comunicação Popular”, da qual participaram também Bia Barbosa, do Intervezes, Filipe Peçanha, do Mídia Ninja, Oliver Kornbhlitt, da Faccion (Argentina), e Rubén Ayala, da Decidamos (Paraguai). O debate apontou que os países latino-americanos, para além da Argentina e do Uruguai, devem avançar em legislações para a democratização da mídia.

2016

As respostas ao questionário não indicaram nenhuma mobilização em 2016 para a linha do tempo. Entretanto, na realização do grupo focal, isso foi identificado coletivamente como uma lacuna importante, visto que, nesse ano, houve intensas mobilizações do movimento no que concerne à resistência e à denúncia do golpe midiático e parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff (PT), em uma votação de impeachment televisionada que evidenciou a dimensão patriarcal da movimentação. A Declaração Internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o Golpe no Brasil, lançada em 2016, afirma que:

No Brasil, não está aberto um processo de impeachment: estamos presenciando um golpe de estado, disfarçado de legalidade. Trata-se de um golpe neoliberal, racista, patriarcal e lesbofóbico (ou heteronormativo), dos mercados contra o povo. As oligarquias e as elites econômicas, financiadas pelo capital transnacional, decidiram impor seu poder já que não puderam obter a vitória pelo voto. (MMM, 2016).

Nesse contexto, não houve apenas um evento ou ato importante para a trajetória do Coletivo de Comunicadoras e para a atuação do movimento, como um todo. Toda a mobilização – o que inclui manifestações, articulações, reuniões, ações criativas, processos de comunicação, etc. – que denunciou o ataque à democracia e às mulheres no país, compõe uma

página importante da história dos movimentos sociais e populares no Brasil, da MMM e também do coletivo de comunicação da organização.

Imagem 12: Militantes em manifestação em defesa da democracia. Crédito: Rovena Rosa



Foto: Rovena Rosa
Publicado no Jornal Grande Bahia

Uma busca no blog do movimento evidencia a efervescência das reflexões e da luta contra o golpe. *O golpe, os direitos das mulheres e o combate à violência*⁵⁵, de Liliane Oliveira, da MMM na Bahia; *O golpe é uma questão de gênero*⁵⁶, de Bianca Pessoa, da Marcha do Rio Grande do Norte; *Nós, mulheres, não cruzaremos a ponte para o passado: golpe nunca mais!*⁵⁷, de Mariana Ceci, também do RN; *Mulheres contra o golpe: qual é a relação?*⁵⁸, de Nathalia Hóss, militante em São Paulo; *sobre um golpe patriarcal*

⁵⁵ *O golpe, os direitos das mulheres e o combate à violência*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/05/30/o-golpe-os-direitos-das-mulheres-e-o-combate-a-violencia/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁵⁶ *O golpe é uma questão de gênero*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/05/11/o-golpe-e-uma-questao-de-genero/>> Acesso em: 26 abr. 2021.

⁵⁷ *Nós, mulheres, não cruzaremos a ponte para o passado: golpe nunca mais!*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/28/nos-mulheres-nao-cruzaremos-a-ponte-para-o-passado-golpe-nunca-mais/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁵⁸ *Mulheres contra o golpe: qual é a relação?*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/20/mulheres-contra-o-golpe-qual-e-a-relacao/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

*televisonado*⁵⁹, de Tica Moreno, da Marcha de São Paulo; *Pela liberdade e contra o golpe corrupto, as mulheres resistem!*⁶⁰, de Clarisse Paradis, da MMM de Minas Gerais; e *Feminismo: questão de ordem*⁶¹, escrito por mim, que militava na MMM em São Paulo, foram alguns textos publicados no período, no blog participativo do movimento.

2017

Em 2017, mulheres da Marcha do Brasil foram para Montevidéu, no Uruguai, para participar⁶² do *Encontro da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*, processo no qual a MMM se envolveu mais uma vez na convergência de comunicação. O encontro foi realizado entre 16 e 18 de novembro. Em São Paulo, nesse ano, aconteceu a ocupação da Casa da Mulher Brasileira, no dia 29 de outubro. Esses foram dois momentos citados pelas integrantes do Coletivo de Comunicadoras para a construção da linha do tempo dos processos de comunicação.

Imagem 13: Apresentação do grupo de comunicação do encontro. Crédito: Isadora Mendes



⁵⁹ *sobre um golpe patriarcal televisionado*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/18/sobre-um-golpe-patriarcal-televisionado/>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

⁶⁰ *Pela liberdade e contra o golpe corrupto, as mulheres resistem!*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/03/30/pela-liberdade-e-contra-o-golpe-corrupto-as-mulheres-resistem/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁶¹ *Feminismo: questão de ordem*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/25/feminismo-questao-de-ordem/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁶² *Marcha Mundial das Mulheres na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-mundial-das-mulheres-na-jornada-continental-pela-democracia-e-contra-o-neoliberalismo/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

O objetivo do encontro⁶³ da Jornada era compartilhar visões e experiências de resistência ao neoliberalismo entre países das Américas. A Jornada não é um evento, e sim um processo em construção permanente, e esse encontro no Uruguai foi um momento de fortalecimento dessa articulação. Na comunicação do evento, a Marcha se aliou com outros movimentos sociais, o que, mais uma vez, foi considerado profícuo pelas militantes. De acordo com uma resposta, eram diversas visões de linhas comunicativas em diálogo para produzir sínteses e dar visibilidade para os debates que estavam acontecendo (MENDES, 2021).

Acho que o mais interessante que vivenciei ali foi uma espécie de camaradagem de pessoas que têm a mesma tarefa, não sei explicar. Mas é uma tarefa bem específica, e acho que quando vemos comunicadores de outras organizações rola muita identificação. Foi uma tarefa bem árdua, mas era feita com um espírito de muita unidade, alegria, e acho que nem sempre isso aparece em outras tarefas (por exemplo, nunca vi isso na sistematização). (MONTERO, 2021).

Na Declaração final do encontro, os movimentos sociais afirmam, outra vez, a luta pela comunicação popular como prática libertadora.

Continuaremos impulsionando a articulação dos nossos meios de comunicação alternativos e populares com uma estratégia de comunicação e em todos os nossos países como uma forma de limitar o poder midiático na região. Enfrentaremos o poder das transnacionais defendendo a internet livre e as tecnologias livres (JORNADA CONTINENTAL PELA DEMOCRACIA E CONTRA O NEOLIBERALISMO, 2017).

Sobre a ocupação da Casa da Mulher Brasileira, foi ressaltada a experiência de improviso de uma rádio, que convidava as mulheres dos movimentos a falar. Em outubro de 2017, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a União de Movimentos de Moradia (UNM), a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e a Central de Movimentos Populares (CMP) fizeram uma inauguração popular da

⁶³ *Marcha Mundial das Mulheres na Jornada Continental Uruguai 2017 – video*. Disponível em: <<https://seguimosenlucha.org/index.php/2017/11/24/marcha-mundial-das-mulheres-na-jornada-continental-uruguai-2017-video/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Casa da Mulher Brasileira, em São Paulo, um equipamento público que deveria servir para a promoção de diferentes políticas para as mulheres. O projeto da Casa da Mulher Brasileira foi criado no primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff e estava pronto desde dezembro de 2016, entretanto, sem funcionamento. A inauguração, por sua vez, havia sido prevista para janeiro de 2017, o que não aconteceu. Os movimentos sociais que participaram da inauguração popular queriam, com essa mobilização, denunciar a falta de vontade política dos governos municipal e federal de colocar o equipamento para funcionar.

Imagem 14: Registro da rádio improvisada na Ocupação da Casa da Mulher Brasileira. Crédito: Reprodução do Instagram da MMM



Além da improvisação de uma rádio para dialogar com a vizinhança enquanto as militantes estavam na ocupação da Casa, havia a mobilização nas redes sociais digitais para visibilizar as demandas das mulheres em relação à pauta, além da mobilização para um ato que aconteceu no dia 30 de outubro. As comunicadoras dos movimentos que construíram o

evento também fizeram uma ação de assessoria de imprensa, para que os veículos de comunicação parceiros divulgassem a inauguração popular.

2018

Em 2018, uma representante do Coletivo de Comunicadoras participou da *Oficina de solidariedade e construção de alternativas ao extrativismo*, uma iniciativa da Marcha Mundial das Mulheres do Brasil e de Moçambique, do Fórum Mulher e da Fundação Friedrich Ebert (FES), em articulação com as Jovens Feministas de Moçambique, Ondjango Feminista (Angola) e Women and Law in Southern Africa (WLSA). Na ocasião, ela pôde apresentar a experiência da comunicação para as outras militantes. “Foi uma alegria grande de conhecer a realidade daquelas mulheres e de levar a comunicação feminista tão longe, a partir da Oficina de Comunicação”, destacou Isabelle Azevedo (2021). O relato narra que o público era bastante diverso. Havia mulheres universitárias e muitas camponesas.

Imagem 15: Registro da oficina facilitada por Isabelle Azevedo, em Moçambique. Crédito: Arquivo pessoal



Comecei a oficina fazendo a dinâmica do telefone sem fio, para elas entenderem a importância da comunicação. Depois, pedi para que elas observassem os jornais e revista de Moçambique e identificassem o papel das mulheres naquele espaço. Como sempre, a maioria das notícias possuíam fontes masculinas e as abordagens também masculinas. Depois conversamos com elas sobre a comunicação (de forma bem geral), exibi um vídeo sobre o *big data*. (AZEVEDO, 2021).

A menção é interessante porque evidencia a importância da experiência de comunicação da Marcha no Brasil para a organização como um todo, inclusive internacionalmente. Isso também é perceptível pelo fato de que, em 2019, a comunicação internacional da MMM foi descentralizada, sendo assumida pelo Brasil. Até então, o SI, que está em Moçambique, era o principal responsável pelos processos. Essa importância foi sendo construída desde a decisão política de formação do Coletivo de Comunicadoras, que aconteceu justamente em um Encontro Internacional da Marcha, e também passa pela participação nos processos de articulação (atravessados pelas convergências de comunicação) com outros movimentos sociais e pela intensa atividade e produção do grupo conformado.

2019

Três diferentes processos comunicativos desse ano foram destacados nas respostas. A *Marcha das Margaridas*, o *Encontro de Solidariedade, contra o Neoliberalismo e pela Democracia* e o seminário internacional *Resistência e construção de movimento: confrontando o neoliberalismo desde a economia feminista e os comuns*.

O encontro⁶⁴ realizado em Cuba foi marcante, entre outras razões, porque haviam poucas comunicadoras da Marcha, o que aumentava o desafio de colaborar tanto com a cobertura coletiva, do GT de comunicação da Jornada Continental, quanto com a tarefa de produzir conteúdos próprios para os canais de comunicação da MMM. Outro desafio colocado para o GT de comunicação, como um todo, foi a questão do acesso à internet no país, já que, por conta do bloqueio socioeconômico imposto pelos Estados Unidos e países aliados, há dificuldades e limitações a esse acesso. Helena Zelic, que esteve presente, destaca que com isso também aprendeu sobre “outros funcionamentos e ferramentas possíveis” (2021a). No Encontro, a Marcha montou um varal com registros dos 20 anos de história da

⁶⁴ *Movimentos definem agenda de lutas em Encontro Anti-imperialista em Cuba*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/movimentos-definem-agenda-de-lutas-em-encontro-anti-imperialista-em-cuba/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

organização, recuperando as memórias coletivas e, por meio da comunicação internacional, também produziu informativos sobre a 5ª Ação Internacional para serem distribuídos em Cuba.

Diante da dificuldade de acesso à internet, mais uma vez foi fundamental construir a experiência de comunicação como um processo coletivo. Por isso, militantes da MMM que não estavam no Encontro ficaram na base de recepção dos conteúdos, que foram sendo distribuídos nos canais de comunicação da Marcha, por meio de vídeos, textos e imagens. Nas redes sociais digitais, os movimentos construíam uma “maré anti-imperialista”, com a utilização das *hashtags* #ManosFueraDeCuba e #SeguimosEnLucha.

Imagem 16: varal com registro das ações da MMM em seus 20 anos de trajetória. Crédito: Arquivo MMM



Entre os dias 17 de 19 de junho de 2019, São Paulo recebeu um seminário internacional da MMM, intitulado *Resistência e construção de movimento: confrontando o neoliberalismo desde a economia feminista e os comuns*. O evento reuniu mulheres das Américas, da Europa, da África, da Ásia e do Oriente Médio. A comunicação acerca do evento contemplou ações nas redes sociais digitais, sínteses diárias das reflexões promovidas no espaço e também uma iniciativa de assessoria de imprensa, com organização, inclusive, de uma coletiva. A tarefa da assessoria de imprensa, que teve início no período anterior ao seminário, foi pensada a partir das experiências passadas da MMM, já que o movimento considerou que esse seria um momento importante que reuniria lideranças feministas do

mundo todo e, mesmo assim, isso provavelmente não seria noticiado. Além de tentar pautar meios de comunicação com informações sobre o evento, a organização buscou, por meio do processo comunicativo, construir memórias e sínteses do intercâmbio entre diferentes experiências feministas.

(...) o que vemos nos meios de comunicação hegemônicos é um apagamento dos processos sociais/coletivos, focando apenas na construção de "personalidades"/"celebridades" feministas, algo que tem ganhado força desde a realização da Marcha das Vadias no Brasil e popularização do feminismo liberal nos conglomerados de comunicação. Já no campo dos meios alternativos, o protagonismo das mulheres na mobilização é apagado, pois privilegia-se as vozes de dirigentes (homens) históricos ou até mesmo também de celebridades do feminismo, desconectando a mobilização social dos processos políticos feministas coletivos e populares. Dentro dessa análise, acredito que o coletivo tem uma importância enorme ao produzir não só informação, mas também acúmulo político e memória feminista, integrando "ruas, redes e roçados", isto é, a partir da diversidade das mulheres que compõem a MMM. (MANÇANO, 2021).

Imagem 17: print do boletim, via Telegram, com as notícias sobre o seminário internacional



A *Marcha das Margaridas* foi, mais uma vez, resultado de uma construção coletiva da qual a Marcha fez parte do início ao fim, o que resultou na participação da cobertura coletiva do evento que, por sua amplitude, desafiou, inclusive fisicamente, as comunicadoras do

movimento. Havia pouca estrutura e muitas atividades acontecendo simultaneamente, de modo que a organização do Coletivo de Comunicadoras (que inclui as mulheres na base) foi fundamental para garantir que o processo comunicativo refletisse a grandiosidade da intervenção do movimento na mobilização (MENDES, 2021).

2020

Em 2020, foram mencionadas três construções. Dois processos de formação — as Trilhas Feministas e o Curso de Comunicação Feminista — e as atividades da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

Imagem 18: Card de divulgação da oficina virtual, como parte das Trilhas Feministas



As Trilhas Feministas foram um processo formativo organizado pela Marcha em parceria com a SOF. Foram promovidos ciclos de debates e formação virtual, dentre os quais estava a “Trilha feminista #1: Comunicação, internet e construção de movimento”, que foi dividida em três partes, sendo a primeira sobre como as mulheres da Marcha se comunicam e

acessam informação; a segunda sobre comunicação como direito, desinformação e política; e a terceira sobre metodologias e aprendizagens do uso das tecnologias. Posteriormente, as reflexões foram organizadas em um livro, um dos *Cadernos Sempre Viva*, que existem desde 1997, e têm o objetivo de promover debates feministas e sistematizar as práticas e elaborações políticas das mulheres em movimento no Brasil e no mundo. “Acho poderosa essa forma de desenvolver conhecimento coletivamente e devolvê-lo ao movimento, para alimentar a nossa atuação política e levar a novos processos de formação” (CORNILS, 2021), avaliou a militante que indicou as Trilhas como um marco da comunicação da Marcha.

O Curso de Comunicação Feminista foi organizado pelo Coletivo de Comunicadoras e oferecido na plataforma de cursos virtuais da SOF, entre 8 de fevereiro e 25 de abril. A formação, dividida em seis módulos, que continham conteúdos para discussão e propostas de atividades práticas, foi planejada no período que converge com as atividades da 5ª Ação, que começou no dia 8 de março e foi até o dia 17 de outubro. Destinado para as militantes da Marcha, o curso dispensava experiências prévias com comunicação e teve como um de seus objetivos fortalecer os processos comunicativos nos estados, além de aproximar mais estados do Coletivo de Comunicadoras.

Para o grupo, organizar esse processo coletivo de aprendizagem foi também uma oportunidade de estabelecer, em conjunto, sínteses sobre a comunicação no movimento. O propósito, de acordo com a avaliação do coletivo, foi alcançado, apesar dos desafios, incluindo entre eles a pandemia de covid-19. Uma das participantes do grupo focal destacou que “(...) foi muito difícil seguir com ele, ele era muito longo, mas, mesmo com esses atropelos da vida, eu acho que foi um bom momento de organização do que são as coisas, do que a gente gostaria de compartilhar mais com as outras pessoas (ZELIC, 2021b)”.

Quanto à 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, a atividade do Coletivo de Comunicadoras foi intensa, visto que a pandemia atravessou profundamente a dinâmica de organização do movimento e da mobilização, evidenciando a imprescindibilidade dos processos de comunicação enquanto práticas dialógicas, e não apenas de difusão de informações. Desse modo, as experiências comunicativas deram forma à ação. Ao discutir o poder das empresas transnacionais e a precarização da vida das mulheres, o tema da comunicação, sobretudo da digitalização, foi discutido transversalmente e articulado a outros debates.

Para que cada estado pudesse organizar suas próprias atividades que compuseram o calendário da ação, a MMM, por meio de seu site oficial, socializou uma série de materiais, como a identidade visual⁶⁵ desenvolvida para a 5ª Ação, o chamado⁶⁶ para a mobilização, um folheto⁶⁷ com a linha do tempo internacional da MMM, calendário e informações, e subsídios para os debates. Em agosto, a MMM lançou uma série de vídeos e um livro virtual, intitulado *Crítica feminista ao poder corporativo* (2020), como resultado dos processos de elaboração para a ação. Nos materiais, a questão da digitalização, que perpassa a vida das mulheres, de modo geral, e os processos comunicativos, mais especificamente, foram objetos de reflexão.

Imagem 19: Cartaz de divulgação do livro e das animações sobre as críticas ao poder corporativo.



Crédito: SOF e MMM

2021

Como o questionário foi preenchido no início de 2021, apenas um marco foi apontado nesse ano: a produção de conteúdo sobre o oxigênio em Manaus, no contexto da pandemia. A

⁶⁵ *Identidade visual | 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/identidade-visual-5a-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁶⁶ *Chamado à 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/chamado-a-5a-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁶⁷ *Folheto | 5ª Ação Internacional: Resistimos para viver, marchamos para transformar!*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/folheto-5a-acao-internacional-resistimos-para-viver-marchamos-para-transformar/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

menção é interessante por destacar algo mais cotidiano do coletivo. A perspectiva do grupo não é, comumente, apenas debater assuntos que estejam em alta, mas visibilizar as posições do movimento, correlacionar as situações conjunturais com suas causas estruturais e destacar a organização das mulheres como fundamental para o enfrentamento das desigualdades.

Quando faltou oxigênio nos hospitais de Manaus, surgiu no coletivo a ideia de ouvir “compas” da Marcha no Amazonas. Ouvimos duas companheiras de lá, que conectaram o desastre com a política criminosa do governo Bolsonaro e os governos locais. Publicamos os vídeos nas redes da Marcha. Achei uma forma bem boa de dar visibilidade à atuação e às posições da Marcha no Amazonas (CORNILS, 2021).

Três militantes do movimento, do Amazonas, produziram áudios nesse sentido para que as mulheres de outros estados pudessem saber, a partir da perspectiva das militantes organizadas, o que estava acontecendo no estado.

Nós, comunidade cabocla do Norte, estamos condenadas à morte. Os protocolos fascistas do governo federal decretam o genocídio sobre a Amazônia. O memoricídio cultural silenciou os nossos saberes e práticas tradicionais populares, de fazer saúde, de promover a vida. (...) Reajam companheiros e companheiras! Unamos nossas flechas, nossos feitiços! Digamos Não à cruz e ao fuzil de Bolsonaro, de Wilson Lima e de seus aliados. Reinventemos nosso Amazonas com a coragem e a ousadia dos cabanos. Basta de violência! É o grito das caboclas da Marcha Mundial das Mulheres na Amazônia⁶⁸.

Feita esta apresentação do Coletivo de Comunicadoras, a partir de suas elaborações políticas, expressadas nos princípios organizativos, bem como a síntese de suas práticas, a partir da linha do tempo elaborada coletivamente, cabe discutir quais debates teóricos utilizamos para falar sobre a comunicação popular e feminista na MMM.

⁶⁸ *As mulheres da MMM Amazonas denunciam: Bolsonaro empurra população do Amazonas para a morte!*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mmm-amazonas-denunciam-bolsonaro-pandemia/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAPÍTULO 3 - COMUNICAÇÃO POPULAR E FEMINISTA: PALAVRAS E PROCESSOS PARA EMANCIPAÇÃO

Neste capítulo, apresento o debate teórico sobre comunicação, o qual dialoga com os temas discutidos nesta pesquisa. O item está dividido em quatro partes. Nelas, falo sobre a importância da palavra para a emancipação das mulheres e apresento reflexões da teoria feminista sobre a questão do silêncio, bem como as elaborações de Paulo Freire sobre o mutismo, síntese de um espírito antidemocrático que marca a sociedade brasileira. O exercício de recuperar o acúmulo do autor conflui com o objetivo geral deste trabalho de refletir sobre a comunicação em diálogo com outras frentes de resistência e criação de alternativas.

Freire, filósofo brasileiro de reconhecimento mundial, escreve principalmente sobre a educação. Entretanto, seus conhecimentos são aplicáveis a outros campos do conhecimento, como a comunicação. Prova disso é que uma série de autoras e autores têm investido na leitura da obra do educador para formular sobre o assunto e em devanear sobre uma “pedagogia da comunicação” (termo utilizado por ele em uma nota de rodapé do livro *Educação como Prática de Liberdade*), como nos lembra Cláudia Chaves Fonseca (2018).

Em seguida, abordo os temas da propriedade dos meios de comunicação de massa, da hegemonia e da ideologia, situando a luta dos movimentos sociais e populares pela democratização da mídia e pela garantia do direito humano à comunicação. Também apresento as questões do capitalismo digital e da digitalização da comunicação, que impõem novos desafios para refletir sobre a relação entre comunicação e democracia. Por fim, proponho uma discussão sobre a comunicação em sua dimensão processual, um dos pilares da proposta da comunicação popular. Essa forma de comunicação se originou na segunda metade do século XX, na ação dos movimentos contestatórios, contrários aos regimes ditatoriais e à pauperização da classe trabalhadora. O capítulo foi finalizado com um tópico sobre a comunicação popular e feminista, discutindo formulações da MMM e o acúmulo de autoras e autores da América Latina sobre o assunto.

3.1 Palavra e democracia

Em *Educação como Prática de Liberdade* (1978), Paulo Freire fala sobre a in experiência democrática no Brasil e sobre os pontos de estrangulamento da nossa democratização, sem, com isso, querer conferir uma força invencível a essas características nacionais. O autor argumenta que a colonização brasileira – predatória, exploradora e escravocrata – compôs um cenário desfavorável para o desenvolvimento de uma cultura democrática no país. Ao contrário, fez despertar um mutismo das pessoas comuns, materializando a negação do diálogo e da comunicação, e oferecendo somente comunicados às massas, conforme defende em outras publicações. Desse modo, os poderes econômicos e ideológicos dos meios de comunicação hegemônicos, que atuam transmitindo esses comunicados às massas, atentam contra dois direitos democráticos fundamentais: a isonomia, que é a igualdade de todas as pessoas perante a lei, e a isegoria, que é o direito à palavra (CHAUI, 2017).

Quanto ao poder econômico do empresariado da comunicação, Marilena Chaui destaca o caso das concessões públicas, como a TV e o rádio, para tratar do ataque ao direito à isonomia. As grandes empresas, em consonância com o Estado, que funciona a partir de lógicas oligárquicas, sustentam o chamado “coronelismo eletrônico”, práticas que saqueiam um bem público – as concessões – para a manutenção de privilégios das elites socioeconômicas, atentando, portanto, contra a igualdade perante a lei. Acerca da questão da ideologia, a filósofa defende que a isegoria é atacada pelo discurso da competência, que está amparado na crença na racionalidade técnico-científica. O discurso da competência determina socialmente quem pode falar e quem deve ouvir. “Numa palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem e por isso mandam, e os incompetentes, que não sabem e por isso obedecem” (CHAUI, 2017, p. 23). A autora defende que os meios de comunicação de massa alimentam cotidianamente a figura do sujeito competente, que se distancia das pessoas comuns.

Mas, quem seriam essas pessoas comuns? Ao falar em democracia, cultura democrática e democratização, quando o assunto é comunicação, não é possível considerar a existência de um sujeito universal. A igualdade formal não dá conta da complexidade da realidade social e o ocultamento da diversidade que a compõe corrobora com a manutenção das desigualdades estruturais, informadas por classe, sexo e raça. Ao abordarmos os meios de

comunicação de massa, é preciso considerar que os supostos fatos veiculados por eles são, na verdade, um ponto de vista (forjado como único) sobre os acontecimentos. Esse é, hegemonicamente, um ponto de vista dos homens brancos. Desse modo, há um mutismo imposto aos outros grupos sociais, como as mulheres e as pessoas negras. Diante disso, é possível questionar: qual a centralidade da comunicação para o feminismo? A comunicação pode ser uma política de rompimento com o mutismo imposto para as classes populares e, especialmente, para as mulheres e pessoas negras?

Em Ação Cultural para Liberdade e outros Escritos (2011), Freire também desenvolveu sua concepção sobre o mutismo brasileiro. Ele diz que “Na cultura do silêncio existir é apenas viver. O corpo segue ordens de cima. Pensar é difícil; dizer a palavra, proibido” (p. 69). Para o educador, somente a transformação radical, tanto das relações econômicas quanto das relações sociais, pode fazer superar a cultura do silêncio que, nesse exercício, está sempre em risco de ser reativada. A necessidade se impõe ainda mais fortemente para as mulheres, em sua diversidade. Se pensarmos no que o silêncio e o emudecimento significam para nós, a correlação entre esse fenômeno e a obstaculização da participação fica evidenciada. Também por isso, a teoria feminista tem se ocupado dos assuntos do silêncio prescrito para as mulheres e da importância da palavra. Citarei as reflexões de algumas autoras aqui. É importante salientar que elas não estão falando de comunicação especificamente, portanto, o que estou propondo é uma adaptação, uma leitura que compreende o direito à palavra como parte da reflexão sobre comunicação como processo.

Em Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo (2000), a feminista chicana Gloria Anzáldua sugere a palavra, livre e desenterrada, como um caminho para a construção de outro marco civilizatório, no qual as mulheres sejam sujeitos de direito.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar.

Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos. Com amor, Gloria (ANZÁLDUA, 2000, p. 235).

Em diversos de seus escritos, a poetisa negra e lésbica Audre Lorde também aborda as questões do silêncio e da palavra. Em *La transformación del silencio en lenguaje y acción* (2003), a autora encara o emudecimento como uma violência, uma tirania, que deve ser combatida por todas as mulheres. Por meio da palavra, afirma, foi que ela pôde fazer política e se fortalecer nas diferenças. Para Lorde, a palavra é uma das ferramentas de construção de um novo mundo para as mulheres e, portanto, o rompimento da imposição do silêncio é, entre outras coisas, um processo de autorrevelação. “Los motivos del silencio están teñidos con los miedos de cada cual; miedo al desprecio, a la censura, a la crítica, o al reconocimiento, al reto, a la aniquilación. Mas, por encima de todo, creo que tenemos esa visibilidad sin la cual nos es posible vivir de veras” (p. 22).

Michelle Perrot também nos conta, em *Minha história das mulheres* (2007), como, na década de 1970, assistiu e fez parte de uma “passagem do silêncio à palavra” (p. 12) sobre as questões das mulheres. A teórica defende que, se a história é tudo aquilo que acontece, é certo que uma história das mulheres sempre existiu, mas, se considerarmos que ela também é aquilo que se relata, é possível dizer que, até a primeira metade do século XX, as mulheres estavam presas “no silêncio de um mar abissal” (p. 16), em um mutismo que é a antítese de uma cultura democrática.

Essas e outras reflexões da teoria feminista mostram que não há comunicação, história ou questão social qualquer que prescindam das relações sociais de sexo. Se é verdade que o mutismo é marca da sociedade brasileira, é preciso situar e parcializar a visão para ver melhor, conforme sugeriu Donna Haraway (1995). Apenas desse modo é possível compreender que raça, classe e gênero não são apenas conceitos que podem aparecer juntos nas elaborações teóricas, são realidades materiais que estruturam o mundo e as interdições de direitos a que a maior parte das pessoas está sujeita.

Ao correlacionar democracia e comunicação, cabe observar ainda que nos regimes chamados de democráticos não é o povo que governa (MIGUEL, 2017), de modo que as maneiras pelas quais as pessoas comuns influenciam as decisões políticas são intermediadas por mecanismos como a mídia, por exemplo. Por isso, para o cientista político Luis Felipe

Miguel (2017), quando se fala em comunicação e mídia, é necessário refletir profundamente, de maneira crítica, sobre a questão do poder que os meios de comunicação exercem na agenda política e sobre a ausência de pluralidade sustentada por eles. Essa pluralidade, destaca, é indispensável para o funcionamento democrático da sociedade.

Embora seja necessário, por motivos óbvios, estabelecer salvaguardas que impeçam a disseminação de informações mentirosas, esta é apenas a faceta menos complicada do problema. A falsificação escancarada e a omissão deliberada – que existem e não são infrequentes – não resumem o repertório de formas de intervenção política da mídia. Ainda mais cruciais são o poder de determinar a agenda, isto é, o conjunto de questões que receberão atenção pública, e, dentro desta agenda, quais são os agentes e as posições relevantes. O desafio não se coloca mais em termos de adesão à realidade factual, mas de sensibilidade às diferentes perspectivas, valores e interesses que presidem os critérios de hierarquização dos diferentes grupos sociais. Em resumo, o nó da questão não está na imparcialidade, mas no pluralismo. (Ibidem, n.p).

O comunicador popular Vito Giannotti (2014) defende que, ao longo dos séculos, as formas predominantes de comunicação sempre transmitiram como determinados grupos sociais enxergavam os fatos, embora frequentemente essas visões tenham sido vendidas como verdades incontestáveis. Os avanços das comunicações foram evidenciando que os conteúdos veiculados pelos meios queriam, acima de tudo, convencer as pessoas a pensar de um determinado jeito. Conforme aponta o autor, com o surgimento do jornal, no século XIX, os meios de comunicação de massa serviam para legitimação do capitalismo industrial, para “(...) Como se diria hoje, ganhar ‘corações e mentes’ do povo, dos seus compadres, da massa, dos exércitos, ou da burocracia estatal. Enfim da base da sociedade (...)” (p.12).

Com relação às dimensões patriarcais e racistas do capitalismo não é diferente. É por isso que o feminismo, enquanto movimento político, se posiciona criticamente em relação à ideologia dos meios de comunicação de massa, que seguem atuando na legitimação e na defesa dos interesses de quem se encontra no topo da hierarquia social, operando, conforme pontuou Antonio Gramsci, como aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e, assim, garantindo a sustentabilidade das elites econômicas também na dimensão cultural. Para Gramsci, a hegemonia tem início nas relações econômicas, mas se consolida por meio da direção ideológica e cultural (BEZERRA, 2012).

Na perspectiva de se formar um “bloco hegemônico”, ou seja, na medida em que a classe fundamental precisa se apoiar em grupos aliados para consolidar sua hegemonia, a “batalha das ideias”, o confronto cultural constrói uma frente indispensável (...). Em direção à conquista da hegemonia, a luta política é sempre um processo de convencimento, de busca de consenso, de alianças que se constroem em torno de um projeto societário que tem uma de suas bases fundamentais no elemento cultural. (Idem, p.136).

O argumento é reforçado por Giannotti (2014). Para ele, é preciso levar em conta que a hegemonia não pressupõe somente a fabricação de um ponto de vista único ou de consensos artificiais. Ou seja, não se trata apenas de uniformizar o pensamento da maioria da sociedade sobre determinados temas, fato que já custa muito para o feminismo, visto que a tradição conservadora no Brasil ataca sistematicamente os direitos das mulheres. A ideia de hegemonia está, além disso, intrinsecamente conectada com a ação e a política em suas manifestações mais palpáveis. Os consensos forjados pela ideologia dominante, sustentada pelos comunicados às massas, se traduzem em supremacia e direção política da sociedade.

Essa é uma característica histórica. A consolidação da mídia – enquanto o conjunto de meios que conecta quem produz e quem consome mensagens, embora tal definição esteja em xeque com o advento das novas tecnologias de comunicação – como uma ferramenta de disputa ideológica na sociedade capitalista, se dá no contexto da transição da Idade Média para a modernidade, momento histórico em que há a ascensão da burguesia como classe (CUNHA, 2013). Giannotti (2014) utiliza o exemplo da Revolução Francesa para evidenciar a consolidação do jornal como instrumento fundamental na disputa por hegemonia. De acordo com ele, antes da queda da Bastilha, em julho de 1789, havia apenas um jornal em Paris. Em apenas cinco meses e meio, foram criados cerca de 180 jornais. Nesse contexto, iniciava-se o que o comunicador chamou de epidemia da comunicação, que na França revolucionária servia para legitimar a burguesia em ascensão.

Da Revolução Francesa até nossos dias, a comunicação ganha a cada dia mais importância. Importância para vender um líquido exótico, escuro, numa garrafa cheia de curvas, a famosa Coca-Cola, ou um carro saído das linhas de montagem de Detroit, a capital do automóvel. Ou comunicação para vender o programa do Partido Nacional-Socialista, o tristemente famoso Partido Nazista (NSDAP) de Hitler. Seus discursos frenéticos transmitidos pelo rádio a milhões de alemães no começo dos anos 30 do século XX empolgaram e anestesiaram milhões. (Idem, p. 24).

É no século XX que se formam os grandes conglomerados de comunicação, que operam partilhando massivamente o que Muniz Sodré, em 2002, nomeou como moral mercadológica (PAIVA e GABBAY, 2014). Embora os avanços tecnológicos tenham sido fundamentais para o desenvolvimento de uma comunicação massiva, para Jesús Martín-Barbero (1997), nem os meios, nem a cultura massivos surgiram repentinamente. Ao contrário, foram sendo forjados concomitantemente aos processos de industrialização e urbanização, figurando, portanto, como pilares do sistema socioeconômico em ascensão naquele tempo, hoje consolidado e em processo de reorganização. É seguro afirmar que esses processos de produção de uma nova sociedade causaram enormes alterações nas relações e nas mediações sociais.

A mídia, para Raquel Paiva (2005), atualmente opera como mediadora de todas as relações do ser humano, com o mundo e com seus pares, se não substituindo, ao menos definindo as outras mediações conhecidas (escola, família, etc.). Isso quer dizer que a comunicação alarga cada vez mais sua penetração em outros campos sociais, de modo que atualmente não cumpre apenas o papel de mediação, mas atua remodelando e reconfigurando os aparelhos de hegemonia tradicionais, como a igreja e a escola. Os meios de comunicação de massa, tradicionais ou digitais, têm sido fundamentais para a rearticulação das relações socioeconômicas em um contexto de crise do capitalismo (MARTINS, 2020).

Considerando isso, na MMM, o tema da comunicação é parte central da construção política para a emancipação das mulheres, tanto na perspectiva de combater o poder econômico e a ideologia da mídia hegemônica e, portanto, a sustentação do sistema vigente, quanto no sentido de compreender os processos de comunicação como práticas de liberdade, nas quais a história se converte em palavra, enfrentando o mutismo conceituado por Paulo Freire. Essa última compreensão se inscreve em uma tradição que entende que a democracia não é só um regime político, mas também uma orientação permanente para todas as construções contra-hegemônicas.

Em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, as mulheres trabalhadoras não são instituídas como sujeitos competentes, tal como abordou Chauí (2017). Portanto, é possível que os ataques aos direitos democráticos e à cultura democrática tenham significados políticos diferentes para mulheres e homens. Diante disso, denunciando a monopolização e reivindicando o direito à palavra, é preciso que as mulheres narrem suas histórias. É para isso

que se debate a comunicação em sua dimensão processual, conforme propõe a comunicação popular e feminista.

3.2 Concentração midiática e monopólios digitais: desafios para a democracia

O movimento feminista, de modo geral, ao abordar o tema da comunicação, tem inúmeras reivindicações e propostas: defende o impulsionamento de uma ótica feminista sobre o tema, e que os meios de comunicação não prescindam de ouvir mais mulheres sobre todas as questões sociais, compreendendo o feminismo não como um debate específico e/ou um comportamento, mas como um projeto de sociedade; exige a extinção de estereótipos ditos femininos, bem como o rompimento com a objetificação e a mercantilização dos corpos das mulheres; sugere a utilização de linguagem não sexista nos produtos comunicativos; propõe que a cobertura das questões relativas à violência contra as mulheres não seja marcada pelo sensacionalismo e pela revitimização; demanda a formação e capacitação em comunicação para mulheres, além do incentivo para apropriação das tecnologias; entre outras muitas requisições (BURCH, 2013).

Além disso, a questão da propriedade e, portanto, do poder econômico dos meios de comunicação, também é uma discussão central para alguns movimentos – como a Marcha Mundial das Mulheres – que, muitas vezes, é preterida nos debates mais amplos. Na Marcha Mundial das Mulheres, duas concepções sobre comunicação convergem nas elaborações e práticas políticas, conforme foi demonstrado nos pontos anteriores. A primeira diz respeito ao direito à comunicação enquanto um direito humano, que deve ser garantido e/ou regulado pelo Estado, já a segunda se relaciona com a dimensão processual da comunicação e, mais especificamente, com a proposta de comunicação popular e feminista.

Em relação ao direito à comunicação, o movimento assume como uma de suas pautas políticas a luta pela democratização da comunicação, que é atravessada pelas proposições de regulação democrática sobre a estrutura do sistema de comunicações, sobre a propriedade dos meios e sobre os conteúdos veiculados⁶⁹. A partir dessas bandeiras, a organização faz a sua crítica ao atual cenário da comunicação no país que, ao contrário do que prevê a Constituição Federal de 1988 (em seu artigo 223), não é baseado na complementaridade entre os sistemas

⁶⁹ *Mulheres defendem novo marco regulatório da comunicação*. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/mulheres-defendem-novo-marco-regulatorio-da-comunicacao/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

estatal, público e privado de comunicação, e é marcado pela monopolização e pelo predomínio de um sistema comercial⁷⁰.

Giannotti (2014) defende que, para discutir democratização da mídia no Brasil como uma luta política por informação plural, é preciso considerar que a ideia da neutralidade da comunicação, a qual seria apenas uma narradora dos fatos e estaria apartada da luta de classes, tem raízes profundas no pensamento social. Tal premissa, alerta o autor, desconsidera que a mídia tem dono, que os donos têm classe e, portanto, atuam em defesa de seus interesses de classe. Além disso, vale mencionar que o país é exemplar no descumprimento da função social da propriedade privada. No caso da comunicação, a concentração, embora contrarie a Constituição Federal, não resulta em questionamentos massivos na sociedade civil. Diante disso, de acordo com o comunicador, possíveis vitórias nessa luta não serão conquistadas pela sensibilização das corporações. “Trata-se de pressionar, forçar e arrombar a porta, ou melhor, as muralhas. Sim, como foi com a Bastilha em 1789 e com o Palácio de Inverno em 1917” (p. 46).

A elaboração crítica sobre comunicação na MMM, desse modo, combate a ideologia dos meios de comunicação de massa, mas não somente. Ela também é questionadora da propriedade desses meios e da ausência de regulação no setor, que garante que um grupo de poucas famílias siga controlando o sistema de comunicação no Brasil, operando, conforme pontuou Paulo Freire (1983), não como meios de comunicação com as massas, mas sim como meios de comunicados às massas. Para Freire, nas sociedades massificadas, as pessoas pensam e agem em consonância com as prescrições que recebem, cotidianamente, desses meios de comunicados.

En términos generales, la defensa de la democratización de la comunicación se inserta en uno de los campos de acción de la MMM internacional: bienes comunes y servicios públicos. En él, afirmamos que el conocimiento es un bien común y, a partir de ahí, cuestionamos procesos de propiedad intelectual. Además de eso, afirmamos la necesidad de la comunicación como un derecho, pero también como un servicio público; estar al servicio de la ciudadanía y no de los intereses del capital (MMM, 2013c, p. 148).

É nesse sentido que a MMM defende a regulação da propriedade privada de comunicação; o combate à propriedade cruzada⁷¹; o fortalecimento dos sistemas comunitários

⁷⁰ *Comunicação Pública e Popular*. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/comunicacao-publica/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

e públicos; transparência e regulação nos processos de concessões públicas, como é o caso da TV e do rádio; responsabilização dos meios de comunicação por ataques à democracia e aos direitos humanos; garantia da livre expressão; e incentivo para a produção regional e independente (Idem, p. 145).

Los medios de comunicación de masa (radio, televisión y periódicos de amplia cobertura) ocupan hoy un rol cada vez mayor y más decisivo en la formación de la opinión pública y en la difusión de ideas y valores. En muchos casos, estos tienen sus propios intereses y, cotidianamente, difunden una determinada ideología, lo que contradice su propio discurso de neutralidad u “objetividad”. Al mismo tiempo, son controlados por grandes corporaciones o algunas familias, poderes que no representan la diversidad de la sociedad (MMM, 2013d, p. 129).

Dentro do campo teórico da comunicação, o tópico da propriedade dos meios, especialmente a monopolização e oligopolização dos mercados, é uma questão chave, sobretudo para a Economia Política da Comunicação (EPC). A EPC, para Brittos e Kalikoske (2014) representa um avanço nos postulados da escola frankfurtiana de pensamento. Intelectuais da Escola de Frankfurt, aglutinadas e aglutinados – em sua heterogeneidade – na construção de uma Teoria Crítica da Sociedade, desenvolveram o conceito paradigmático de indústria cultural (apresentado na obra *Dialética do Esclarecimento* [1947], de Theodor Adorno e Max Horkheimer), que aponta para a produção de mercadorias, incluindo as notícias, como resultantes de um processo de fabricação padronizado e homogeneizado no interior da sociedade de mercado (BORELLI e PEREIRA, 2014).

Embora, para este trabalho, não caiba um aprofundamento na questão da indústria cultural e nas demais formulações do pensamento frankfurtiano, é interessante pontuar como esses postulados foram fundamentais para o desenvolvimento de um pensamento crítico, inclusive regional, acerca da comunicação de massa. Em oposição à ideia de uma cultura de massa, visto que nomear o fenômeno dessa forma pode possibilitar a interpretação de que há organicidade e/ou espontaneidade na conformação dessa cultura, o conceito de indústria cultural alega que os bens materiais e imateriais são produtos e, portanto, fabricados a partir dos interesses de quem detêm os meios de produção. A questão da indústria cultural foi objeto de elaboração de pensadores e pensadoras da América Latina e são centrais nos escritos de

⁷¹ Propriedade cruzada é como é nomeada a concentração da propriedade, na qual uma corporação é proprietária de mais de um tipo de veículo de comunicação (jornal, TV, rádio, etc.).

autores como Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini, figuras importantes na formação de um pensamento latino-americano acerca dos processos comunicativos.

A EPC não rejeita a ideia de uma indústria cultural, mas assume, prioritariamente, a terminologia no plural, sugerindo que cada negócio midiático, embora responda a interesses convergentes, assume dinâmicas distintas em diferentes conjunturas socioeconômicas, tornando imperativa a necessidade de atualização constante sobre os entendimentos que se tem sobre cada um deles. Essa ponderação é elementar para pensar a utilização das TICs, por exemplo, e a Comunicação Mediada por Computadores (CMC), de modo geral, visto que, no início do século XX, o acesso à internet era apresentado como uma possibilidade sólida para caminhar em direção à democratização da informação e à garantia do direito à comunicação. Hoje, entretanto, as expectativas mostram-se frustradas ou, ao menos, complexificadas pela reorganização do capital a partir da digitalização da vida.

Em diálogo com essa perspectiva, a Marcha elabora sua crítica à concentração e ao poder corporativo na internet, considerando que a expectativa de que as novas tecnologias poderiam promover uma sociedade (e uma sociabilidade) mais participativa e horizontal foi contrariada pelo fato de que essas tecnologias têm sido usadas para o avanço do capitalismo, já que não estão dissociadas do momento histórico em que são desenvolvidas (MARTINS, 2020). Conforme sugere Helena Martins, se o desejo coletivo era de que a internet ajudasse a promover espaços de informação e comunicação democráticos, o que há em 2021 são, na verdade, “jardins murados”, com paredes invisíveis erguidas por regras de propriedade intelectual e suas patentes (Idem, p. 14).

A questão da digitalização da comunicação se inscreve em um contexto mais amplo de desenvolvimento do capitalismo digital. Em suas múltiplas faces, ele implica o aumento da vigilância, da coleta de dados, do extrativismo e da precarização das relações entre capital, trabalho, território e vida. Processos que não são novos, visto que os mecanismos de controle, exploração e acumulação estão no coração do sistema socioeconômico vigente, mas possuem novas roupagens, que impõem a necessidade de atualização de interpretações e estratégias de resistência (MORENO, 2020b).

As plataformas que coletam massivamente nossos dados são propriedades de grandes empresas transnacionais que controlam o mercado: a *Alphabet (Google)*, a *Amazon*, a *Apple*, o *Facebook* e a *Microsoft*. As iniciativas dessas empresas ganham cada vez mais aderência na sociedade, visto que são propagandeadas como “inovações”, como facilitadoras da vida cotidiana e, principalmente, como serviços gratuitos. O antigo slogan do *Facebook*, “é gratuito e sempre será”, é uma demonstração dessa investida. Entretanto, por meio do clique

em “aceitar” nos termos e condições de uso da rede social digital, apresentados em pequenas letras quando uma pessoa se inscreve na plataforma, a empresa passa a ter acesso a uma série de dados valiosos sobre usuárias e usuários. São rastros digitais deixados pelas buscas, compras, trocas de mensagens, visitas a determinadas páginas, reações a tópicos compartilhados por colegas virtuais, tempo de acesso, permanência, transações financeiras, etc.

Conforme demonstrou o escândalo da *Cambridge Analytica*⁷², esses dados são utilizados para a construção de perfis de consumo e comportamento, para os quais são enviadas propagandas direcionadas e, portanto, com maior potencial de “aceitação” e/ou interesse. Essa fórmula vale para produtos, serviços, ideias, candidaturas, etc. A geração de um número cada vez maior de dados, impulsionada pelo capitalismo digital e a sofisticação dos métodos de coleta, é a chamada dataficação, operada “(...) por algoritmos que, cada vez mais, ampliam a capacidade de predição e interferência nos comportamentos e de expropriação das nossas subjetividades e da nossa capacidade de autodeterminação” (Idem, p. 54).

A opacidade das tecnologias também é um dos mecanismos que garantem que esses processos sigam acontecendo sem questionamentos massivos. Há um desconhecimento generalizado sobre o funcionamento das plataformas digitais, o que confere ainda mais liberdade para as empresas transnacionais. Hoje, dada a ausência de participação e deliberação, a assimetria e a opacidade, a internet pode ser considerada, contrariando as expectativas de entusiastas, um espaço antidemocrático (POZNANSKI, 2018).

Mas, onde há mercantilização, exploração, vigilância e negação de direitos, frequentemente também há resistências. Mundialmente, há organizações, movimentos, pesquisadoras e pesquisadores, cooperativas, coletivos e uma variedade de outros tipos de agrupamentos somando esforços tanto para denunciar os modos pelos quais o capitalismo digital tem se organizado, quanto para desenvolver alternativas e possibilidades de barrar o avanço do capital sobre a vida, os corpos, as relações, os trabalhos e os territórios de mulheres e homens. Entre as reivindicações desses agrupamentos estão a universalização do acesso à internet; a garantia dos direitos à privacidade, à neutralidade e à liberdade de expressão; o respeito aos direitos humanos; a taxação dos lucros das grandes empresas; transparência; etc. (Ibidem).

⁷² Sobre isso, ver mais no texto *Por que fazer uma sociologia da internet? Sobre o caso Cambridge Analytica e Facebook*. Disponível em: <<https://lavits.org/por-que-fazer-uma-sociologia-da-internet-sobre-o-caso-cambridge-analytica-e-facebook/?lang=pt>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Na Marcha Mundial das Mulheres, a elaboração política sobre a comunicação digital tem sido refeita nos últimos anos – com os debates promovidos na *5ª Ação Internacional* (2020), por exemplo –, embora já houvesse reflexões críticas sobre o tema há mais tempo nas discussões promovidas pelo movimento. “Caminhar no ritmo da mais lenta” é um princípio político para o Coletivo de Comunicadoras, que compreende que não é possível ignorar que muitas mulheres sequer têm acesso contínuo à internet. Em 2010, no encerramento da *3ª Ação Internacional*, na República Democrática do Congo, a Marcha foi testemunha de um episódio muito emblemático nesse sentido, vivenciando as dificuldades que as mulheres do continente africano enfrentam permanentemente para se comunicar entre si e com o restante do mundo. “Eso tiene implicaciones concretas, como el hecho de que para nosotras, por ejemplo, no basta enviar por email una propuesta de convocatoria y aguardar respuestas, hay que llamar por teléfono, alertando la importancia de leer el mensaje, etc.” (MMM, 2013d, p. 140).

Na organização, nas práticas e reflexões, há o esforço de trilhar coletivamente um caminho alternativo às imposições do poder corporativo. A tarefa possui complexidades proporcionais ao desafio de politizar aquilo que é visto como neutro e sem escapatória. Passa pelo exercício de apropriação sobre o debate das tecnologias, visto que a racionalidade técnico-científica, por meio do discurso da competência (CHAUI, 2017), diz que esse é um tema sobre o qual apenas algumas pessoas podem saber; pelo reconhecimento da heterogeneidade do movimento feminista, já que, conforme supracitado, convivemos com mulheres que sequer possuem acesso à internet (e nem por isso deixam de ser vigiadas e exploradas pelo capitalismo digital); pelas alianças com outros movimentos sociais e populares do Brasil e de outros países; pela aposta em construir esse debate a partir de uma crítica antissistêmica e, portanto, ampla; pelo reconhecimento do trabalho⁷³ de organizações empenhadas na construção de alternativas; entre outros rumos que vão sendo trilhados coletivamente.

A disputa tecnológica tem a ver com sujeitos coletivos. Tem a ver com a nossa capacidade de dizer “não”, questionando as estruturas do modelo, e não apenas seus impactos. De questionar as dependências criadas pela digitalização e reivindicar, inclusive, o direito de comunidades não estarem conectadas a essas infraestruturas de vigilância e controle, na perspectiva da autodeterminação. Como movimentos

⁷³ No texto *Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital*, Renata Moreno lista algumas organizações que são referências para as discussões da Marcha Mundial das Mulheres e com as quais o movimento constrói diálogos nesse sentido. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Caderno_Capitalismo_digital_comunicacao_movimento_sof_web-1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

sociais, temos muita experiência e aprendizado acumulado de que, ao dizer “não”, abrimos as possibilidades de construir os nossos caminhos e alternativas. E, nesse sentido, a partir de nossos movimentos sociais, populares, feministas, anticapitalistas, precisamos construir e ampliar nossas alianças. (MORENO, 2020b, p. 65).

Na construção da comunicação popular e feminista como um processo para a emancipação, há o desafio permanente de rejeitar as falsas soluções impostas pelo mercado. Hoje, uma dessas falsas soluções é o espraiamento da ideia de que as redes sociais digitais são plataformas democráticas de debates, que operam sem os conhecidos filtros da mídia tradicional e que, portanto, devem ser o centro de nossas estratégias. Nessa visão, forjam-se as redes proprietárias simplesmente como espaços de livre circulação de opiniões. Entretanto, temos observado que a “visibilidade dos conteúdos inseridos nas redes sociais não é igualitária ou democrática, pelo contrário: é regida pela imbricação entre monetização e acumulação de ‘likes’” (BENEDITO e ZELIC, 2020, p. 36).

As dinâmicas da comunicação digital incentivam, em geral, a subjetivação neoliberal – pautada no pensamento meritocrático, no individualismo, no consumo, etc. – que frequentemente resulta na banalização de pautas históricas do feminismo, desconectando o projeto político de seu sujeito coletivo. Na lógica da interdição dos debates e dos argumentos contraditórios, da impossibilidade de produzir sínteses e, portanto, encaminhamentos sobre as discussões, há a fragilização da ação política unitária. “Essa dificuldade de produzir sínteses e acordos que levem à organização e força política duradoura está diretamente relacionada à introjeção da estrutura das redes corporativas na dinâmica dos movimentos e debates políticos” (Ibidem, p. 37).

Assim, os monopólios digitais também são um obstáculo para a democracia, uma questão a ser considerada nas práticas e elaborações dos movimentos sociais e populares.

3.3 A dimensão processual da comunicação

Para a Marcha Mundial das Mulheres, a comunicação é tanto um direito humano, o que pressupõe a democratização da mídia, conforme abordei no item anterior, quanto um processo, uma prática que ressoa a educação libertadora (PERUZZO, 2017). Neste tópico, exploro essa segunda concepção, presente nas reflexões do movimento acerca do tema e, sobretudo, em suas ações. Essa tem como base as formulações de Paulo Freire e as

apropriações que comunicadoras e comunicadores da América Latina, principalmente, fizeram do pensamento do educador. Cabe ressaltar que a dimensão dialógica e processual do agir comunicativo surge como ponto de reflexão em uma série de tradições dentro do campo teórico da comunicação.

A atenção à dimensão processual da comunicação é reconhecida como eixo conceitual e empírico pela Escola Latino-Americana de Comunicação, que coloca em discussão as interligações entre estruturas sociais, questões socioeconômicas e modelos de comunicação (BERGER e SCHWAAB, 2014). Em suas diferentes fases, convergem a tentativa de compreender a comunicação massiva enquanto construtora do desenvolvimento do capitalismo – e, portanto, das relações de dependência entre as pessoas e entre os povos – e o impulsionamento do poder de ação comunicativa dos sujeitos políticos coletivos. Nesse sentido, o pensamento de Paulo Freire se configurou tanto como um suporte para a crítica à comunicação de massa e ao difusionismo, quanto um ponto de partida para práticas dialógicas com a finalidade de emancipação, inspirando uma série de autores e autoras como Venício A. de Lima, José Marques de Melo, Regina Festa, Raquel Paiva e Cicilia Peruzzo (Ibidem).

Antes de responder à pergunta que dá nome ao livro *Extensão ou comunicação?* (1983), Freire faz uma análise sumária sobre os possíveis significados – ou ideias associadas a esses significados – da palavra extensão (como atividade do agrônomo educador), que, de acordo com sua observação, carrega uma visão de superioridade de quem “estende” algo a outro, inferioridade de quem recebe o que foi estendido e a característica de certo messianismo nessa entrega. Para além disso, aponta o autor, a nomenclatura invalida as receptoras e os receptores dessa mensagem e/ou ação como seres de transformação do mundo e da construção de conhecimentos autênticos. As mesmas observações apresentadas pelo filósofo para reforçar sua tese de que a atividade nomeada comumente como extensão imprime uma visão mecanicista e reducionista podem ser utilizadas para analisar a comunicação de massas. A explicação de Freire confere sentido ao que, majoritariamente, as pessoas entendem por comunicação e, em vista disso, é necessário defender a necessidade da construção da comunicação popular enquanto um processo coletivo, pautado no diálogo.

No senso comum, falar de comunicação pressupõe um transmissor de mensagens e um receptor acrítico, a ser persuadido, tal qual Freire apontou sobre as camponesas e os camponeses no caso da extensão rural, por meio da propaganda. Refletir sobre comunicação como um processo, portanto, pressupõe se desfazer desse reducionismo. Implica compreender que conhecer, qualquer que seja a dimensão em que se elabore o que isso significa, não é um movimento unilateral em que as pessoas, reduzidas a objetos, recebem dócil e passivamente o

que o outro lhe impõe (FREIRE, 1978). Para Freire, “A comunicação (...) implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (1983, p.45) e esta seria condição *sine qua non* para assim ser nomeada. “(...) na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam (...)” (Ibidem).

Fonseca (2018) destaca que Paulo Freire utiliza o termo “extensão” não apenas para falar sobre a atividade assim nomeada comumente, mas também para se referir a uma lógica pautada na subjugação das pessoas, convertidas em objetos, e na recusa da mutualidade como condição para a construção do conhecimento e da aprendizagem. Essas são ideias que estão presentes tanto nas teorias da comunicação quanto nas teorias da educação (e possivelmente em outras mais). “Quando há uma situação de extensão, o saber é propagandístico, retira-se dele qualquer possibilidade de comunicação, uma vez que se fazem verticalmente ‘comunicados’” (p. 81). Na visão contrária, a comunicação enquanto prática humana é (ou pode ser) o oposto da extensão e dessa interdição ao diálogo. Sendo assim, para Freire, há um equívoco gnosiológico no termo “comunicação”, porque os meios de comunicação de massa, que configuram o que as pessoas efetivamente entendem por comunicação, são antidialógicos e incomunicativos (Ibidem).

O argentino Mario Kaplún faz parte do conjunto de autores e autoras da América Latina que refletiram sobre a comunicação a partir das reflexões freirianas. Kaplún considera que as práticas da educação popular e da comunicação popular combatem concepções hegemônicas, na educação e na comunicação, por limitações similares, ao mesmo tempo que guardam potencialidades que se retroalimentam, quando pensadas para além dos meios de difusão e para além da lógica da extensão. Ele afirma, na obra *El Comunicador Popular* (1985), que assim como há uma educação “bancária”, existe uma comunicação que opera na mesma lógica, e destaca outros dois tipos de educação e comunicação. São três tipos ao todo: bancária, que coloca ênfase nos conteúdos; dirigista, que coloca destaque nos efeitos; e libertadora, que foca no processo.

No mesmo livro, Kaplún afirma que a comunicação não é uma especialidade, contrariando o discurso da competência. No Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres esse é um princípio de elevada importância. Na apresentação do grupo, que consta no blog da organização, essa é a primeira informação exposta no subtítulo “Nossa atuação”: “1. Todas somos comunicadoras. Algumas são especialistas no assunto, outras não, mas o importante é que todas somos capazes de produzir comunicação”. O tema também foi abordado nas boas-vindas do Curso de Comunicação Feminista, organizado pelo Coletivo no primeiro semestre de 2020. No vídeo gravado por Helena Zelic, ela afirma que no grupo não

há uma ideia de que a política seja uma coisa e a comunicação seja outra. Portanto, a construção da comunicação popular e feminista é um compromisso de todas.

A gente costuma dizer que a gente é todo mundo militante e é todo mundo comunicadora, não importa se você tenha formação na área ou não. O assunto não é esse, se você é especialista no assunto da comunicação ou não, mas mostrar na prática que todas nós somos capazes de produzir comunicação, porque o que importa para essa nossa comunicação, que é militante, que é popular, que é feminista, é o nosso olhar militante, nosso olhar de quem está dentro da organização, de quem participa, de quem participa inclusive de outras tarefas, não só da tarefa da comunicação, e não só de quem observa de longe. (ZELIC, 2020b).

O curso teve um total de 228 participantes, das quais aproximadamente 112 se apresentaram no fórum/espço *on-line* proposto para isso. Algumas mulheres indicaram em suas respostas que assistiram aos módulos junto de alguma outra pessoa ou mesmo em grupo. De acordo com as apresentações, houve inscritas de 17 estados diferentes: Minas Gerais, Paraná, Maranhão, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Piauí, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul e Ceará. Nas 112 apresentações no fórum, apenas quatro mulheres afirmaram que já faziam parte do Coletivo de Comunicadoras da Marcha, e somente cinco declararam ser jornalistas, estudantes de comunicação e/ou atuarem na área.

O primeiro módulo, facilitado por Isabelle Azevedo, militante da MMM no Ceará, discutiu como as pessoas se comunicam no Brasil. No vídeo gravado como disparador das discussões, a facilitadora afirmou que a organização compreende que comunicar, na concepção feminista e popular, é mais do que informar e do que ter liberdade de expressão. Nesse campo, comunicar-se é parte da construção do processo de participação, inclusão social, mobilização e, sobretudo, emancipação (AZEVEDO, 2020). Assim como no campo da educação libertadora, na comunicação popular o objetivo coletivo é, para além da tomada de consciência, que essa conscientização resulte em ações transformadoras da realidade.

Essa concepção dialoga com as formulações de Paulo Freire, que pensa na extensão⁷⁴ e nas demais práticas antidialógicas como invasões culturais, as quais pressupõem conquista e manipulação, e são contrárias à ação coletiva. Na oposição a essa visão reducionista,

⁷⁴ O termo “extensão” possui uma pluralidade semântica e há uma série de disputas em torno do conceito e do sentido político da prática. Sobre isso, ver mais no texto *Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira*, de Lais Silveira Fraga. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200403&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 nov. 2020.

encontramos a proposta da comunicação popular e sua convergência com a ideia de Comum. Se Comum, no singular, é um conjunto de práticas políticas que só se fazem coletivamente, para governar os comuns, no plural – que seriam bens materiais e imateriais que não devem ser mercantilizados, privatizados ou financeirizados – a comunicação popular, enquanto prática dialógica, só se concretiza a partir da ação conjunta, a fim de garantir o direito à comunicação e à informação, enquanto comuns.

Cabe, por fim, dizer que a proposta da comunicação popular não invalida a luta pela democratização da mídia. Ao se referir a ela, Vito Giannotti afirma o seguinte:

Enquanto este milagre não acontece, há uma tarefa que é tão velha quanto a Revolução Francesa: fazer nossos jornais. E hoje, não só jornais. Trata-se de toda uma vasta gama de instrumentos de mídia abrangendo todos os domínios. Criar jornais, revistas, documentários e usar todas as armas da guerrilha comunicacional trazidas pela internet, dos blogs a todas as formas de comunicação das chamadas redes sociais. Do ‘velho twitter’ a todas as aplicações via celulares, e tablet e youtube e os escambau. Ou seja, enquanto esperamos, sem nenhuma ilusão, a democratização da mídia, é preciso fazer a nossa mídia. Todas as formas de mídia. E ao mesmo tempo pressionar, forçar, insistir e mobilizar no sentido dessa democratização, sobretudo no campo do rádio e TV. (GIANNOTTI, 2014, p. 49).

É desta tarefa que se ocupa a comunicação popular e feminista que, na MMM, cumpre papéis imprescindíveis para a construção do movimento. Entre esses, se destacam: o desmantelamento do discurso competente, que diz respeito à comunicação, mas também ao próprio feminismo; a “passagem do silêncio à palavra” (PERROT, 2007, p. 12) sobre a organização coletiva das mulheres e sobre as perspectivas feministas para o projeto de outra sociedade; a construção da memória feminista, indispensável para as lutas políticas; e a conscientização para a ação.

3.4 A comunicação popular e feminista

Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista ou ampliação dos

direitos de cidadania, incluindo o de comunicar. (PERUZZO, 2013, p. 166).

O Estado mínimo e a ascensão do neoliberalismo na segunda metade do século XX – sobretudo a partir da década de 1980, com Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Margaret Thatcher, na Inglaterra; Helmut Kohl, na Alemanha; e os regimes ditatoriais na América Latina, com suas consequências drásticas para a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores – conformam o cenário de proliferação, em diversos países da região, de iniciativas de comunicação contra-hegemônicas, fabricadas no centro da atuação dos movimentos contestatórios do sistema vigente.

As raízes desses processos, entretanto, datam de antes. Nos anos de 1960, o Brasil, nos meios de cultura popular, acumulou experiências fundamentais de ações contestadoras gestadas coletivamente, as quais visavam impulsionar saltos de consciência. Essas experiências, reprimidas após o golpe militar de 1964, se rearticularam em 1970, assumindo novas características e tarefas militantes, dentre as quais está o chamado “trabalho de base”, que incorpora a urgência da conscientização da classe trabalhadora. O contexto também era informado pelo Movimento de Educação de Base e o método Paulo Freire (FESTA, 1986).

O período foi marcado ainda pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral Operária (PO), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CMI) e outras organizações ligadas à igreja, filiadas à Teologia da Libertação, que criaram e apoiaram centros de documentação das experiências populares pelo país (Ibidem). A comunicação popular ganha forma também a partir de iniciativas da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) que, na década de 1970, promoveu uma série de cursos para análise crítica dos meios de comunicação de massa, por elaborações do grupo denominado Projeto de Leitura Crítica da Comunicação (PLCC), ligado à UCBC, e por interlocuções com grupos de outros países latino-americanos (PAIVA e GABBAY, 2014).

O Movimento do Custo de Vida (MCV), que teve início nos Clubes de Mães, parte das CEBs da Zona Sul de São Paulo, é um exemplo privilegiado para compreender a articulação entre mobilização, educação popular e comunicação que se desenvolveu nesse período. Muito foi feito e produzido. Carta às autoridades, pesquisa sobre os impactos da carestia na vida da população periférica, abaixo-assinados, músicas, cordel, cadernos de estudo e materiais de denúncia foram sendo construídos nessa mobilização política que Regina Festa sintetizou como impulso no sentido da perda do medo, por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores, em um contexto fortemente marcado pela censura. Nos

encontros entre sujeitos políticos, “(...) as pessoas descobriram ou reconquistaram o direito à palavra e à reflexão” (FESTA, 1986, p. 20). Quando o grupo se dividiu e passou a ser nomeado como Movimento Contra a Carestia (MCC), também foi produzido um tabloide, sem periodicidade, mas com impactos menores do que os processos comunicativos mencionados anteriormente.

Na década de 1980, tanto os processos de comunicação popular e comunitária quanto a comunicação alternativa e a comunicação de massas se desenvolveram concomitantemente em relação à reorganização do capitalismo, a partir de suas novas formas de acumulação, que acirraram os conflitos de classe. Os meios de comunicação de massa se dilataram pela internacionalização do capital, a comunicação alternativa se expandiu de acordo com a capacidade de aliança das forças opositoras e de desenvolvimento de projetos para a nação, e a comunicação popular se avultou de acordo com a organização dos movimentos sociais e populares (Idem).

Inspiradas nas proposições teóricas da Escola de Frankfurt, as experiências de comunicação conectadas com as lutas populares foram também marcadamente informadas pelas elaborações do italiano Antonio Gramsci que, em seus escritos, formulou sobre a hegemonia e sua intrínseca relação com a cultura, estabelecendo que “a soberania e os equipamentos de controle social estão concentrados não apenas nas relações políticas e econômicas, mas também no direcionamento moral e ideológico da cultura, dos meios de comunicação, dos mecanismos de relacionamento humano” (PAIVA e GABBAY, 2014, p. 47).

Pesquisadoras e pesquisadores, dentre outras pessoas interessadas na temática, têm identificado a dificuldade de precisar a conceituação de comunicação popular. O desafio se deve, em parte, à estreita ligação com as práticas dos movimentos sociais e populares e à diversidade que pode ser observada nesse conjunto de ações e reflexões. Também pode ser explicada por um preterimento do tema na academia brasileira. Ele pode ser notado, por exemplo, no fato de que as principais referências sobre o assunto datam de três ou quatro décadas atrás. Em 2008, Cicilia Peruzzo, uma importante referência nos estudos sobre o tema no país, apontou que estavam emergindo novas manifestações de comunicação popular, alternativa e comunitária, que apresentavam diferenças em relação às iniciativas experimentadas entre as décadas de 1970 e 1990, e que, por essa razão, não poderiam ser plenamente compreendidas por meio do referencial teórico construído e acumulado no período anterior (PERUZZO, 2008).

Pensar em comunicação popular hoje, desse modo, é experimentar fazer uma “tradução”, tal qual nomeou Patricia Hill Collins (2017), de uma política emancipatória viva nos movimentos sociais e populares, mas possivelmente não atualizada nas discussões em outros espaços, como as universidades. Um desafio, portanto. Ainda sobre a peleja imposta para a reflexão sobre comunicação popular, no início da terceira década do século XXI, é importante considerar que o próprio campo comunicacional vem se alterando profundamente, de modo que as práticas observadas nas investigações elaboradas décadas atrás têm sentidos distintos no presente e/ou deixaram de figurar com centralidade em uma parte dos movimentos sociais. Uma série de escritos do século anterior aborda com ênfase as experiências radiofônicas e televisivas, que não deixaram de existir ou de ser importantes. Entretanto, a instantaneidade da comunicação digital, a massificação do acesso à internet e suas supostas gratuidade e horizontalidade, bem como as dificuldades financeiras vivenciadas no campo político da esquerda, podem ter causado um preterimento de formatos que demandam mais investimento, como é o caso das produções audiovisuais de mais fôlego.

Dornelles (2007) acrescenta a essa lista de desafios para a elaboração, o fato de que comunicação popular tem sido compreendida quase como sinônimo de comunicação participativa, alternativa, dialógica, horizontal, comunitária, etc. Peruzzo, em seu artigo *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados* (2008), define comunicação popular como sendo aquela que “tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo” (p. 368). Por seu caráter mobilizador, dialógico e político, vem sendo reinventada, a partir das condições materiais e culturais do presente. Ela pode se configurar como uma alavanca para a promoção de reais laços entre as pessoas, suas vidas e territórios e, a partir disso, impulsionar alterações importantes na lógica excludente que organiza a sociedade. Para o campo teórico de produção sobre a temática, e para os movimentos, isso não é utopia, sendo que esse potencial é inclusive reconhecido e, por esse motivo, disputado por setores que estão empenhados na manutenção do status quo (PAIVA, 2009).

A comunicação popular, como supracitado, também foi chamada de horizontal, comunitária, radical, participativa e dialógica, mas essas diferentes denominações – que não devem ser consideradas como sinônimos – guardam sentidos políticos semelhantes. Trata-se de experiências comunicativas de setores empobrecidos da sociedade, construídas a partir de processos participativos, que reivindicam uma nova cultura política marcada pela justiça social. Acerca do termo “alternativa”, especificamente, Peruzzo faz uma ressalva. A comunicação contra-hegemônica de que estamos tratando é constituída por processos e

conteúdos diversos daqueles que circulam nos meios de comunicação de massa, mas não se configuram como uma alternativa no sentido de substituir e/ou dispensar o acesso aos meios de comunicação hegemônicos (PERUZZO, 2011). Embora os meios de comunicação populares não tenham a pretensão de substituir os meios de comunicação massivos, inclusive pelo reconhecimento de que a batalha de ideias entre eles se dá de maneira assimétrica, é importante compreender a conexão estabelecida entre uma coisa e outra. Para uma parte das pessoas que estudam a temática da comunicação contra-hegemônica, só existe comunicação popular porque há comunicação de massa, assumindo um caráter de contestação, em “(...) uma relação dialética em que um existe por causa [de], apesar [de] e em relação ao outro” (CUNHA, 2013, p. 17).

Para Festa (1986), a comunicação alternativa identifica as iniciativas de intelectuais à esquerda, opositoras e opositores do regime ditatorial, bem como de grupos partidários, que lançaram, no contexto da censura, seus instrumentos de comunicação, tais como revistas e jornais tabloides. O conjunto dessas manifestações também ficou conhecido como imprensa nanica. Em *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia* (2014), Vito Giannotti relembra algumas dessas publicações. Do contexto da redemocratização, menciona a revista mensal *Reportagem*, criada por Raimundo Pereira, que também foi fundador dos semanários *Opinião e Movimento*, e do jornal diário *Retratos do Brasil*, esse último de 2006. Contemporânea da revista *Reportagem*, também cita a revista de periodicidade mensal *Caros Amigos*. Quanto às experiências mais recentes, lembra do jornal *Brasil de Fato*.

Pasquim, Pato Macho, De Fato, Versus, Coojornal, Posição, Porantim, Paralelo, Repórter, Opinião, Mulherio, Cadernos do Terceiro Mundo, O São Paulo, Em Tempo, EX, Extra, Bondinho, Mutirão, Brasil-Mulheres, Nós-Mulheres, Jornacooop, Consisa, etc., são alguns dos jornais e revistas editados no período, lembrados por Festa (1986).

Cicilia Peruzzo também apresenta uma ressalva em relação à denominação “comunicação comunitária”. De acordo com a autora, ao final do século XX, o termo “comunitária” passou a ser mais empregado, enfatizando seu sentido menos politizado (PERUZZO, 2006). Uma das características desse emprego mais sistemático é que, por vezes, a comunicação chamada de comunitária se distancia dos movimentos sociais. Neste trabalho, em diálogo com as considerações e investigações de diferentes pesquisadoras e pesquisadores, tais como Cicilia Peruzzo, Mário Kaplún, Raquel Paiva, Regina Festa, Paulo Freire e Vito Giannotti, fizemos a opção de incorporar as reflexões acerca das práticas comunicacionais participativas, que foram nomeadas das formas anteriormente citadas, por convergirem em seus sentidos políticos, e privilegiar a nomenclatura “popular”, porque sua

definição mais aproximada (aquela que emerge do povo, no bojo da atuação dos movimentos sociais e populares) é a que melhor conversa com o contexto estudado nestas páginas.

A grande mídia também incorporou a palavra “comunitário” para designar algumas de suas produções. Percebe-se, dessa forma, que o termo é de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si. É prudente recorrer ao status original dessa modalidade comunicativa na América Latina, bem como aos conceitos de comunidade, para a caracterização mais adequada do processo. (Idem, p. 2).

Paiva (2007) afirma que debater, teorizar e trabalhar com processos comunicacionais horizontais e participativos é um chamamento político. Para a autora, é a partir da comunidade que as pessoas experienciam relações mais potentes com o território, a natureza, o cosmo e a história. Essa conexão fica explicitada de maneira privilegiada na comunicação participativa. Ao falar sobre a comunicação comunitária, a ser reinterpretada em cada tempo histórico, ela estabelece alguns pilares que lhe são perenes, quatro dos quais destacamos por se aplicarem às reflexões sobre comunicação popular: seu caráter contra-hegemônico no campo da comunicação; a capacidade de propiciar novas interpretações sobre a comunicação e outras formas de se relacionar com ela, de modo geral; a potencial produção de novas formas de linguagem; a atuação na direção de uma estrutura polifônica; e o propósito educativo.

Mario Kaplún (1985) salienta que coexistem duas formas de compreender o termo “comunicação”. Uma diz respeito ao ato de informar, transmitir e emitir mensagens, sintetizado no verbo comunicar, e outra que se centra no diálogo, no intercâmbio e na reciprocidade, possível de ser resumido na expressão “se comunicar”. A partir dessa diferenciação, conclui que os meios de comunicação de massa são, na verdade, meios de difusão, corroborando com os apontamentos de Paulo Freire, que afirma que os meios de comunicação de massa atuam como meios de comunicados às massas.

Para Kaplún (1998 apud PERUZZO, 2011), os processos de comunicação participativos, ao contrário, se constituem como práticas dialógicas e educativas, já que objetivam, entre outras coisas, que as pessoas tomem consciência da realidade e gerem debates e ações a partir disso. Desse modo, os meios de comunicação populares são vistos como instrumentos para a educação popular, com acentuado caráter processual em suas

práticas. “Não se trata apenas de criar meios ou canais de comunicação, mas sim de inseri-los como facilitadores de processos de mobilização social (...)” (PERUZZO, 2011, p. 84).

La controversia para recuperar el sentido original del concepto de comunicación, entraña, pues, mucho más que una simple cuestión semántica, de diccionario. Ella conlleva una reivindicación humana; y sobre todo, una reivindicación de los sectores dominados, hasta ahora los grandes excluidos de las grandes redes transmisoras. La polémica tiene una dimensión social y política. (KAPLÚN, 1985, p. 67).

Para o feminismo, a comunicação cumpre mesmo um papel pedagógico, a partir de sua compreensão como um processo coletivo, ao mesmo tempo que torna visível os saberes, lutas e histórias das mulheres, que são frequentemente escamoteados pelas narrativas dos meios de comunicação hegemônicos e, por vezes, mesmo entre meios alternativos. É por isso que, além de promover os próprios canais comunicativos, criando narrativas próprias sobre a organização, a política e a sociedade, o movimento feminista também luta para garantir a democratização da mídia. “A luta pela democratização da comunicação faz parte da agenda política das mulheres no Brasil, e mais que isso, tem sido cada vez mais potencializada pelas práticas de comunicação feminista impulsionadas pelas mulheres” (MORENO, 2016, p. 4).

A experiência de desenvolver práticas de comunicação feminista tem levantado uma série de discussões e reflexões, por exemplo, sobre como funciona a produção de conteúdos na lógica da produtividade e do patriarcado. Frente à hierarquia e fragmentação das tarefas, as comunicadoras feministas buscam democratizar o processo de produção de conteúdos, em uma dinâmica horizontal que respeita os diferentes saberes e impulsiona intercâmbios e aprendizagens. Buscam ainda valorizar as linguagens e formas de comunicações das mulheres, as diferentes falas e formas de expressão, e os diferentes veículos pelos quais as mulheres acessam a informação (Idem).

Desde o início dos anos 2000, vivemos uma rápida popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação, que ofereceram novas possibilidades comunicativas para a sociedade como um todo, ao mesmo tempo que impuseram novos desafios. De modo geral, as conexões tecnológicas e a comunicação em rede têm sido vistas com certo grau de romantismo (PAIVA, 2007), conforme abordamos no item anterior. Aimée Montiel, pesquisadora mexicana da área de comunicação, afirma que todos os meios de comunicação,

tanto os chamados de tradicionais quanto aqueles constituídos a partir das novas tecnologias, reproduzem estereótipos sexistas e a violência e discriminação de gênero. “(...) ainda que saibamos que não são os meios por si mesmos que determinam a ação social, eles têm sim uma influência significativa nos discursos, representações, crenças e saberes que as pessoas constroem” (MONTIEL, 2013, p. 572). Justamente por essa influência é que autoras como Peruzzo também reivindicam a comunicação popular como um processo educativo, assim como fez Mario Kaplún (1985). A comunicação, nesse sentido, é “(...) onde elas podem tornar-se sujeitos do seu processo de conhecimento, onde elas podem educar-se através de seu engajamento em atividades concretas (...)” (PERUZZO, 1999, p. 216). Para ela, “ser sujeito do processo comunicativo de uma organização ou movimento facilita a ampliação da cidadania” (Idem, p. 218).

Apesar das contradições, as tecnologias digitais podem ter aumentado as potencialidades participativas/interativas nas práticas de comunicação, visto que facilitaram a criação de instrumentos e canais de produção, difusão, recebimento e controle de conteúdos (PERUZZO, 2011). Com mais interatividade, a preservação da memória das lutas coletivas e populares, apontada por Peruzzo como um desafio nos movimentos sociais, pode ganhar impulso e organicidade com processos participativos de comunicação. Ao documentar o cotidiano das manifestações, articulações, reflexões e outras atividades, a comunicação popular contribui para essa memória, o que é fundamental, já que a memória das pessoas inferiorizadas na hierarquia social não é a mesma de quem está acima delas (ALVES, 1986 apud ALBERTI e PERUZZO, 2019).

Na comunicação dos movimentos sociais e populares, a questão da memória das mobilizações é fundamental, tanto por ser de fato um desafio quanto porque é também a partir daquela que o acúmulo político das organizações é construído. “Nas práticas de movimentos sociais populares normalmente se gera muitos conhecimentos, são feitas inúmeras coisas, mas se documenta pouco e quase não se sistematiza o conhecimento construído” (PERUZZO, 2011, p. 97). O resultado desse cenário é que, diversas vezes, as informações não são assimiladas enquanto conjunto estruturado (Ibidem). A análise e sistematização propostas para este trabalho e desenvolvidas nestas páginas busca dialogar com essa dificuldade detectada por estudiosas e estudiosos da comunicação.

No caso da Marcha Mundial das Mulheres, a comunicação do movimento é apresentada como popular e feminista. A palavra “feminista”, nesse caso, não é mero

qualificador. Os valores feministas são a base do projeto de comunicação da organização. Tanto quanto se afirma que o feminismo não é um debate de especialistas, mas um projeto de todas as mulheres em movimento, e que não haverá transformação social sem que haja igualdade entre homens e mulheres, há a aposta de que comunicação não é meramente uma questão técnica – embora não se queira, com isso, prescindir dela – e que essa só será popular ao reconhecer os direitos e a luta das mulheres.

Para o movimento, o debate sobre comunicação feminista e popular inclui discussões sobre plataformas, tecnologias, linguagens, formatos e também sobre tudo que é necessário para que as pessoas participem da política, inclusos os processos de comunicação. Quem limpa os espaços onde militantes se reúnem para produzir comunicação colaborativa? Quem cozinha nesses espaços? Para que a comunicação em comum aconteça, para que se configure como uma política do Comum, é preciso incorporar o que é preciso para que a vida em comum aconteça, visibilizando quem, historicamente, tem sustentado essas comunidades (MORENO, 2020a).

CAPÍTULO 4 - O COMUM E A COMUNICAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Neste capítulo, apresento uma discussão sobre o que é o Comum e como esse conceito se articula com a comunicação. Por fim, discuto se e como a comunicação da Marcha Mundial das Mulheres pode ser considerada uma experiência da política do Comum, a partir da teoria e dos dados coletados para a pesquisa, construindo uma visão compartilhada sobre o tema. Para o desenvolvimento das reflexões sobre o Comum e os comuns, me respaldei na produção de Silvia Federici (2014, 2017a, 2017b, 2018, 2020), em publicações do Instituto Procomum, em formulações de Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen (1999), entre outras autoras e outros autores.

4.1 Notas sobre o Comum a partir de uma lente feminista

(...) nunca he dejado de tener presente lo que diría la gente que ya vive una experiencia comunitaria: «Los comunes se viven, no se puede hablar sobre ellos y mucho menos teorizarlos». Imagino que esto se debe a que es difícil encontrar las palabras para explicar una experiencia tan potente y excepcional como la de ser parte de algo más grande que nuestras vidas particulares, de habitar en esta «tierra de la humanidad», no como extraños o intrusos, que es como el capitalismo quiere que nos relacionemos con los espacios que ocupamos, sino como en casa. Pero las palabras son necesarias, especialmente para aquellos de nosotros que viven en lugares en los que prácticamente se han desarticulado las relaciones sociales. (FEDERICI, 2020, p.127).

Uma potência. Um conceito que abre possibilidades⁷⁵. Ao mesmo tempo um substantivo e um verbo (DE ANGELIS, 2006). Um caminho, em permanente movimento (SAVAZONI, 2018). Não tem uma dimensão linear e está conectado com a complexa

⁷⁵ O QUE É O COMUM?. Disponível em: <<https://www.procomum.org/o-que-e-o-comum/>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

experiência de viver em comunidade (SANTANA, 2019) ⁷⁶. Trata-se de uma “ideia [que] cumpre a função ideológica de um conceito unificador que configura a sociedade cooperativa que muitos estão se esforçando para criar” (FEDERICI, 2018). É grande a variedade de definições atribuídas ao Comum. A organização sem fins lucrativos Instituto Procomum o designa como um conceito que dá abertura à diversidade de interpretações e “traduções” de práticas políticas. Seu potencial, nessa perspectiva, está tanto em sua amplitude, quanto no que lhe é imprescindível: a ação coletiva.

O IP elenca seis características para responder o que o Comum é⁷⁷:

- 1) Quando se fala em Comum, é corriqueiro que diversas pessoas se remetam ao conceito como um substantivo, no plural. Os comuns seriam bens, sobretudo ligados à natureza não-humana. Para o IP, entretanto, o Comum é formado ao mesmo tempo pelos bens comuns e pela sua gestão comunitária, que protege os patrimônios coletivos, sejam eles socioambientais, digitais, corporais, culturais, etc., contra o cercamento e a apropriação;
- 2) Trata-se de um modelo de governança;
- 3) É uma convocação para a ação coletiva, para além da gestão do mercado ou do Estado;
- 4) São relações, de solidariedade e reciprocidade, que têm poder de constituir alternativas econômicas no interior das comunidades;
- 5) É a vida que se constrói de modo coletivo;
- 6) “É uma transformação cultural de grandes proporções” ⁷⁸.

Neste trabalho, optei por considerar a perspectiva híbrida que combina a visão de que os bens comuns devem ser protegidos contra a privatização, a financeirização e a mercantilização, e que sua gestão comunitária produz um tipo de relação que configura um contrapoder, o Comum, em um tempo histórico hegemônico pelo neoliberalismo e marcado pela erosão do tecido social, em decorrência da lógica informada por esse modelo

⁷⁶ *A Lente do Comum #1: Bianca Santana*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7a7emZKVF4w>. Acesso em: 28 mar. 2021.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

socioeconômico e político. Essa opção considera o acúmulo de autoras e autores citados nestas páginas, mas também o próprio processo de elaboração política da Marcha Mundial das Mulheres. Na organização, a formulação sobre o Comum tem como base os princípios ecofeministas⁷⁹. Foi a partir das reflexões críticas ao capitalismo verde, ao extrativismo, à espoliação dos territórios e seus impactos na vida das mulheres que o movimento pôde acumular conhecimentos (e experiências) sobre os processos de defesa da vida, a partir de políticas que são práticas do Comum.

Uma rápida pesquisa sobre o tema do Comum nos conduz às contribuições intelectuais de autores como Christian Laval, Pierre Dardot e Antonio Negri. Certamente, elas não são dispensáveis, mas nesta pesquisa fizemos a opção de privilegiar as formulações de autoras feministas. Esta escolha busca enfrentar uma questão apresentada por Maria Mies e Veronica Bennholdt-Thomsen, na publicação *Defending, Reclaiming, Reinventing The Commons* (1999), em que as autoras sugerem que o Comum e os bens comuns têm sido invisibilizados e/ou idealizados, entre outras razões, porque são tratados como as mulheres e as mulheres são tratadas como eles e, portanto, desvalorizadas socialmente. Embora as mulheres sejam linha de frente nos processos de defesa da vida, como sustenta a própria literatura, a produção teórica sobre o tema do Comum a qual mais se recorre é assinada por homens. Isso reforça uma divisão social, que separa artificialmente quem faz e quem pensa, sendo que as mulheres ficam historicamente relegadas ao primeiro grupo.

Além disso, acredito que uma perspectiva feminista sobre o Comum é fundamental (em parte) porque as mulheres têm sido responsabilizadas pelo chamado trabalho reprodutivo e, por essa razão, dependem de/defendem mais os bens comuns, sobretudo os naturais, assim como são as que mais sofrem com a financeirização deles. “Hoje, diante de um novo processo de Acumulação Primitiva, as mulheres são a principal força social que se interpõe no caminho da completa comercialização da natureza, apoiando o uso não capitalista de terra e uma agricultura voltada à subsistência” (FEDERICI, 2018). Nessa resistência, as mulheres também estão construindo processos políticos pautados em uma ética oposta à do capitalismo. Ao denunciar a misoginia, a divisão sexual do trabalho, o racismo, a lesbofobia e outras formas de violência, o movimento feminista está afirmando, simultaneamente, outro mundo possível, em que as relações sociais sejam pautadas na igualdade, liberdade, autonomia e

⁷⁹ Sobre ecofeminismo, ver mais em na tese de doutorado de Márcia Maria Tait Lima, *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina*. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286600>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

reciprocidade. Nesse sentido, as reflexões e as práticas feministas caminham juntas e estão, ao mesmo tempo, distribuídas e conectadas (MORENO, 2016). O conjunto dessas alternativas é o que chamamos aqui de política do Comum.

O que as experiências de mulheres na agroecologia, na economia solidária e na comunicação, por exemplo, guardam de semelhante? Defendo aqui, em concordância com as formulações apresentadas neste trabalho, que esse conjunto de saberes e práticas pode ser compreendido como uma amostra do que é o Comum, que, para Silvia Federici, é a partilha dos meios materiais e o modo pelo qual se criam formas de solidariedade e apoio mútuo. Longe de poder ser caracterizado apenas como produto da tradição, trata-se da afirmação de um contrapoder, tanto no espaço doméstico quanto na comunidade (FEDERICI, 2014). O Comum representa o tipo, do ponto de vista qualitativo, de relações sociais que o feminismo deseja construir, costurando o tecido social corrompido pelo capitalismo e pelo patriarcado. As políticas do Comum não são uma luta abstrata, apartada das demais, mas uma perspectiva que dialoga com cada batalha encampada pelas mulheres em seus territórios (FEDERICI, 2020).

A relação entre o Comum e as mulheres não é essencial (no sentido de um essencialismo), e sim histórica. Silvia Federici defende, na obra *Calibã e a Bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017b), que a transição do feudalismo para o capitalismo promoveu um novo contrato sexual, nos termos utilizados por Carol Pateman (1988 apud FEDERICI, 2017b), em que o trabalho das mulheres, considerado como não trabalho, se tornou um bem comum, algo visto como natural e à disposição permanente de todas as pessoas, “assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (p. 191), em uma dinâmica de apropriação permanente. Federici afirma que:

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (Ibidem).

Somam-se às elaborações de Silvia Federici as formulações de Mies e Bennholdt-Thomsen (1999). Elas traçam um paralelo entre o enclausuramento dos bens comuns naturais

e a domesticação do trabalho feminino (e, conseqüentemente, de nós mesmas). Cercados, os trabalhos que sustentam a vida deixam de ser compreendidos como parte da economia e como essenciais, tornando-se “invisíveis”. Desse modo, os bens comuns, assim como o trabalho reprodutivo, são separados de sua necessidade material concreta e passam a ser compreendidos a partir de uma ótica de desvalorização e descaracterização. Diante disso, ao discutirem a ideia de comuns, que aqui privilegiei chamar no singular – compreendendo Comum enquanto um conjunto de bens e um modo de governança –, as autoras afirmam que sua construção requer uma profunda transformação no modo de organização da vida cotidiana, porque a separação entre produção, reprodução e consumo, característica do capitalismo e de suas formas de acumulação, propicia a completa alienação sobre as condições do trabalho reprodutivo e produtivo, e também sobre os impactos sociais e ambientais daquilo que consumimos, sejam alimentos, roupas, bens duráveis ou notícias.

O Comum, ao contrário, está conectado aos processos que garantem coletivamente a sustentação da vida, de modo que não há Comum sem que haja comunidade. Desse modo, dialoga com o que é o cuidado, as relações de dependência entre as pessoas, entre as pessoas e a natureza, e com princípios como a solidariedade. Ao constituir e ser constituído pela atuação dos movimentos sociais, em especial o feminista, em resistência ao avanço do capitalismo, a ação coletiva que defende os comuns e constrói o Comum afirma quais práticas e valores são desejados e construídos nesses modos de organização. “O Comum tem a ver com práticas, tem a ver com relações, tem a ver com territórios e tem a ver com pessoas. Normalmente, essas pessoas são sujeitos coletivos” (MORENO, 2019) ⁸⁰. Esse sujeito coletivo, frequentemente, são as mulheres.

A política do Comum, portanto, é a antítese da lógica neoliberal. Opõe-se à competição, à independência, ao poder do mercado, à propriedade e à subjetivação individualista. Propõe, ao contrário, a cooperação, o reconhecimento da interdependência, a gestão comunitária, a posse e o uso coletivo, o cuidado, a responsabilidade com as outras pessoas e com a natureza não-humana (PARRA, 2017). Nesse sentido, é relacional, o “entre” (Ibidem). “Em suma, é uma cosmopolítica: alimenta outro imaginário social, atravessa práticas concretas e depende da existência de uma comunidade que seja corresponsável pela sua produção e manutenção” (Ibidem, p. 6).

⁸⁰ *A Lente do Comum #8: Tica Moreno*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6PsLmCCFn58>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Federici (2018) aponta que, pelo menos desde a Revolução Zapatista, a ideia de Comum vem se tornando popular, associada aos bens comuns, tais como a água, a terra e o ar, aos chamados bens comuns digitais, aos direitos adquiridos, às línguas, às bibliotecas, etc. A autora questiona, entretanto, se todos esses comuns são equivalentes, do ponto de vista político, e se “eles não projetam uma unidade ainda a ser construída” (p. 306). No caso deste trabalho, compreender a comunicação como parte da política do Comum se soma a essa preocupação de projetar uma unidade, em cujo pano de fundo está o interesse de formular sobre o Comum menos como um conceito abstrato e mais como uma ideia aglutinadora que seja base de um programa anticapitalista.

Essa tarefa é fundamental porque, desde a década de 1990, o arcabouço teórico do Comum/dos comuns tem sido apropriado por organizações como o Banco Mundial, por exemplo, para justificar políticas que contrariam o princípio político crítico ao capitalismo. Com o pretexto de proteger a biodiversidade, o BM converteu florestas tropicais em reservas ecológicas, expulsando populações que se sustentavam a partir desse território, ao mesmo tempo em que transforma tais reservas em fontes de rentabilidade para o mercado, impulsionando práticas de ecoturismo e, portanto, de acesso pago a elas. Afirma-se, nesses processos, que se trata de proteger os comuns.

Mies e Bennhold-Thomsen (1999) defendem que a destruição dos bens comuns, do Comum e das comunidades no Sul global foi justificada por organismos internacionais, como o Banco Mundial, em nome de um suposto desenvolvimento, progresso e eficiência. Com a alegação de que havia o objetivo de tornar os comuns (supostamente) mais produtivos e de utilizar o trabalho das mulheres do Sul de maneira (pretensamente) mais eficaz, os modos de vida e de produção garantidores da subsistência foram sendo sistematicamente desmontados, em uma política de cercamentos neocoloniais⁸¹. A MMM, em sua práxis, se preocupa com esses processos de despossessão dos territórios e desarticulação dos modos de vida coletivos que ganham espaço a partir da mercantilização dos comuns, conduzindo a humanidade a um colapso de dimensões planetárias, informado por uma lógica patriarcal e antropocêntrica orientada apenas para o lucro.

⁸¹ Marcia Maria Lima Tait, Rebeca Buzzo Feltrin e Maria Conceição Costa escrevem sobre as ações coletivas das mulheres frente a uma tecnociência que impacta em suas vidas, modos de organização, territórios e corpos, no texto *Corpos e Territórios*, publicado na revista *Em Construção*. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/39364>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Teoricamente, antes dos anos de 1990, o tema do Comum/dos comuns ganhou impulso com a publicação do ensaio *A Tragédia dos Comuns* (1968), de Garret Hardin, na revista *Science*. Nele, o autor argumenta que os seres humanos agem sempre em interesse próprio e possuem tendência à competição. Ele afirma que as pessoas estão permanentemente perseguindo objetivos individuais e que a ruína é o destino de todos e todas nós. Essas formulações, amplamente citadas quando os comuns são debatidos, serviram de subsídio para justificativas de processos de cercamento, destruição de relações comunitárias e fortalecimento da defesa da propriedade privada⁸².

Teóricas feministas têm apontado que a tragédia, diferentemente do que foi afirmado por Hardin, não é destino inevitável do Comum e dos comuns. Mais especificamente, como afirmam Mies e Bennhold-Thomsen (1999), a propriedade privada e os interesses individuais, ao contrário, é que anunciam o fim de laços comunitários e sentenciam problemas, outrora resolvidos coletivamente, a não terem solução. A lógica capitalista converte os bens comuns em mercadorias, a alcance de alguns, e os territórios são transformados em depósitos de lixo para a sociedade mercadológica. Nos terrenos arrasados, as grandes corporações visualizam um solo fértil para vender suas “alternativas infernais”, conforme conceituou Isabelle Stengers (2017). Para a autora, essas são “a morte da escolha política, do direito de pensar coletivamente o futuro”.

Na década de 1970, outra concepção ganhou popularidade nos debates acerca da temática. A tese de uma de suas principais porta-vozes, a cientista política Elinor Ostrom, era de que os bens comuns eram geridos de uma maneira mais eficiente quando organizados a partir de suas próprias comunidades, com base em princípios de cooperação, ao invés de serem administrados segundo normas estabelecidas por agentes políticos exteriores. Dessa perspectiva, o Comum é um sistema de direitos e deveres. O trabalho de Ostrom, de sistematização de modelos de gestão dos bens comuns, foi premiado com um Nobel de Economia, em 2009.

A partir dos anos 2000, de modo geral, o assunto do Comum ganhou destaque. Embora alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras apontem a publicação da trilogia *Império* (2000), *Multidão* (2004) e *Bem-Estar Comum* (2016), de Michael Hardt e Antonio

⁸² *Breve história política do comum*. Disponível em: <<https://www.procomum.org/breve-historia-politica/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Negri, como um ponto de partida para a disseminação das discussões sobre o Comum, é importante ressaltar que as organizações contrárias à globalização neoliberal estavam há muito tempo promovendo novos saberes em relação aos bens comuns e sua gestão. Há décadas, os debates e as lutas feministas têm sido uma resposta contundente à agenda neoliberal que está sendo imposta e (re)organizada no mundo, sobretudo na América Latina.

As mulheres estão, historicamente, inscritas em uma rede de relações sociais que se baseiam em princípios comunitários, coletivos e pautados na busca do bem viver⁸³. As práticas agroecológicas, as cooperativas de trabalho, os coletivos de comunicação e as cozinhas comunitárias são exemplos dessas iniciativas contra-hegemônicas organizadas a partir da resistência ao capitalismo. São experiências que evidenciam a interdependência, a ecodependência e a necessidade de superação do antropocentrismo (MMM, 2020a). Muitas delas foram fortalecidas (outras, entretanto, foram fragilizadas), dada a precarização da vida no contexto da pandemia de covid-19: as cozinhas comunitárias, “ollas”, organizadas no Chile e no Peru; o crescimento das hortas urbanas em países como Cuba, Honduras e Venezuela; as propostas de comunidades negras de resistência às chamadas “zonas de sacrifício”, nos Estados Unidos; e as cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores espalhadas por diversos países das Américas compõem um repertório político que não é novo, mas que é reinventado em cada tempo histórico. As “ollas” comuns, por exemplo, são experiências conectadas com a memória popular de enfrentamento às ditaduras na América Latina (Ibidem).

A resistência das mulheres aos cercamentos e aos processos de acumulação data de séculos atrás, mas, na década de 1970, ganhou novos contornos causados pelos impactos da globalização capitalista, pela política neoliberal e pelos governos antidemocráticos. Por serem as principais afetadas pela devastação causada por tais políticas, as mulheres também conformaram a linha de frente no enfrentamento ao modelo e na proposição de alternativas, forjadas na prática da sustentação da vida, criando “formas mais autônomas de reprodução social, ao refazerem a trama comunitária, rompida pelas políticas econômicas brutais e pelo terrorismo do estado” (FEDERICI e VALIO, 2020, p. 3). São práticas que rejeitam a lógica do mercado e dos Estados autoritários e corporativos.

⁸³ Acerca do tema, ver mais em: SANTANA, Bianca. *Mulheres negras e as incertezas do trabalho: um convite ancestral ao bem viver*. In: SEMINÁRIO FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, FESP, 2017.

O ativismo das mulheres é atualmente uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo. (...) Seus esforços redefinem aquilo que entendemos por “política” e “democratização” e recodificam o feminismo, transformando o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista. (Ibidem).

Em direção oposta às falsas soluções do mercado e ao corporativismo dos Estados, a política do Comum, na qual o feminismo inscreve a luta pela socialização do trabalho doméstico e de cuidados⁸⁴, desafia a separação artificial, forjada por valores patriarcais, entre público e privado e entre produção e reprodução, porque essas divisões fundamentam hierarquizações em que as mulheres têm sido exploradas, invisibilizadas e silenciadas. As hortas coletivas, as cozinhas comunitárias e a compreensão do cuidado enquanto uma necessidade universal e uma responsabilidade de todas e todos extrapolam as soluções impostas pelo mercado e pelo Estado. “O comum pede a interdependência: entre as pessoas, as pessoas e os recursos, os seres humanos e o planeta. Exige, por isso, uma entrega de todos os envolvidos. Não há comum sem uma vibrante e sólida rede de afetos (SAVAZONI, 2018, n.p)”.

O feminismo está demonstrando sua capacidade de incidir na sociedade através da conexão entre produção e reprodução, elementos falsamente dicotômicos, e da construção dos comuns a partir das lutas por moradia, território, soberania alimentar, cibersegurança, comunicação popular, educação, etc.; a partir da organização de mulheres rurais e urbanas; a partir das formas de resistência das mulheres negras e indígenas. Isso significa que o feminismo não é um assunto à parte, uma especificidade. Seu debate é parte integrante da economia, da política, da cultura e do trabalho, elementos que organizam a sociedade. Ocupa posição transversal na alternativa que se pretende construir para a sociedade. A história do nosso feminismo é, portanto, parte da história do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração, a opressão, a injustiça (FARIA, 2019, p. 38).

⁸⁴ Há vasta literatura sobre o tema. Sobre isso, ver mais em: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Orgs.). *Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo, SOF, 2008; PÉREZ OROZCO, Amaya. “Del trabajo doméstico al trabajo de cuidados”. IN: CARRASCO, Cristina (Org.). *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid, La Oveja Roja, 2014; KERGOAT, Daniele. “Divisão sexual do trabalho”. IN: HIRATA, Helena [et. al] (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

Um componente importante da política do Comum é o fato de que as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação e difusão dos conhecimentos adquiridos por meio da política cotidiana. São as tecedoras de memória, nas palavras da mexicana Mina Navarro (2015 apud FEDERICI e VALIO, 2020, p. 6), que constroem, com essa prática, um instrumento de resistência, fortalecimento de identidade e coesão política. Nesse sentido, a comunicação, enquanto uma prática do Comum, cumpre destacado papel, não somente por seus produtos, mas sobretudo por seus processos, que são as linhas que costuram essas memórias. Os processos de memória atravessam a atuação do movimento feminista, em busca justamente do fortalecimento de uma identidade coletiva que vislumbra a ação. Acerca da atuação da MMM, dois exemplos interessantes podem ser citados nesse sentido.

Imagem 20: Colcha da Solidariedade. Crédito: Arquivo MMM



Um deles é a construção da Colcha de Solidariedade, costurada em 2005, na 2ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Para a mobilização, as mulheres construíram, internacionalmente, uma carta de demandas feministas para o mundo, organizadas a partir de cinco valores: liberdade, autonomia, igualdade, paz e solidariedade. De São Paulo, onde começou a Ação, até Burkina Faso, onde ela foi encerrada, na passagem da carta pelos países, as militantes foram costurando retalhos, que expressavam seus desejos

de transformação, formando uma colcha, que ficou conhecida como Colcha de Solidariedade. Cada parte desse resultado é expressão das reivindicações e das memórias da atuação feminista em diferentes partes do mundo.

Em 2021, um novo processo coletivo de recuperação da memória da organização foi iniciado. Em março, as integrantes do movimento foram convidadas a produzir um desenho/colagem/bordado no qual retrataram a si mesmas na luta feminista. O chamado afirmava que não era preciso “saber desenhar”, pois o importante era unir a diversidade dos nossos traços. Os desenhos foram reunidos em uma galeria⁸⁵ de cartazes coletivos publicada no portal Capire⁸⁶.

Os conhecimentos tradicionais e populares das mulheres também são alvo das tentativas de cercamento do capitalismo. As patentes e os direitos de propriedade intelectual são apontados como tentativas de pirateá-los. O aniquilamento dos conhecimentos populares tem sido chamado de epistemicídio⁸⁷ por mulheres e homens que defendem saberes parciais, situados e empáticos, que são, em suma, comuns a serem defendidos do sistema econômico vigente e que, em seus conteúdos, o enfrentam. Reafirmá-los é de suma importância para que seja possível construir memórias e sínteses políticas coletivas (FARIA, 2020).

O enclausuramento dos conhecimentos das comunidades é, de acordo com essa perspectiva, uma prática neocolonial. Nomeados como bens comuns globais ou patrimônio humano universal, saberes e patrimônios locais têm sido apropriados pelo capitalismo, em um saque respaldado pela lei, tendo como consequências a expropriação e a pauperização dos povos (MIES e SHIVA, 1993). Ao deslegitimar e se apropriar dos conhecimentos tradicionais e comunais, o sistema dominante evidencia a relação entre saber e poder.

A ligação entre saber e poder é inerente ao sistema dominante porque, enquanto quadro de referência conceitual, está associado a uma série de valores baseados no

⁸⁵ *Galeria de cartazes: feminismo anti-imperialista para mudar o mundo*. Disponível em: <<https://capiremov.org/multimedia/galeria/galeria-de-cartazes-feminismo-anti-imperialista-para-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁸⁶ Capire é uma ferramenta de comunicação criada em 2021 para ecoar as vozes das mulheres em movimento, visibilizar as lutas e processos organizativos nos territórios, fortalecer referências locais e internacionais do feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Acesse: <capiremov.org>. Acesso em: 05 maio 2021.

⁸⁷ O movimento negro também abordado o tema em muitas formulações, a partir de autoras como Sueli Carneiro, por exemplo. Ver mais no texto *Epistemicídio, a morte começa antes do tiro*. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>>. Acesso em: 11 abr. de 2021.

poder que surgiu com a ascensão do capitalismo comercial. A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. O poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais. Contudo, o sistema dominante também é produto de uma cultura particular. (SHIVA, 2003, p. 22).

Silvia Federici afirma que os novos cercamentos evidenciam que as propriedades comunais, diferentemente do que o senso comum propõe, estão vivas e são recriadas pelos povos. São reproduzidas, em contextos diversos, a partir da reinvenção das formas de cooperação, “inclusive em áreas da vida que antes não existiam, como a internet, por exemplo” (FEDERICI, 2014, p. 146). Apesar dessa consideração, a autora é crítica da perspectiva que considera o conhecimento, a comunicação e as tecnologias como bens comuns, governados pela política do Comum (FEDERICI, 2017a).

A primeira razão para essa crítica é que os autores e autoras que se filiam a essa perspectiva raramente também se referem aos bens comuns naturais, como a terra e a água, e à reprodução da vida, de maneira mais ampla. Nesse sentido, uma lente feminista sobre o Comum, que projeta unidade na ação coletiva das mulheres em diferentes campos da vida social, pode confrontar esse “ponto cego” das análises empreendidas majoritariamente pelos homens. A partir de uma perspectiva feminista, não há Comum sem sujeito político, ação coletiva e comunidade. O Comum, neste sentido, não é uma luta abstrata, mas a aglutinação das resistências populares, em especial das mulheres, contra a exploração e a dominação de seus corpos, vidas e territórios, que também são constituídos pelos bens comuns naturais.

A segunda razão destacada por ela é que o mundo digital, que tem reconfigurado processos de comunicação e as próprias noções do que é comunicação e informação, para citar um exemplo, está completamente cercado pelas privatizações. Federici aponta que a criação de redes de solidariedade, por meio das redes sociais digitais, por exemplo, ignora que a produção de tecnologia é, em grande parte, fruto de trabalho escravo ou análogo à escravidão. “Qual a condição de vida das pessoas que fazem o trabalho tecnológico?” (Ibidem), questiona a autora, apontando para o fato de que para que a produção de computadores e smartphones (que possui forte conexão com a ampliação do acesso à internet) seja possível, é preciso destruir uma quantidade substancial de bens comuns, o que, por sua vez, causa a desestruturação das comunidades e de seus modos de vida e governança.

Para que seja possível produzir tantos equipamentos eletrônicos, a utilização de água, a busca por minérios e a consequente destruição do solo têm sido razão de guerras em diferentes territórios da África. Na República Democrática do Congo, fala-se em “computadores de sangue”, em referência aos diamantes de sangue e às relações de despossessão causadas por sua produção e comercialização. Esse tipo de experiência é a base da crítica de Silvia Federici às formulações sobre os “commons digitais”.

A crítica à digitalização, e de sua compreensão como facilitadora de relações de colaboração, também aponta para a precarização das relações de trabalho. O chamado trabalho digital tem aprofundado contradições na relação entre o capital e a vida, aumentando exponencialmente a desregulamentação, a deslocalização, a alienação, os transtornos mentais e o adoecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, de modo geral. Além disso, o uso massivo dos aparelhos eletrônicos e das redes sociais digitais, como forma primordial de comunicação, têm definido novas formas de distanciamento e separação (FEDERICI, 2020).

Ao falar sobre esse uso massivo, Federici sugere a rejeição da análise sobre as redes sociais digitais e a internet que se popularizou na segunda década dos anos 2000. Essa compreende como causal a relação entre o sucesso de mobilizações como Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe, no Oriente Médio e no Norte da África, ou Os Indignados, na Espanha, e suas convocações virtuais, como uma “corrente de transmissão da revolução global” (Ibidem, p. 274). Para ela, é possível que chamamentos via *Twitter*, *Facebook* ou outras redes corporativas possam levar milhões de pessoas para as ruas, mas isso só acontece, de fato, se houver força social anteriormente construída, fazendo com que as redes operem somente como facilitadoras e não como a origem da ação coletiva, que se “(...) origina acampando en el mismo espacio, resolviendo los problemas juntas, cocinando juntos, organizando un equipo de limpieza o enfrentándonos a la policía (...)” (Ibidem).

Neste trabalho, busco dialogar com as problemáticas apresentadas por Federici ao falar dos processos que envolvem a digitalização, afirmando que a comunicação popular pode ser considerada uma experiência do Comum. Não necessariamente é, mas pode ser. Embora, de fato, o conhecimento, a comunicação e as tecnologias sejam profundamente atravessados pelos fenômenos decorrentes da digitalização, é preciso considerar que esta é a forma pela qual o capitalismo tem se reorganizado no mundo. São formas de viver e ver o mundo sendo impostas para a sociedade, como um todo. Desse modo, acredito que seja importante observar

as implicações de tais processos e, ao mesmo tempo, privilegiar a visão e a ação que os sujeitos políticos, nesse caso, as mulheres, têm promovido para resistir e transformar.

É nesse sentido que a análise e sistematização da experiência do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, proposta nesta pesquisa, compreende a comunicação enquanto um processo, um “entre”, com caráter relacional. As atuais percepções coletivas sobre o tema da comunicação nos convocam em uma direção contrária, que privilegia o alcance, a estética, os números, os *likes*, os acessos, etc. De fato, eles não são ignoráveis, pois figuram cada vez mais como centrais nas disputas políticas no país e no mundo. Porém, a comunicação não pode ser reduzida aos produtos comunicativos e seus alcances, assim como o Comum não pode ser definido apenas como um bem.

A comunicação é um bem comum, um direito humano, mas, para nós, da Marcha Mundial das Mulheres, também é um processo, aquilo que se faz em comum, uma potência política coletiva, que pressupõe um verbo: fazer em comum, estar em comum, elaborar em comum. Podemos e devemos reivindicar a comunicação enquanto um bem, que suas infraestruturas sejam democratizadas e ecoem vozes múltiplas e diversas, e, ademais, podemos e devemos reivindicar a comunicação enquanto uma prática coletiva, que rompe com a lógica consumidora da contemporaneidade. A comunicação não é somente um produto, é também um processo dialógico, como defendeu Paulo Freire em *Extensão ou Comunicação* (1983), e o Comum é mais um caminho, um movimento, conforme aponta Savazoni (2018), do que somente um bem.

4.2 A comunicação popular e feminista como uma experiência do Comum

Nos tópicos anteriores a este item, iniciou-se o trabalho de responder se, como e por qual razão a comunicação popular e feminista pode ser compreendida como uma experiência do Comum. Aqui, apresento a sistematização desta experiência, a partir das contribuições de Oscar Jara (2000) e Falkembach (2000) sobre este exercício. A sistematização dá forma à análise, feita em diálogo com uma perspectiva feminista sobre o Comum. Para Ana Dubeux⁸⁸, a sistematização de experiências é um dos caminhos mais expressivos nos processos de

⁸⁸ *A sistematização de experiências como elemento fundante do processo de construção do conhecimento agroecológico*. Disponível em: <https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_exp_cca_ex_anexos_0_1458_Texto_Ana_Dubeux.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

construção de conhecimento pautados por diálogos entre saberes. Para Jara (2006), a “(...) sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” (p.72), ressaltando, ainda, que não se trata apenas de apontar o que é a experiência, mas também como queremos que ela seja.

O autor sintetiza a sistematização de experiência em cinco passos. São eles: 1) estabelecimento dos pontos de partida, que apresentei na introdução deste trabalho, dentre os quais estão a minha inserção no Coletivo de Comunicadoras e o caráter militante desta pesquisa, além da hipótese de que o movimento popular e feminista tem muito a dizer sobre a comunicação e sua importância para a sociedade em que vivemos; 2) as perguntas iniciais sobre a ação observada, que também foram destacadas na introdução do texto e estão expressas nos objetivos; 3) a recuperação do processo vivido, que foi organizada em uma linha do tempo apresentada no capítulo dois, elaborada a partir de contribuições coletivas oferecidas nas entrevistas, no questionário e no grupo focal; 4) a reflexão de fundo, colocada neste quarto e último capítulo, acerca do que constitui a política do Comum; e, por fim, 5) o ponto de chegada: a sistematização que será apresentada nos próximos tópicos. Neles, concluo que a comunicação pode ser uma amostra da política do Comum, me guiando ainda pelo que foi reunido no capítulo três sobre a comunicação popular e sua dimensão processual.

Nesse sentido, sistematizar a experiência do Coletivo de Comunicadoras da MMM pode ajudar a compreender e melhorar a prática, a promover um diálogo entre saberes e a superar a mera descrição das experiências. Para mim, trata-se justamente disso, além de descrever, busco “juntar os cacos para construir vitrais”, conforme propôs Falkemback (2000) citando Adélia Prado. A sistematização está dividida em quatro eixos: velhos cercamentos; novos cercamentos; nossas resistências e nossos desafios. Esses eixos foram formulados a partir da reflexão sobre o Comum, visto que a ação coletiva anticapitalista visa, entre outras coisas, proteger a vida e suas manifestações dos chamados cercamentos.

No texto “O avanço das transnacionais sobre a natureza, os comuns e a vida das mulheres”, que faz parte do livro *Crítica feminista ao poder corporativo* (2020), Natália Santos Lobo, ao falar sobre a natureza não humana, destaca que: “A acumulação por despossessão é uma forma de acumular capital a partir da transformação da terra e da natureza em mercadoria e em recursos supostamente inesgotáveis” (p. 77). A negação do

direito à comunicação acontece por mecanismos similares. A concentração nos priva da posse dos direitos à isonomia e à isegoria (CHAUI, 2017). Com isso, a comunicação deixa de ser entendida como um direito e passa a ser compreendida apenas como uma mercadoria, um produto. Além disso, seus processos de produção se tornam opacos, aparentemente isentos de valores, apartados da luta de classes (GIANNOTTI, 2014).

4.3 Velhos cercamentos

A comunicação tem o papel de principal mediadora das relações sociais e da percepção da realidade, onde novas maneiras de experimentar e de organizar o mundo são criadas. As disputas concretas e materiais (como as que se dão em torno das questões ambientais e da produção de alimentos) passam pelo campo simbólico, pela produção de cultura e a produção e difusão de sentidos, as quais são estratégicas para a construção e fortalecimento de propostas contra-hegemônicas. Compreender que as disputas também se dão no campo simbólico faz que tenhamos outra postura frente ao que é dito e frente a como dizemos algo (VAZ PUPO ET AL, 2017).

Em 2018, a pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil*, publicada pelo Intervezes e pela Repórteres Sem Fronteiras, evidenciou, em números, uma realidade há muito conhecida no Brasil. A monopolização é marca da mídia que, diferente do que é defendido nos editoriais, reportagens e manuais dos jornais de grande circulação, não atua para informar a população a partir da pluralidade e de uma suposta isenção e neutralidade que garantem ter. Se a “mídia independente e plural é condição indispensável para um sistema político democrático”⁸⁹, conforme destaca a apresentação do estudo, há um grave problema coletivo a ser enfrentado no país (MOM, 2018).

A pesquisa analisou 50 veículos em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e *on-line*), que pertencem a 26 grupos de comunicação, e resultou em alertas vermelhos, indicadores de alto risco, para vários índices: concentração de audiência, concentração de

⁸⁹ *Quem controla a mídia no Brasil?*. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 01 maio 2021.

propriedade, concentração de propriedade cruzada, transparência no controle de mídia e controle político do financiamento de mídia. Cinco dos dez índices apurados. A transparência na propriedade e o controle político sobre veículos e redes de distribuição foram apontados com risco de médio para alto. A propriedade cruzada e a neutralidade de redes foram classificadas como risco médio. Um índice – concentração financeira de mercado – não pôde ser medido por ausência de informações. Os veículos foram selecionados a partir de suas audiências e, portanto, sua capacidade potencial de influenciar a opinião pública. A televisão aberta, conforme indica o monitoramento, segue sendo o meio de comunicação mais consumido no Brasil. Quatro grupos de mídia concentram 70% da audiência nacional nesse segmento. Além da concentração de audiência, esses grupos também apresentam concentração de propriedade cruzada. O Grupo Globo é dominante no país nesse sentido. Os números demonstram que “A ausência de um marco legal eficiente que combata a monopolização e a oligopolização e promova a pluralidade de vozes na comunicação brasileira é uma lacuna que traz graves consequências à circulação de ideias, à diversidade e à democracia” (Ibidem).

No contexto do golpe midiático, parlamentar e jurídico que destituiu Dilma Rousseff do cargo de presidenta, as consequências da falta de democratização da comunicação foram evidenciadas e geraram debates nos movimentos sociais. Na Marcha não foi diferente. Para o movimento, a mídia comercial atuou como organizadora das mobilizações da extrema-direita e de todo o processo de julgamento e condenação (FARIA, 2016). Conforme abordado no capítulo anterior, se a comunicação é um direito humano e as mulheres são vistas como seres humanos de segunda categoria, esse ataque à diversidade de vozes e à democracia nos afeta de maneiras particulares. Os meios de comunicação de massa, como influenciadores/construtores da opinião pública e de sentidos comuns para os temas sociais, destituem das mulheres o status de sujeito político. Isso acontece tanto a partir do apagamento e da invisibilização de nossas concepções de mundo, já que as mulheres não são fontes de informações sobre economia, política, segurança pública, comunicação e outros assuntos retratados cotidianamente na mídia, quanto pelo reforço de estereótipos sexistas.

Embora em alguns momentos o debate fique mais efervescente, como em 2016, por conta do golpe, ou em 2014, dada a luta pelo Marco Civil da Internet, a comunicação sempre permeia as discussões e estratégias feministas no Brasil. Em 2011, cerca de 130 organizações, entidades, coletivos, movimentos e grupos feministas, incluindo a MMM, assinaram uma

carta⁹⁰ aberta por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. No documento, reafirmam o combate à mercantilização dos corpos e à invisibilidade seletiva da diversidade e das lutas sociais. Reivindicam, além disso, a instituição de controle de propriedade, fortalecimento do sistema público e das mídias comunitárias, transparência nas concessões, estímulo à produção regional e independente, entre outras demandas. Somam-se, ainda, à campanha *Banda larga é um direito seu!*⁹¹.

O debate acerca de um novo marco regulatório das comunicações e democratização dos mesmos deve incluir necessariamente a dimensão e luta pela mudança na reprodução dessas relações de opressão da vida das mulheres e precisa ser submetido a amplo debate, a fim de que não seja um arranjo superficial, mas que considere de fato que uma comunicação responsável só é possível na medida em que não reproduz ou exterioriza posições de opressão quaisquer que sejam. (RODRIGUES, 2012).

No blog da Marcha, diversos textos, contribuições para o debate da organização, também pautam a questão do controle social da mídia, reafirmando a comunicação enquanto um direito inalienável e como uma luta central para o movimento feminista, já que a “(...) mídia que está colocada para nós é o principal entrave para a disputa ideológica através da qual será possível construir uma nova sociedade, livre do machismo que nos ridiculariza e violenta a cada ponto no ibope” (ROCHA, 2013). Por isso, para o feminismo, “o debate sobre a democratização da comunicação é elementar, pois a mídia hegemônica, nos moldes atuais, atua com parcialidade e dissemina a cultura machista, conservadora e de violência”⁹². Determinadas características, tidas socialmente como femininas, são reafirmadas por meio das comunicações. Além disso, também contribuem para a objetificação da mulher, para a hiperssexualização de mulheres e meninas, e para a reafirmação de padrões de beleza informados por valores misóginos (AZEVEDO, 2020).

⁹⁰ *Mulheres defendem novo marco regulatório da comunicação*. Disponível em: <<https://intervenozes.org.br/mulheres-defendem-novo-marco-regulatorio-da-comunicacao/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

⁹¹ *Banda larga é um direito seu! Uma ação pela internet barata, de qualidade e para todos*. Disponível em: <<http://campanhabandalarga.redelivre.org.br/sample-page/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

⁹² *Semana Nacional pela Democratização da Comunicação tem agenda cheia em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/semana-nacional-pela-democratizacao-da-comunicacao-tem-agenda-cheia-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Queremos igualdade para todas as mulheres. Por isso, combatemos o racismo em todas as suas manifestações e a banalização da imagem da mulher veiculada na mídia. Essa imagem vendida pela indústria cultural contribui para mercantilizar nossas vidas e reflete a desigualdade e a violência que sofremos dia a dia. Defendemos, assim, o controle social e a democratização dos meios de comunicação⁹³.

Quanto ao movimento feminista, suas aparições, incomuns, também são alvo de descaracterização e manipulação. Os próprios meios de comunicação elegem figuras, na maior parte das vezes desvinculadas do movimento social, como porta-vozes das pautas feministas, reforçando uma ideia corrente de que o feminismo é meramente um comportamento e não um movimento político. “Nesse sentido, a comunicação pra gente tem muito mais o sentido da disputa do discurso, da narrativa, dos símbolos, que são importantes para a reafirmação do nosso projeto político feminista” (AZEVEDO, 2020). O discurso que sustenta a noção de que o feminismo é apenas um conjunto de ideias resulta no reforço de uma divisão social entre as mulheres, uma separação artificial, e comumente elitista, entre as que pensam e as que fazem. A descaracterização do feminismo enquanto um movimento político de mulheres organizadas conduz à ideia de que é preciso somente mudar mentalidades e, nesse sentido, a mídia comercial seria um instrumento fundamental. Entretanto, essa noção fragmentada referenda a eleição de porta-vozes para essa mudança, normalmente figuras públicas, como artistas, atrizes, especialistas ou estudiosas. As mulheres comuns figuram apenas como parte do cenário, são personagens dessa narrativa (MMM, 2008).

A reivindicação da democratização dos meios de comunicação está registrada em uma série de documentos fundamentais da MMM. No texto adotado no *1º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* (realizado em 1998, no Quebec, Canadá) e revisado em 2001, que apresenta as reivindicações do movimento para o ano 2000, as feministas já apresentam sua crítica aos meios de comunicação de massa, exigindo o fim da mercantilização e objetificação dos corpos das mulheres para satisfação dos interesses do mercado (MMM, 2001). A crítica se repete em diversas documentações históricas da Marcha, sejam elas somente da própria organização ou elaboradas em conjunto com outros movimentos. Na declaração para o 8 de março de 2012, por exemplo, denunciam “a estratégia coordenada dos meios de comunicação globalizados que buscam revigorar dogmas e valores

⁹³ *Mulheres livres! Povos soberanos! 8 de Março de 2009*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/mulheres-livres-povos-soberanos-8-de-marco-de-2009/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

conservadores, e que põem em risco as conquistas e avanços das mulheres em todo o mundo” (MMM, 2012).

Na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, aprovada em dezembro de 2004, em Ruanda, por ocasião do *5º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, a organização reivindica a informação e a comunicação enquanto direitos humanos, situando-as junto dos outros bens necessários para uma vida digna. Nesse documento, as feministas reafirmam a compreensão de que todas as pessoas e todos os povos são iguais, do ponto de vista dos direitos, e devem ter acesso a bens como terra, educação, emprego, justiça, alimentação, saúde, transporte, cultura, ciência, informação e comunicação. No mesmo documento, também expressam o compromisso com a luta pela liberdade de expressão, opinião, informação e pelo acesso às tecnologias de comunicação. “Los recursos naturales, los bienes y los servicios necesarios para la vida de todas y de todos son públicos y de calidad, y todas las personas tendrán acceso a ellos de manera igualitaria y equitativa” (MMM, 2004).

Na declaração final da *Cúpula dos Povos* na Rio+20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, os movimentos sociais e populares da América Latina reafirmam o feminismo como um projeto de sociedade, pautado na construção da igualdade, da solidariedade e da autonomia. Para que esse projeto seja viável, analisam, é preciso haver distribuição de renda, combate ao racismo, direito a terra, à cidade, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à água, à educação, cultura e democratização dos meios de comunicação (CÚPULA DOS POVOS, 2012). Esse entendimento e compromisso coletivos são fundamentais, porque a comunicação hegemônica é um pilar na sustentação das elites econômicas que atacam a soberania dos povos. As feministas da Venezuela, que enfrentam o bloqueio econômico promovido pelos Estados Unidos e países aliados, apontam três setores de empresas transnacionais que, articulados, organizam a ofensiva imperialista na América Latina: o financeiro, o farmacêutico e o comunicacional (FARIA e MORENO, 2020).

O compromisso coletivo da luta pela democratização da comunicação também é imprescindível porque, se é consenso que a mídia atua para a manutenção dos interesses de classe das elites, também é verdade que não há interesse em promover mudanças estruturais em relação às questões de sexo e raça (MONTERO, 2012). Além da luta pela democratização, conscientes do enorme poder de produção do imaginário social dos meios de comunicação, as mulheres se organizam para disputá-los, não nos moldes em que estão

estruturados, mas a partir da criação de alternativas comunicacionais, com a compreensão de que todas e todos têm capacidade e direito de se comunicar. Nesse sentido, “Pensar uma comunicação negra e feminista por si só, já é conceber uma perspectiva revolucionária: uma comunicação horizontal, plural e contra-hegemônica” (ROCHA e VIEIRA, 2014).

A MMM questiona o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa, mas não somente. O movimento critica a concentração da propriedade e o modelo de negócio das comunicações no Brasil. A monopolização e a oligopolização da comunicação, como formas de ataque ao direito humano à comunicação, compõem o primeiro cercamento a ser enfrentado pela sociedade como um todo. Para as mulheres organizadas, entretanto, essa luta assume centralidade porque a democratização dos meios poderia significar um avanço em direção a uma comunicação plural e não excludente. O enfrentamento a essa questão se soma à política do Comum feminista, que em sua práxis extrapola o binômio Estado x mercado. Extrapola porque reivindica o sentido público do Estado, que deveria agir em prol dos interesses coletivos, na garantia de um sistema de mídia que fosse um pilar da democracia e não um sintoma de sua precarização, mas ao mesmo tempo rejeita as soluções impostas pelo mercado. É nesse bojo que se forja a comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres, da qual seu Coletivo de Comunicadoras é um multiplicador.

Outro velho cercamento a ser enfrentado pelas mulheres é o reducionismo da compreensão do que é a comunicação. Esse reducionismo pode se relacionar, de algum modo, com a polissemia do termo, entretanto, sua causa está muito mais vinculada à negação da comunicação enquanto um direito humano. Os meios de comunicação de maior popularidade, como a TV e o rádio, são concessões públicas que se renovam pelo “coronelismo eletrônico”, conforme abordamos no capítulo anterior. A ausência de qualquer controle social sobre a comunicação a coloca no lugar de um produto a ser consumido e não como um direito garantido na Constituição. Conforme nos lembra Kaplún (1985), inspirado nas proposições de Paulo Freire, os meios de comunicação de massa atuam como meios de difusão, inviabilizando intercâmbios e relações de reciprocidade. São meios de comunicados às massas e obedecem a lógica da extensão evidenciada pelo educador brasileiro (FREIRE, 1983).

Mesmo nos movimentos sociais e populares, que, de modo geral, são críticos da mídia hegemônica, esse reducionismo tende a se sobressair, em alguns momentos. Por exemplo, nas avaliações de grandes mobilizações, o termômetro do sucesso de determinadas manifestações

pode ser se a mídia tradicional a noticiou ou não. É sabido que os filtros que determinam o que é ou não notícia e quais aspectos de determinado fato serão destacados possuem uma relação precária com a importância de suas reivindicações e mesmo de sua aderência social. Tais avaliações evidenciam que os processos de comunicação participativos e populares muitas vezes não são vistos somente como diferentes daqueles operados pelos meios de comunicação de massa, mas como menores, no sentido qualitativo.

Esse reducionismo também alimenta o chamado discurso competente – amparado na racionalidade técnico-científica – que é cotidianamente reforçado pelos meios de comunicação de massa, conforme argumentou a filósofa Marilena Chauí (2017). Para a autora, o discurso competente ataca diretamente um direito democrático fundamental: a isegoria. A ideologia da competência determina, socialmente, quem sabe e por isso pode falar e quem não sabe e por isso não deve dizer. A compreensão da comunicação como apenas uma atividade de especialistas e empresas corrobora com essa divisão artificial. No caso das mulheres, esse mutismo – contrário a uma cultura verdadeiramente democrática, nos termos elaborados por Freire (1978) – e a interdição da palavra se somam aos valores patriarcais que são aprendidos desde a mais tenra idade.

Por fim, dentro dos próprios processos participativos de comunicação, há desafios, potencialidades cercadas a serem liberadas e problemas que não são novos. Uma dessas questões diz respeito à negação da importância e do valor da dimensão processual da comunicação. Mesmo nesses processos, quais sejam as plataformas pelas quais se espriam conteúdos, os termômetros muitas vezes apontam para alcances e números. Há algo menos visível e muito precioso nos processos de comunicação, sobretudo os convergentes, que ganha materialidade cotidianamente a cada passo dado de modo coletivo: eles próprios. Os processos de comunicação pautados em valores de reciprocidade, solidariedade e autonomia são, em si, ganhos para as organizações, coletivos, entidades, etc., e para as mulheres, de modo geral. Eles também são linhas que delineiam a política do Comum. Desse modo, conclui-se que os primeiros cercamentos a serem enfrentados pelo feminismo, quando falamos sobre comunicação, compreendem a propriedade dos meios e das palavras, que são negados para as classes populares e, sobretudo, para as mulheres.

4.4 Novos cercamentos

No blog⁹⁴ participativo da Marcha Mundial das Mulheres, há uma aba de apresentação nomeada como “MMM”, que se divide em duas partes: “nas ruas” e “nas redes”. No segundo tópico, o Coletivo de Comunicadoras afirma que as novas tecnologias de comunicação poderiam potencializar ainda mais a luta do movimento, embora ressalte que, com a presença cada vez maior das mulheres na internet, também saltam aos olhos expressões da ofensiva machista e conservadora vivida no Brasil e em outras partes do mundo. A internet ao mesmo tempo evidencia essa ofensiva e oferece uma capacidade rápida de respostas, em uma relação paradoxal. Nas elaborações escritas pelas militantes, nos textos publicados no blog, também se apontava um uso cada vez mais recorrente da internet como ferramenta para uma comunicação feminista. Nesse sentido, um exemplo pioneiro seria a utilização do *Twitter* pelo MST, indicado como um dos movimentos precursores nessa experimentação. A Marcha afirma, em um texto de 2010, que não ficou para trás e passou a utilizar a plataforma “não apenas para circulação de informações, mas para cobertura de eventos em tempo real” (PROVAZI, 2010).

Desde o lançamento do novo blog da MMM, em 2012, a Comunicação Mediada por Computadores se expandiu. Embora o tom do movimento em torno das possibilidades da comunicação digital não tenha nunca sido somente otimista – havendo sempre a consideração da exclusão de uma parte das mulheres, do poder das empresas transnacionais nesse mercado e a reafirmação da importância da disseminação de tecnologias livres e seguras –, a análise sobre as redes sociais digitais e seus impactos nos processos comunicativos do movimento precisa ser refeita e de fato tem sido. Uma das razões que justifica essa necessidade é que as plataformas proprietárias pelas quais esses processos comunicativos são atravessados evidenciaram, nos últimos anos, enormes contradições e um poder socioeconômico e político grandioso, demonstrando que “Por causa da digitalização de tantos aspectos de nossas vidas, a comunicação e a coleta de dados já não são mais coisas separadas” (ZELIC e CORNILS, 2020).

No quarto módulo do Curso de Comunicação Feminista, facilitado por Patricia Cornils e Tica Moreno, no qual falamos (militantes da MMM) sobre as armadilhas do capitalismo na comunicação via internet, debatemos a vigilância e fizemos, coletivamente, um exercício de

⁹⁴ Blog da MMM. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

apropriação sobre o que ela significa. A proposta era de que cada participante checasse o “Google My Account”, um serviço da empresa Google em que é possível verificar parte dos dados coletados de cada usuária ou usuário. Histórico de pesquisas, cadastro em sites e mapa de histórico de localizações, por exemplo. No chat, as militantes se mostraram surpresas com a quantidade de informações sobre elas que encontraram ao fazer o exercício. “Este módulo me deixou em choque após constatar aquilo que eu já sabia, mas tentava ignorar. Através desta rápida navegação pelo ‘My Account’ pude ter certeza do quanto minha vida é vigiada”, declarou uma das participantes. “Estou assustada com o quanto minha privacidade está sendo invadida”, afirmou outra. “Extremamente em choque estou, após ter certeza do quanto minha vida é vigiada. Absolutamente tudo meu foi registrado”, disse mais uma das mulheres.

Uma questão relevante para o movimento é que a digitalização não diz respeito apenas à comunicação. Ela tem sido a forma pela qual o capitalismo se reorganiza internacionalmente, afetando todas as pessoas, direta ou indiretamente, nos mais variados campos da vida. A reflexão sobre seus impactos nos processos comunicativos se soma a um desafio ainda mais amplo, no qual a questão da comunicação não pode ser escamoteada. A conexão entre as resistências das mulheres, em diferentes contextos, e o avanço das empresas transnacionais sobre seus modos de vida, por meio da digitalização, tem sido uma aposta da MMM nesse exercício político, que é teórico e prático.

A elaboração do tema é desafiadora porque, nas discussões acerca das tecnologias, impera o discurso da competência, que diz que apenas algumas pessoas podem falar sobre o assunto. Os sujeitos competentes nunca são as mulheres, vistas como intrusas nos espaços da técnica, historicamente reservados aos homens. O desafio também se deve ao fato de que as tecnologias, conforme destacamos no capítulo três, são propagandeadas como amostras do desenvolvimento e do progresso, e como serviços gratuitos que facilitam a vida cotidiana. São discursos que ocultam a monetização dos dados coletados massivamente nas atividades desempenhadas na internet, através das informações concedidas para acessar serviços públicos, solicitadas na realização de compras e coletadas pelas empresas que desenvolvem produtos para área da educação, nos registros deixados por transações financeiras, além de uma infinidade de outros métodos de captura em todos os campos da vida em sociedade. Ao utilizar o transporte público ou mesmo transitar pelas ruas, há dados sendo coletados por governos e empresas, que se coadunam nessa nova ofensiva do capital.

A incapacidade coletiva de precisar a real dimensão dessa ofensiva desafia cotidianamente os movimentos sociais e populares, e os demais sujeitos políticos preocupados com a questão. Nos movimentos, quando se fala em capitalismo de vigilância e comunicação nas plataformas proprietárias, é corriqueira a argumentação de que as pessoas não têm nada a esconder. O argumento não visualiza, na totalidade, o que a investida das grandes empresas e dos Estados corporativos sobre a vida, o corpo, o trabalho e os territórios de fato representa. Ela se fortalece no cotidiano, por meio de formas que escondem seus reais interesses.

Uma inocente brincadeira na rede social digital, que simula o envelhecimento da aparência de uma pessoa jovem, é uma parte ínfima das movimentações que objetivam sofisticar os mecanismos de reconhecimento facial, utilizados pelas forças repressoras do Estado, na criminalização dos movimentos sociais e no reforço da marginalização de pessoas negras, por exemplo. Os dados gerados pelas atividades virtuais mais banais servem para produção de perfis de consumo e comportamento, que recebem, a partir disso, propagandas segmentadas que vendem ideias, produtos, candidaturas, etc. São dados que orientaram processos eleitorais importantes nos últimos anos, deixando feridas abertas nos regimes democráticos. Há desafios, ainda, que se devem à característica opaca dessas tecnologias, visto que não há transparência sobre seus modos de funcionamento.

Além disso, a digitalização também tem reconfigurado as relações de trabalho, promovendo a flexibilização dos direitos trabalhistas, vendendo a ideia de que há mais autonomia e liberdade nos trabalhadores plataformizados, como se as pessoas atuando em empregos precários, em jornadas exaustivas e sem nenhum respaldo institucional fossem empreendedoras, no sentido mais otimista da palavra. Esses são apenas alguns exemplos de como o capitalismo digital atua.

Nas práticas políticas, as questões aparentemente naturais, sem solução ou escapatória vão sendo reveladas, ao mesmo tempo que as alternativas reais vão sendo imaginadas. Em 2017, a Marcha e a Sempreviva Organização Feminista participaram da oficina “Criptografia e agroecologia: alternativas feministas em defesa dos comuns”, que fez parte da programação da *Cryptorave*. Na ocasião, as participantes buscaram refletir sobre os intercâmbios entre a criptografia, como forma de resistir à vigilância em massa, e a agroecologia, como práticas de cultivo que se opõem à lógica capitalista do agronegócio.

O capitalismo neoliberal subordina todas as relações ao mercado. No caso da internet, isso se demonstra pela coleta de dados (sem consentimento livre, informado e contínuo), pela vigilância e pela manipulação proporcionada por essa coleta, deformando bens comuns e relações humanas, e transformando-os em mercadorias privatizadas. Para subverter tais modelos, é preciso afirmar que a “interconexão dos processos políticos que acontecem nas redes, nas ruas e nos roçados fortalece as nossas lutas por um mundo livre de injustiças”⁹⁵. Ou seja, é preciso fortalecer o repertório da política do Comum.

As interconexões foram feitas a partir de experiências concretas, que são práticas do Comum, levando em conta acúmulos do movimento. Desde 2009, mulheres da Marcha e da SOF atuam no Vale do Ribeira (SP). Em um primeiro momento, o objetivo das ações era construir condições para efetivar o acesso das mulheres às políticas públicas. Depois, trabalharam com Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) junto a 240 agricultoras familiares, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas de 13 municípios. A partir de 2017, a atuação teve continuidade por meio de um Programa de Capacitação estruturado em três eixos: autonomia pessoal e coletiva das mulheres, práticas agroecológicas e construção social de mercados (SOF, 2018).

Dentro do eixo de autonomia das mulheres, um dos pontos de atenção é a comunicação. Nesse sentido, foi construída a oficina “Construindo capacidades e compartilhando experiências para uma economia inclusiva”, promovida em parceria com os coletivos Actantes e Maria Lab, para construção de redes autônomas de comunicação. A possibilidade despertou empolgação nas participantes, porque a internet seria um facilitador no escoamento da produção agroecológica e, além disso, uma possibilidade de estudo e lazer para todas (Idem).

Além disso, jovens do Vale do Ribeira participaram de duas oficinas de comunicação promovidas por mulheres da SOF e da MMM, como parte do projeto “Mulheres jovens do campo traçando caminhos”. A primeira aconteceu em dezembro de 2018 e reuniu 15 jovens, entre 11 e 18 anos, e teve dois objetivos centrais: aproximar essas mulheres do trabalho agroecológico realizado por suas mães e/ou outros familiares e também praticar os exercícios de redação, interpretação de texto e linguagens multimídia. Como resultado, foram elaborados

⁹⁵ 06/05: *Criptografia, agroecologia e feminismo serão tema de conversa na Cryptorave*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/0605-criptografia-agroecologia-e-feminismo-serao-tema-de-conversa-na-cryptorave/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

cinco folhetos de divulgação dos alimentos produzidos no território, para auxiliar na comercialização. Um elemento destacado na oficina foi a importância da preservação da memória e da construção da própria comunicação. As “pessoas de fora não vão saber contar nossa história, não vão saber da nossa experiência e dos detalhes”, afirmou uma das participantes, de acordo com relato do site da SOF⁹⁶.

Em fevereiro de 2019, dois meses depois do primeiro encontro, elas se reuniram novamente (dessa vez estavam mais ou menos dez pessoas) e puderam refletir sobre memória, comunidades, agroecologia e feminismo, junto das práticas de comunicação. Divididas em grupos, elas fizeram entrevistas com as agricultoras, fotografaram, redigiram e diagramaram textos, criando folhetos sobre os produtos comercializados, como farinha de milho, farinha de mandioca, banana e café⁹⁷.

Essas construções são símbolo da articulação, prática e teórica, que o movimento constrói em suas variadas frentes de atuação, rejeitando alternativas ineficazes e as falsas soluções do mercado. São construções que se centram na ação coletiva, na política cotidiana e no enfrentamento conjunto das contradições colocadas pelo sistema, promovendo uma convergência que desenha um conjunto de alternativas que constroem a política do Comum. O lema da Marcha, “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para mudar o mundo” é síntese de uma compreensão de que é preciso uma ruptura total com o atual sistema econômico e político, passando pela produção, reprodução e consumo. Desse modo, as críticas aos velhos e novos cercamentos são feitas a partir de uma visão antissistêmica, que busca visualizar e enfrentar as múltiplas expressões e as raízes do capitalismo patriarcal e racista.

Em 2020, com a realização da 5ª *Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, no contexto da pandemia de covid-19, vivenciamos um acirramento das dificuldades da organização política feminista e dos conflitos entre as lógicas do capital e da vida. Também foi um momento de visibilidade das potencialidades da comunicação possibilitada pela internet e suas contradições. A realização de atividades *on-line* foi fundamental para manter diálogos nacionais e estaduais e também para a articulação das

⁹⁶ *Jovens participam de oficina de comunicação em Barra do Turvo*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/jovens-participam-de-oficina-de-comunicacao-em-barra-do-turvo/>>. Acesso em: 29 mar.2021.

⁹⁷ *Jovens da Barra do Turvo se reúnem para 2º módulo de oficina de comunicação*. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/jovens-da-barra-do-turvo-se-reunem-para-2o-modulo-de-oficina-de-comunicacao/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ações de solidariedade. Pela necessidade de isolamento social, a ação teve de ser repensada a partir de metodologias e estratégias que mantivessem as mulheres seguras. O movimento organizou, por exemplo, um processo formativo que dispunha de textos e áudios para serem distribuídos nos aplicativos de mensagens instantâneas. Os áudios foram bem recebidos pelo conjunto de militantes e, em algumas localidades, tiveram o apoio de estratégias complementares, como bicicletas circulando pelos territórios, tocando as mensagens em alto-falantes, para mobilizar para as atividades virtuais (MORENO e GRAÇAS, 2020).

As complexidades impostas pela digitalização da vida, em especial dos processos de comunicação, foram, parcialmente, o conteúdo e a forma da ação. Nas *24 Horas de Solidariedade Feminista*, organizadas no dia 24 de abril de 2020, como parte do calendário da 5ª Ação, foi feita uma transmissão ao vivo que discutiu a vida das mulheres com base no lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, a partir da crítica ao poder das empresas transnacionais. Na ocasião⁹⁸, foram discutidas as críticas às grandes empresas, como o *Facebook*, o *WhatsApp* e o *Google*, e reafirmada a comunicação em movimento como estratégia feminista para a emancipação. No processo formativo por áudios, também foram aprofundadas considerações nesse sentido.

No contexto da pandemia de covid-19, conforme mencionado acima, as atividades *on-line* foram fundamentais, mas também houve muitos relatos de exaustão. De modo geral, a precarização da vida dificulta e/ou impossibilita a participação das mulheres nos espaços de discussão. A pandemia escancarou muitas contradições da sociedade brasileira. A precariedade do trabalho, a ganância das elites, a vulnerabilidade das pessoas mais pobres e o racismo e o machismo estruturais, por exemplo. A necessidade do isolamento social evidenciou que os trabalhos que sustentam a vida não podem parar, e não pararam, de fato, conforme demonstra o relatório *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* (2020), realizado pela SOF e pela *Gênero e Número*⁹⁹.

⁹⁸ *Mulheres debatem enfrentamento às empresas transnacionais em 24h de Solidariedade Feminista*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-debatem-enfrentamento-as-empresas-transnacionais-em-24h-de-solidariedade-feminista/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

⁹⁹ A *Gênero e Número* é uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançam e informam uma audiência interessada no assunto. Site oficial: <<http://www.generonumero.media/institucional/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

O estudo apontou que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. Indicou, ainda, que 42% das mulheres responsáveis pelo cuidado de alguém não têm apoio de pessoas de fora da família. As mulheres negras indicaram ter menos apoio externo, correspondendo a 54% desses casos. Cerca de 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram o sustento da casa em risco e 91% acreditam que a violência doméstica aumentou ou se intensificou durante o período de isolamento social.

Na coleta de dados para a realização deste trabalho, a impressão de que há um excesso de informação apareceu algumas vezes, em diferentes momentos. Uma das entrevistadas relatou que a quantidade de informações que chega via redes sociais digitais gera sentimentos de cansaço e que é um desafio pensar em como agir diante dessa realidade, inclusive refletindo sobre a possibilidade de utilizar dessa rapidez a favor dos processos comunicativos militantes. Nesse sentido, ela ressalta como uma qualidade do coletivo o fato de que sua lógica de funcionamento não deixa de priorizar a solidariedade entre as pessoas e, portanto, não cede completamente à disponibilidade projetada pela digitalização da comunicação (GOMES, 2020). Nas Trilhas Feministas, foi possível discutir coletivamente sobre muitas diversidades que essa hegemonia da comunicação digital oculta. Cerca de 50 mulheres de diferentes partes do país contribuíram para as reflexões coletivas realizadas em fóruns e oficinas. As reflexões estão sistematizadas no Caderno *Sempre viva Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento* (2020).

No primeiro semestre de 2020, o Coletivo de Comunicadoras da MMM, na realização do Curso de Comunicação Feminista, produziu um levantamento sobre como as mulheres se comunicam, envolvendo 280 pessoas, que ofereceu pistas importantes para a reflexão sobre o uso da internet. De acordo com as respostas, o *WhatsApp* é a rede social prioritária pela qual as mulheres se informam. Na sequência vêm os sites de notícias, o *Facebook* e o *YouTube*. Além disso, também afirmaram que, nas redes sociais digitais, curtem e compartilham postagens mais do que escrevem e comentam. Outro levantamento, feito pelo Centro Feminista 8 de março, que envolveu cerca de cem mulheres, em sua maioria rurais, mostrou que as entrevistadas confiam mais nas notícias da televisão e do rádio, do que aquelas que circulam pelos sites, redes sociais digitais e aplicativos de mensagens instantâneas (MORENO e GRAÇAS, 2020).

A análise/sistematização desses dados nos colocam questões importantes: O engajamento possibilitado pelas redes sociais se converte em mobilização política para a ação coletiva? O possível alcance almejado reforça que tipo de relação com a informação? A hegemonia de um tipo de comunicação, a digital, ignora a diversidade do sujeito político que se quer organizar? As reflexões coletivas do movimento não têm respostas prontas para tais problemáticas vivas e urgentes, mas oferecem pistas interessantes. É possível que a quantidade de informação circulando em tempo recorde não seja necessariamente proporcional a efetiva participação das mulheres nos processos comunicativos e na organização política, mais amplamente. Isso se deve ao uso do tempo e às responsabilidades atribuídas às mulheres e também à intencionalidade política das ferramentas do capitalismo, que impulsionam, por meio dos algoritmos, debates para os quais raramente é possível construir sínteses e propostas, pautados pela interdição do contraditório e impossibilidade do aprofundamento. Enfrentar essa questão foi um dos objetivos das Trilhas Feministas (Idem).

Essa dificuldade de produzir sínteses e acordos que levem a organização e força política duradoura está diretamente relacionada à introjeção da estrutura das redes corporativas na dinâmica dos movimentos e debates políticos. Por isso, mais do que “lacrar”, “hitar” ou “viralizar”, construir uma comunicação feminista significa se preocupar com a forma como são colocadas as informações, a forma como os debates são construídos, ampliados, concretizados, sempre partindo da cultura política do feminismo popular e dos acúmulos coletivos (BENEDITO e ZELIC, 2020).

No Curso de Comunicação Feminista, a predominância dos meios digitais para comunicação e informação foi um tema central, atravessando várias discussões, em diferentes módulos, do processo de formação coletiva. No primeiro módulo, facilitado por Isabelle Azevedo, da MMM no Ceará, também discutimos como as pessoas se comunicam no Brasil. Como exercício, as militantes tiveram a tarefa de aplicar uma pesquisa, via formulário, nos grupos em que estavam inseridas, que colocava questões sobre os meios prioritários nos quais as pessoas buscam informações. No fórum, os comentários evidenciaram um predomínio das plataformas digitais, a diversidade de mulheres que compõem o movimento, visto que variáveis de idade e território, por exemplo, também pode implicar em diferentes modos de se informar, e uma série de preocupações sobre o tema. Uma das participantes apresentou parte dessas questões em seu comentário:

O que percebi foi que atualmente as pessoas mais jovens se informam e comunicam mais pelas mídias e redes sociais, a maioria por WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter e YouTube. Os mais velhos ainda mantêm a televisão como importante meio de acesso às notícias, mas já conseguem seguir as informações do WhatsApp. No meio rural, a TV e o rádio ainda são muito as referências de comunicação. Em todos os casos, acredito haver dificuldade de identificar o que são informações reais e o que são fake news, um grande desafio para esse momento em que recebemos uma imensa quantidade de informações, de dados, de notícias, mas que não conseguem se transformar em conhecimento.

A digitalização é um novo cercamento para a comunicação popular e feminista porque é o modo pelo qual o capitalismo tem se reorganizado internacionalmente. Por ser um processo em curso, em que estão postas uma série de problemáticas, mas também algumas potencialidades (ou alternativas infernais), em uma gama de relações socioeconômicas complexas, não há saídas fáceis para a questão, tampouco respostas prontas. Na atuação e na elaboração política dos movimentos sociais e populares, entretanto, as alternativas concretas, que escapam do binômio Estado corporativo x ditadura do mercado vão sendo forjadas nas brechas.

Na MMM, as saídas têm sido formuladas no “passo da mais lenta”, considerando que não haverá emancipação se não for para todas as mulheres. Nesse caminho, a atualização da elaboração reafirma que os discursos que apresentam as plataformas proprietárias como espaços públicos de debate e alternativa concreta aos filtros da comunicação tradicional são uma falsa solução do mercado que se impôs, de maneira veloz e sorrateira, como é característica do sistema socioeconômico em que vivemos. Mais uma vez, as questões da propriedade e da ideologia se colocam como obstáculos para o feminismo. Dessa vez, com novas roupagens. As armadilhas da digitalização são os novos cercamentos para o debate feminista acerca da comunicação.

4.5 Nossas resistências

A decisão política de criar o Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres dá nome e forma à resistência do movimento aos novos e velhos cercamentos da comunicação, como um processo de impulsionamento da experiência e do acúmulo sobre o tema dentro da organização. Sua atuação se dá a partir da crítica aos meios de comunicação tradicionais e aos monopólios digitais, e, além disso, aponta para as possibilidades, mirando

as potências das práticas colaborativas e horizontais. A formação do coletivo, na avaliação de Camila Paula, militante da MMM no RN, entrevistada para este trabalho, coloca em evidência a politização do tema da comunicação para o movimento. Mesmo que anteriormente já houvesse a defesa da comunicação enquanto um direito humano, essa decisão fortaleceu a pauta (PAULA, 2020).

Os princípios organizativos do grupo são reflexos do conhecimento, prático e teórico, acumulado pelo feminismo popular, sobretudo o latino-americano. Em sua apresentação, que é também uma síntese de seus princípios, o coletivo diz que “Todas somos comunicadoras. Algumas são especialistas no assunto, outras não, mas o importante é que todas somos capazes de produzir comunicação”. Nessa mensagem está inscrita uma visão mais ampla, que afirma que o feminismo não é somente um tema sobre o qual determinadas mulheres, destacadas como porta-vozes pela mídia hegemônica, podem e sabem falar. Está colocada, ainda, a negação do discurso da competência (CHAUI, 2017), do mutismo – marca da cultura antidemocrática (1978) – e do silêncio imposto para as mulheres (LORDE, 2003; ANZALDÚA, 2000; PERROT, 2007).

Em janeiro de 2021, a historiadora Gláucia Fraccaro, que também é militante da MMM, ofereceu o curso História do Feminismo, em parceria com a SOF. Na ocasião, um dos pontos de reflexão foi a pergunta “como faz uma mulher para entrar na história?”, discutida a partir da crítica à dicotomia entre mulheres comuns e mulheres notáveis, as que fazem e as que sabem. A facilitadora defendeu que a consciência da ação está na experiência e não somente no estudo da ação. Esse argumento cabe na análise da comunicação popular e feminista da MMM, porque, embora o movimento não abra mão dos processos formativos, a exemplo das Trilhas Feministas e do Curso de Comunicação Feminista, promovidos em 2020, a relação entre teoria e prática é uma via de mão dupla. Nela, “a teoria vai perguntar à prática e a prática vai dirigir perguntas à teoria”, conforme abordou Falkembach ao falar sobre sistematização de experiências (FALKEMBACH, 2000, p. 25). O objetivo dessa comunicação é que cada vez mais mulheres comuns narrem suas próprias histórias.

Nessa iniciativa, o termo feminista não é mero qualificador, conforme supracitado, ou apenas um componente que indica um processo de comunicação construído por mulheres organizadas. Além disso, é indicativo de uma ética, imprimida na política do Comum, que tem afirmado que sem feminismo não há socialismo, agroecologia, comunicação ou Comum, porque a governança dos bens comuns, de qualquer ordem, não pode ser forjada na afirmação

de um sujeito universal, na ideia de uma classe trabalhadora de um sexo só, na invisibilização do trabalho reprodutivo e na alienação das contradições impostas pelo capitalismo patriarcal e racista. Sem prescindir da reivindicação da comunicação enquanto um direito a ser garantido e/ou regulado pelo Estado, o feminismo da MMM se insere na tradição dos movimentos que se empenham na tarefa de construir a comunicação popular nas Américas.

Rejeitar a lógica da produtividade e da disponibilidade 24/7, potencializada pelas redes sociais digitais, também faz parte das resistências do feminismo. As relações que constituem os processos comunicativos cotidianos na Marcha são pautadas pela solidariedade entre as militantes e no reconhecimento de que o uso do tempo das mulheres está marcado pela sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados. Esse foi um fator destacado nas entrevistas realizadas para este trabalho. Ao mesmo tempo que se reafirma o compromisso militante, de doação e dedicação, o coletivo é tanto uma forma, quanto uma ética que pauta essa atuação, que é um fazer em comum.

Como experiência do Comum, a comunicação popular e feminista reconhece e valoriza não somente a interdependência entre as pessoas, mas também a ecodependência. Já que, conforme anunciam os grupos cyberativistas, tudo o que é virtual possui uma base material. Ignorar essa dimensão na crítica ao capitalismo, que tem se reorganizado e expandido por meio da digitalização, não é uma possibilidade (BENEDITO e ZELIC, 2020). A popularização do uso de celulares e computadores, fator fundamental para o aumento do uso da internet e das redes sociais digitais, que hoje são plataformas prioritárias para circulação de informação, acarretou o aumento da necessidade de matéria-prima e da degradação dos territórios. As contradições desses processos precisam ser objetos constantes de reflexão.

O lítio, utilizado nas baterias de celulares, foi apontado como um dos pontos de partida para o ataque antidemocrático sofrido pela Bolívia em 2019. No Brasil, parte das tecnologias utilizadas no cotidiano da população é possibilitada pela mineração, que em seu atual modelo já se mostrou uma atividade contrária à vida. A internet, que aparece como uma abstração em muitos discursos, depende de cabos submarinos que passam, obrigatoriamente, pelos Estados Unidos (Idem). Tais constatações não sugerem, necessariamente, o abandono das tecnologias, mas reforçam a necessidade de uma análise crítica que reconheça que não há tecnologia neutra, nem do ponto de vista de classe, raça ou das relações sociais de sexo. A MMM acompanha e constrói as discussões sobre o tema junto dos movimentos e

organizações com os quais mantém alianças contra o poder corporativo. Um dos espaços onde as reflexões têm sido promovidas é a Rede de Avaliação Social de Tecnologias na América Latina (Red TECLA).

O fato de o Coletivo de Comunicadoras não ser uma instância do movimento e, na verdade, atuar como multiplicador dos processos comunicativos, indica que há experiências espalhadas pelos estados onde a MMM está organizada e que não necessariamente aparecem na linha do tempo construída coletivamente para sintetizar o percurso do grupo. Citarei alguns exemplos. No início de março de 2021, mulheres do núcleo da Marcha na zona leste de São Paulo (SP) estrearam o programa Fala Mulher, em parceria com a Rádio e TV Nuar. A proposta é de que o programa seja transmitido todas as quartas-feiras e reprisado todo domingo, abordando questões relativas à luta das mulheres por direitos. As militantes do movimento em Campinas frequentemente participam da programação da comunitária Noroeste FM, discutindo diversos temas sobre a vida das mulheres. Em Mossoró, no Rio Grande do Norte, Plúvia Oliveira, que faz parte do movimento, apresentava até recentemente o programa “Espaço Lilás”, na rádio comunitária FM 98.7, que ia ao ar todos os sábados e debatia pautas feministas. Em 2020, o Centro Feminista 8 de março, também de Mossoró, que integra a MMM, realizou oficinas formativas sobre comunicação popular, que contribuíram para a atuação dos movimentos sociais e populares durante a pandemia. No grupo focal, uma participante também destacou que as atividades do movimento estudantil, sobretudo os *Encontros de Mulheres Estudantes (EME)*, também costumam ser momentos em que há intensos processos de comunicação, nos quais frequentemente há militantes da MMM envolvidas.

Além disso, há processos dos quais o coletivo faz parte, mas que não apareceram na primeira parte da sistematização, constituída pela linha do tempo. Em parceria com a Radio Mundo Real, do Uruguai, o Coletivo de Comunicadoras produz, em duas línguas, o *podcast* “Fúria Feminista”. O Fúria é fruto da aliança da MMM com a RMR e com os Amigos da Terra. O nome do programa é inspirado em uma fala¹⁰⁰ realizada por Miriam Nobre, da Marcha de São Paulo, na plenária das mulheres no *IV ENA*, que aconteceu em 2018.

¹⁰⁰ *Plenária de mulheres no IV ENA: movimento, memória e força da agroecologia*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/plenaria-de-mulheres-no-iv-ena-movimento-memoria-e-forca-da-agroecologia/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

Vamos radicalizar a democracia, construindo o poder popular na nossa casa, no movimento, instalando, nesse ENA, um território de liberdade. Nós estamos declarando: contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo, contra qualquer imposição sobre nosso desejo e nossa capacidade de amar, nós estamos em fúria feminista!

Outro processo que pode ser mencionado é a produção do programa de rádio “Feminismo nas Ondas do Rádio”, que não tem periodicidade definida. O programa piloto foi produzido na primeira oficina de formação do Coletivo de Comunicadoras, realizada entre os dias 14 e 17 de fevereiro de 2014, na SOF. “Na manhã do domingo, dia 16 de fevereiro, (...) nos dedicamos a trocar experiência sobre nossa relação com o rádio, sua importância na vida das mulheres e como podemos trabalhar esse meio de comunicação, que é o segundo com maior abrangência de público no Brasil”, destaca o relato¹⁰¹ da atividade que resultou no primeiro *podcast*.

Sobre as alianças, a análise/sistematização sugere que elas são fundamentais para a comunicação e para a política do Comum da Marcha. Nos processos de convergência de comunicação, ao mesmo tempo que surgem inúmeras dificuldades e limitações, os movimentos vão aprendendo juntos como fazer comunicação militante e as soluções coletivas vão concretizando a forma como a comunicação é pautada por esses sujeitos políticos coletivos. “Construir uma comunicação feminista em convergência com os movimentos sociais aliados, divulgando as ações e parcerias sempre que possível” consta na apresentação do Coletivo.

Nas boas-vindas do Curso de Comunicação Feminista, a questão das alianças foi comentada por Helena Zelic, que compartilhou a percepção de que, desde 2013, quando o Coletivo de Comunicadoras foi formado, há um entendimento geral de que a comunicação funciona melhor quando é feita por muitas mãos. Na prática, isso significa que as coisas são feitas de modo colaborativo, entre as militantes da própria organização, mas também em convergência com os movimentos sociais aliados (ZELIC, 2020b).

Além dos processos de convergência, que acontecem sobretudo nas coberturas de grandes mobilizações, há trocas permanentes entre movimentos sociais aliados. No grupo focal, uma participante destacou as oficinas realizadas conjuntamente com as organizações

¹⁰¹ *Feminismo nas ondas do rádio*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/06/feminismo-nas-ondas-do-radio/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

que compõem a Frente Brasil Popular (FBP). Em 2016, a FBP realizou o *I Encontro de Comunicadores pela Democracia*¹⁰² e a MMM participou de mesas de debate e também de oficinas práticas, das quais militantes do movimento foram facilitadoras. O relato¹⁰³ da atividade apresenta a visão das organizações, que defendem que é preciso “(...) fortalecer a luta pela democratização dos meios de comunicação, contra o limite de banda de internet e os retrocessos no campo da garantia do direito à comunicação e liberdade de expressão”. A frente é um espaço importante de articulação para a Marcha no Brasil, formado em 2015, no contexto de resistência ao golpe que estava em curso no país.

As experiências e acúmulos do coletivo da MMM no Brasil têm sido importantes para a reorganização da comunicação da Marcha internacional. No segundo semestre de 2019, a comunicação internacional do movimento foi descentralizada e passou a ser sediada no Brasil. O SI permanece em Moçambique. Outros momentos demonstram a importância desse intercâmbio entre países e territórios. Em 2018, o Coletivo de Comunicadoras da MMM no Brasil, representado por Isabelle Azevedo, participou de um encontro em Moçambique, na África, com mulheres de Moçambique e Angola, para fortalecimento da solidariedade e discussão sobre extrativismo. Mulheres da cidade e do campo participaram do encontro, que contou com uma oficina de apresentação do processo de comunicação no Brasil e reflexões sobre o assunto. A oficina começou com uma dinâmica de telefone sem fio, para compreensão da importância da comunicação. Em seguida, as militantes fizeram uma leitura crítica de mídia, a partir da representação das mulheres em jornais e revistas de Moçambique. A coleta de dados e o *Big Data* também foram temas da conversa (AZEVEDO, 2021).

¹⁰² *Frente Brasil popular realiza I Encontro de Comunicadores pela Democracia*. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/noticias/frente-brasil-popular-realiza-i-encontro-de-comunicadores-pela-democracia-8f29/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

¹⁰³ *Frente Brasil Popular realiza o 1º Encontro de Comunicadores/as pela Democracia*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/frente-brasil-popular-realiza-o-1o-encontro-de-comunicadoras-pela-democracia/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

*Imagem 21: registro da oficina sobre mulheres e extrativismo, na qual houve a discussão sobre a comunicação.
Crédito: arquivo MMM*



Uma característica dos processos comunicativos populares, destacada na literatura sobre o tema, é o fato de ser uma comunicação feita “na marra”, com base na atuação não profissionalizada, com recursos muitas vezes escassos, mas também com muita irreverência e criatividade (PERUZZO, 2013). Na Marcha, as mensagens políticas são construídas e transmitidas por meio de textos, áudios, vídeos e também com palavras de ordem, batucada, lambe-lambe e produções variadas das mulheres em movimento.

Em relação ao processo educativo, os participantes das comunidades operam sistemas de comunicação comunitários mesmo sem possuírem formação específica. Aprendem na prática, uns com os outros, recebem ajuda esporádica de aliados e às vezes até têm a oportunidade de participar de cursos de curta ou longa duração (Idem, p. 175).

Foi nesse sentido que o Curso de Comunicação Feminista foi pensado. No texto de apresentação do curso, a intenção política é destacada: o objetivo é ampliar o envolvimento de todas com a comunicação popular, feminista e militante da Marcha. “Queremos que as informações e materiais da nossa 5ª Ação Internacional cheguem a todas as partes do país, e isso só é possível se nossa comunicação for feita por mais mãos” (COLETIVO DE COMUNICADORAS, 2020). Em seu quinto módulo, “Técnicas básicas para produção de

conteúdo”, as participantes tiveram dicas para produção de vídeo, para fazer uma notícia, diagramar uma imagem e fotografar. Além disso, receberam informações sobre as principais redes sociais digitais. No curso, além da questão da apropriação técnica, havia o objetivo de que mais estados se somassem à tarefa. Esse aspecto é apontado pelo coletivo como um desafio, já que as mulheres devem se sentir capazes de participar, abandonando a ideia de que é preciso ser profissional para comunicar (ZELIC, 2020).

Como exercício do quinto módulo, o Coletivo de Comunicadoras propôs que, com base no que aprenderam nos vídeos curtos sobre técnicas de produção, as mulheres produzissem materiais sobre as *24 Horas de Solidariedade Feminista Contra o Poder das Transnacionais*, que seria celebrado no dia 24 de abril de 2020. Convite, material didático, vídeo, texto ou cartaz. As participantes foram convidadas a expressar sua criatividade para produzir algum material comunicativo, postar na plataforma do curso e, possivelmente, divulgar em seus perfis pessoais. O resultado foi que diversas mulheres (houve 27 respostas no tópico sobre o exercício) de fato tentaram fazê-lo. Muitas delas comentaram no fórum do módulo sobre as dificuldades que sentiram, por inexperiência e também insegurança, mas também demonstraram satisfação com a oportunidade de fazer seus próprios instrumentos de comunicação.

O exercício do terceiro módulo, “A comunicação, as mulheres, o feminismo”, também teve o objetivo de incentivar as práticas de comunicação entre as participantes. Foi proposto que todas participassem da cobertura do Dia Internacional de Luta das Mulheres, 8 de março, em suas cidades, tirando fotos, gravando vídeos e áudios. No chat, as mulheres compartilharam aquilo que haviam produzido e também mencionaram suas percepções sobre serem comunicadoras nesse processo. Nos fóruns de debate dos módulos do curso, a importância de se sentirem capazes de ser comunicadoras foi destacada.

Quando os sujeitos se percebem potenciais comunicadores, sem a necessidade de um diploma ou título de jornalista para realizar essa função, são capazes de utilizar a práxis jornalística como instrumento para a transformação social de sua comunidade ou território. Compreendemos a comunicação popular como aquela em que o povo se organiza para reivindicar melhores condições de vida e promover novas práticas sociais, culturais e políticas, reconhecendo a si mesmos como coletividade e agentes transformadores.

O blog da MMM, considerado uma ferramenta fundamental do Coletivo de Comunicadoras, desde 2012, quando foi criado, coloca em evidência a perspectiva de que formular sobre política e produzir comunicação a partir disso é uma tarefa de todas na Marcha. Já havia um blog anterior, mas essa nova versão “(...) se configurou como um espaço importante para ‘enraizar’ a comunicação como uma tarefa coletiva e um espaço aberto a todas as militantes que quisessem escrever sobre temas da nossa agenda” (MANÇANO, 2021), combinando apropriações técnicas aprendidas coletivamente, identidade militante, busca de uma linguagem acessível e pautada nos principais temas nos quais a MMM atua, tais como soberania alimentar, sustentabilidade da vida, autonomia das mulheres, conhecimento e softwares livres (Idem).

Desse modo, conclui-se que a comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres é uma aposta política de resistência aos velhos e novos cercamentos, que transformam direitos e bens comuns em mercadorias. Essa resistência também está em projetar unidade ao projeto político do movimento, rejeitando análises e estratégias fragmentadas e instrumentais sobre a comunicação. Nessa perspectiva, a comunicação é uma experiência do Comum e, por isso, pressupõe um fazer coletivo que não pode se descolar da crítica antissistêmica do feminismo da organização, que denuncia as falsas soluções apresentadas pelo mercado e o coronelismo dos Estados corporativos e militarizados.

4.6 Nossos desafios

Na construção dos processos comunicativos populares e feministas os desafios são diversos. Neste item, analiso/sistematizo alguns dos que foram apresentados pelo coletivo, por meio das entrevistas, do questionário que originou a linha do tempo colaborativa e, posteriormente, no grupo focal. Eles foram organizados em quatro tópicos que se imbricam: digitalização e comunicação virtual; interlocução interna; alianças; e disputa política do feminismo. Além desses, cabe dizer que também é uma tarefa permanente a reafirmação da comunicação enquanto uma prática com ressonâncias da educação libertadora e, portanto, como um processo dialógico. No Curso de Comunicação feminista, essa questão atravessou alguns debates e foi apresentada tanto pelo Coletivo de Comunicadoras quanto pelas próprias participantes nos fóruns de discussão.

Como foi colocado aqui no curso, a comunicação é um processo, mais do que um conjunto de ferramentas ela também deve incorporar nossa prática política e trazer essa esfera do compartilhamento e da troca como fundamentais para um processo de sínteses e debates. Isso significa produzir uma comunicação contra hegemônica, que traga em seus elementos uma perspectiva revolucionária, que pode se expressar de diferentes formas: através da comunicação escrita, imagética, verbal e não verbal, enfim, precisamos produzir uma comunicação que esteja desapegada dos moldes jornalísticos, que traga em seu conteúdo uma linguagem que aproxime e afete de alguma forma as mulheres que terão acesso a esse conteúdo. Um conteúdo de certa forma "humanizado", que comunique à leitora, mais do que informações, afetos, experiências, histórias, acolhimento e sentimentos.

A questão da digitalização e da comunicação virtual tem sido vislumbrada como desafiadora pelo movimento e pelo Coletivo de Comunicadoras, mais especificamente. Além da questão dos dados e da não democratização do acesso, um ponto fundamental são os tempos das mulheres. A lógica de funcionamento das redes sociais digitais é a lógica da disponibilidade, da urgência e do imediatismo. Corresponder a ela demanda um tempo que, frequentemente, as mulheres não possuem. Ficam, a partir dessa constatação, algumas questões em aberto, por exemplo, se esse engajamento é desejado e a que custo deve-se percorrer esse desejo (AZEVEDO, 2020).

Mas não é só de internet que se faz a comunicação, inclusive porque muita gente (25% nas cidades e 48% nas zonas rurais) no Brasil ainda não tem internet em casa; e dentre as pessoas que têm, muitas possuem acesso limitado pelos pacotes de internet móvel, que são caros, têm pouca banda e, muitas vezes, restringem o tráfego apenas ao WhatsApp e ao Facebook. A televisão e o rádio ainda são meios de comunicação que fazem parte do cotidiano de enorme parte da população, e são controlados por meia dúzia de famílias (ZELIC e CORNILS, 2020).

A 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizada em 2020, foi um momento em que, ao criticar o poder das empresas transnacionais, o movimento pôde elaborar coletivamente sobre a digitalização, que atravessa os processos comunicativos e todos os campos da vida social. Comunicação, saúde, educação, supermercado, agricultura, etc., foram temas debatidos tendo em vista que a digitalização é a forma como o capitalismo se organiza mundialmente na atualidade. Essa elaboração é uma aposta. Quando o Coletivo aponta para o software livre e para as tecnologias livres e mais seguras como formas de resistência ao capitalismo, isso é mais uma tentativa de colocar essa relação para toda a

organização do que necessariamente uma compreensão já consolidada desse conjunto (MORENO, 2020a).

Embora a digitalização da comunicação e da vida tenha acentuado análises fragmentárias, elas já existiam, mesmo nos movimentos sociais. Antes do alcance das redes sociais digitais, já havia uma ideia de que um processo comunicativo de sucesso, em uma grande mobilização, por exemplo, é aquele que consegue pautar os meios de comunicação de massa. Embora a visibilidade que um movimento pode ter, em determinado momento, possa ser impulsionada pelo noticiário da mídia hegemônica, não é isso que determina se um processo foi positivo ou não. Essa visão ignora, inclusive, os padrões de manipulação da mídia tradicional, criticados permanentemente pelos próprios movimentos.

Perseu Abramo (2016), em seus estudos sobre a comunicação no Brasil, em especial sobre o jornalismo, sugere que a manipulação da informação é uma das principais características da imprensa no país. Para ele, a relação entre a realidade e aquilo que é veiculado pelos meios de comunicação de massa se parece com a imagem refletida em um espelho deformado. A imagem tem a ver com o objeto real, mas não o reflete de maneira fidedigna. Desse modo, os consensos, aquelas imagens da realidade projetadas pela mídia tradicional são artificiais e, frequentemente, essa artificialidade passa despercebida pelo público, exceto nas raras vezes em que o tema retratado tem a ver com os assuntos com os quais esse se relaciona diretamente, o que o torna capaz de identificar a assimetria entre as notícias e os fatos.

Abramo identifica quatro padrões de manipulação recorrentes: o padrão de ocultação, que diz respeito àquilo que é deliberadamente não noticiado; o padrão de fragmentação, que corresponde à atitude de negar a historicidade, o contexto e o significado político daquilo que se torna notícia; o padrão da inversão, que é operado a partir da inversão da relevância dos aspectos de um fato, inversão da versão pelo fato, e inversão da opinião pela informação; e, por fim, o padrão da indução que, conforme sugere sua denominação, aglutina os processos mencionados anteriormente, no planejamento, produção e edição das notícias, para induzir o público a ver determinados fatos de maneiras específicas.

Quanto às redes sociais digitais como plataformas pelos quais a comunicação é construída, fica destacado o desafio de enfrentar a popularização da ideia de que é preciso alcançar, numericamente, um contingente cada vez maior de pessoas, evidenciado por meio

dos *likes* e outras métricas. Esse pensamento leva a crer que precisamos de “bots” e patrocínios em posts para que as pessoas conheçam o movimento, como se as dificuldades de organização coletiva fossem meramente questão de conhecer ou não as organizações do movimento feminista. Enfrentar o deslumbramento e a ideia de que as redes sociais digitais são um campo democrático de debate e não produtos de empresas transnacionais, que funcionam a partir de interesses próprios e de mecanismos desconhecidos pela maior parte das pessoas, é uma tarefa prioritária no presente.

Então, por exemplo, a gente poucas vezes vê, nos debates sobre comunicação, algo sobre rádio comunitária, algo sobre jornal popular, coisas que não passam pelas redes sociais, né? Acho que é muito sintomático de como elas passam a fazer parte das nossas vidas. No começo a gente ficava meio “ah, existem essas redes sociais, tem quem tenha, tem quem não tenha” e hoje parece que é obrigatório. (ZELIC, 2020b).

O desafio é gigante porque as contradições impostas pelo capitalismo nunca foram pequenas. Ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade de uma diversidade de formatos e linguagens, as dificuldades estruturais, sobretudo as financeiras, dificultam cada vez mais a produção de alternativas. Outra questão desafiadora é a compreensão coletiva do debate sobre comunicação e a construção da comunicação enquanto uma política do Comum, uma parte constitutiva da estratégia do movimento, em diálogo com as outras frentes de resistência e criação de alternativas. A análise/sistematização demonstra que o Coletivo de Comunicadoras visualiza que nem sempre a relação entre os campos de atuação está clara para o conjunto de mulheres em movimento que se organizam na Marcha. Essa aposta política é uma construção permanente, que passa pela organização de processos de formação, como o Curso de Comunicação Feminista e as Trilhas Feministas, ambos realizados em 2020. Na sistematização das reflexões feitas nas Trilhas, a SOF imprime essa tônica, de que, na Marcha, estamos percorrendo coletivamente os caminhos práticos e teóricos do feminismo anticapitalista.

Trilhas são veredas a serem percorridas, podem se bifurcar em muitas, levar a outros caminhos, manter em nós o movimento constante. E trilhas são, também, os rastros que os seres vivos deixam por onde passam. Assim são nossas trilhas feministas: mantêm o passo presente, apontam caminhos futuros e expõem a firmeza do que vem sendo consolidado em uma trajetória coletiva. (SOF, 2020).

Ainda nesse bojo, o Coletivo de Comunicadoras e a MMM, como um todo, tem mais quatro desafios importantes. O primeiro é a reafirmação constante, em todas as ocasiões possíveis, como as reuniões nacionais, por exemplo, de que o coletivo não é uma instância ou uma coisa setorizada na Marcha, de modo que atua como um multiplicador dos processos comunicativos orgânicos que são produzidos em cada território. Isso coloca a necessidade e o desafio permanente de que haja cada vez mais processos de comunicação nos núcleos e comitês da Marcha. Além disso, as militantes apontam para o desejo que mais estados participem do coletivo, o que pode ser o impulso para que mais pessoas se sintam capazes de comunicar, mesmo não sendo profissionais. Outro desafio é manter cotidianamente o funcionamento do coletivo, visto que a rotatividade nas tarefas é grande, porque as militantes dedicam tempo para muitas tarefas e também são sobrecarregadas por outros trabalhos. Soma-se a isso a necessidade de garantir a diversidade da MMM na composição do Coletivo de Comunicadoras, visto que a dinâmica virtual – forma prioritária pela qual o grupo se encontra e se organiza – tende a aproximar mulheres que possuem acesso à internet e capacitação técnica. São, em sua maioria, mulheres brancas e com ensino superior. Por fim, a análise/sistematização sugere que o funcionamento é mais dinâmico no contexto de grandes mobilizações e mais desafiador no dia a dia.

Se as alianças compõem a fortaleza da comunicação feminista e popular, isso não se dá sem que haja desafios nessa construção. Um deles é incorporar uma lente feminista na visão dos movimentos sociais e populares que atuam em conjunto. Uma lente, uma ética, uma referência. Uma das entrevistadas mencionou um exemplo interessante do movimento agroecológico, contando que é comum ver materiais de comunicação, como boletins, em que as mulheres são apresentadas como “Dona fulana, esposa de cicrano”, fazendo dos homens a referência principal. Fatos como esse colocam a necessidade de questionamento, desnaturalização desse tipo de prática, desconstrução de argumentos que afirmam que “sempre foi assim”. Forjam-nos nesse lugar de uma identidade que não pode ser fragmentada.

Somos comunicadoras feministas e essa é a síntese do nosso projeto. A comunicação que construímos em movimento, em processos internos ou em aliança:

(...) não pode ser uma comunicação que seja anti-agroecológica, não pode ser uma comunicação racista, não pode ser uma comunicação lesbofóbica. A nossa relação com outras frentes de luta é direta, no sentido de que a gente precisa fazer uma

comunicação que traduza quem a gente é em todas as nossas frentes de luta (PAULA, 2020).

Além disso, há o desafio de disputar o imaginário social sobre o feminismo. É recorrente o discurso triunfalista acerca das relações sociais de sexo. De fato, o movimento pela emancipação das mulheres ganhou ruas, redes e roçados. Hoje, entretanto, também é recorrente a descaracterização das pautas históricas do movimento, a fragmentação dos debates e a distorção que tem sido chamada de “maquiagem lilás”. As redes sociais digitais e a mídia tradicional têm um papel importante na construção ou desconstrução de narrativa sobre o feminismo e os movimentos sociais. Por meio das chamadas *fake news*, impulsionadas, sobretudo, pela extrema-direita, acontecem falsificações da história e desinformação acerca do movimento. Por isso temos, simultaneamente, o desafio de enfrentá-los e dúvidas sobre por quais meios é possível fazê-lo.

Os desafios analisados e sistematizados aqui, a partir da coleta de dados, deixam nítido que as tarefas da comunicação popular e feminista da MMM, como experiência do Comum, são atravessadas pelas tarefas do feminismo na construção de movimento, em um emaranhando onde nenhuma estratégia é somente uma ferramenta ou uma técnica, mas o fazer político em si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o que me conduziu em direção à investigação apresentada nestas páginas foi uma preocupação com a qual sigo ao encerrar a escrita do trabalho. Quis refletir sobre a importância da comunicação, para além da instrumentalização, da fragmentação e da mercantilização que são marcas do tempo presente, informado pela lógica do neoliberalismo. Em sua feitura, encontrei registros, teorias, propostas metodológicas, etc., que deram forma à vontade de compreender as práticas e elaborações políticas da comunicação militante da Marcha Mundial das Mulheres como partes de uma “pedagogia da comunicação”. Essa pedagogia pressupõe processo, mutualidade, interdependência e voz. E, conseqüentemente, opõe-se à extensão, aos comunicados e ao mutismo.

Privilegiar a dimensão processual da comunicação popular e feminista, que faz parte de um emaranhado de experiências do Comum, coloca-a em diálogo com outras frentes de resistência e criação de alternativas políticas dos movimentos sociais e populares, como foi desejado desde o começo. A tentativa foi desafiadora porque, conforme sugeriu Silvia Federici (2018), o conjunto de saberes e fazeres que denominamos “política do Comum” projetam menos uma homogeneidade e mais uma unidade a ser construída. Como conjunto, essas políticas se somam no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e racista, e no questionamento da lógica informada por esse sistema.

No feminismo, o rompimento com as análises e estratégias fragmentárias (e, portanto, a projeção da conexão e/ou unidade) é uma tarefa permanente. Quando dizemos que é preciso mudar a vida das mulheres e o mundo em um só movimento, estamos afirmando que não há saídas fáceis – como por vezes aparentam ser as que são propagandeadas pelo mercado – para os grandes desafios. Defendemos, nos movimentos, que não há política verdadeiramente emancipatória que não seja feminista, anticapitalista e antirracista. Portanto, pensamos e agimos a partir de uma crítica antissistêmica, “por inteiro”. No todo dessa atuação, circunscrevemos a comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres, que não separa práticas, sujeitos políticos e princípios.

Ao falarmos sobre comunicação, especificamente, é preciso considerar que os resultados concretos dos processos comunicativos são públicos e que, por isso, as pessoas, de modo geral, os avaliam, opinam, sugerem, criticam, etc. É importante que seja assim, visto

que a comunicação é um direito e uma prática dialógica, não um objeto de consumo. Entretanto, como a lógica consumidora é alimentada cotidianamente pela negação do direito à comunicação, pelos comunicados às massas e pelo discurso da competência, as análises gerais sobre o tema costumam reconhecer a importância e o poder da comunicação, mas ao mesmo tempo apontar para “alternativas infernais”, para a incompreensão de sua dimensão processual e para a falta de perspectiva ou de saídas.

A análise e sistematização feitas aqui demonstraram que, no caso da Marcha Mundial das Mulheres, coletivo é tanto uma forma quanto uma ética. As alianças com a comunicação de outros movimentos, que se dão permanentemente, mas principalmente em processos de convergência, acabam sintetizando as construções feitas “na marra”, todos os dias. Diariamente, as militantes se dedicam a construir, com solidariedade e de maneira colaborativa, o que é essa comunicação popular e feminista. Em datas importantes para o calendário militante, como o dia 8 de março, essa força coletiva se evidencia. Há sempre muito esforço para dar conta de registrar e publicizar a grandeza das mobilizações que acontecem em diferentes lugares.

Cicilia Peruzzo (2001) acredita que muito se faz nas organizações populares, e que, entretanto, pouco se documenta e sistematiza, o que por vezes torna desafiador que os conhecimentos construídos coletivamente sejam assimilados enquanto conjunto estruturado. No caso da MMM, ao contrário, muito se documenta, o que foi fundamental para a realização desta pesquisa. Nesse sentido, a análise e sistematização que fiz neste trabalho buscaram reconhecer e visibilizar que os movimentos sociais têm muito acúmulo, teórico e prático, sobre a comunicação e sobre variadas temáticas. Esses acúmulos precisam ser sempre acessados, recuperados e refletidos. Como defendeu Falkembach (2000), as experiências populares precisam “virar letra, palavra e página para compor história” (p. 15).

Analisar e sistematizar a experiência do Coletivo de Comunicadoras da MMM permitiu defender que a comunicação é construída, nos processos em movimento, em diálogo e em conexão com o projeto político feminista e anticapitalista da organização. A ideia de uma política do Comum, como chave interpretativa que aglutinaria todas essas experiências, é, entretanto, uma possibilidade sendo percorrida coletivamente, nos processos de formação, nas sistematizações dos conhecimentos construídos em conjunto e também neste trabalho de pesquisa.

Foi interessante notar que, ao serem provocadas a responder se a comunicação era uma prática do Comum, as considerações de cada entrevistada conduziram às origens desse debate na MMM – o qual envolve as discussões ecofeministas – mas também apontaram para a incerteza:

Essa ideia do comum está muito associada à natureza, à questão da preservação das florestas, da água, mas a comunicação como um comum eu não tinha pensado, mas me leva a pensar que, pela própria definição do que é comunicação, a gente já tem uma ideia de que ela é sim um comum. Porque se a gente pensa na definição de comunicação, a ideia de comunicação vem desse latim comunis, que é a ideia do comum, né, que é muito essa ideia do retorno à comunidade, porque a comunicação pressupõe que você tem que se interrelacionar e repartir com o outro. (...) a gente precisa pensar a comunicação nessa ordem do comum, esse retorno da comunidade e pensar novas formas de produção de comunicação, em que esse retorno à comunidade quebra essa lógica da financeirização, essa mercantilização da comunicação, de vender comunicação por vender, quando na verdade não é, né? A comunicação deveria servir a todos nesse processo comunitário (AZEVEDO, 2020).

Eu achei muito interessante quando você começou a colocar dessa maneira, a comunicação da Marcha como um comum. Acho que eu fui abrindo essa ideia. (...) muita gente fala dela de perspectivas muito diferentes, inclusive, mas é uma ideia muito interessante porque ela coloca as coisas que a gente faz conjuntamente, em movimento, no presente, né? As formas como a gente vai compartilhando as coisas e não se apropriando delas, mas transformando o mundo a partir delas no presente (ZELIC, 2020).

Acho que a Marcha tem a comunicação como um comum, como um bem comum, assim como a natureza, assim como as nossas vidas, os territórios, a agroecologia. A agroecologia é uma alternativa que a gente constrói justamente pensando no comum, da água, da terra, o direito à comunicação, dos nossos territórios, então eu acho que tudo isso entra nos comuns da Marcha (PAULA, 2020).

(...) comum não é uma coisa, comum não é estático e é uma disputa permanente, precisa ser defendido e precisa ser construído e, se precisa ser construído, então tem a ver com práticas e tem a ver com relações e com processos. Eu acho que a economia feminista, a economia solidária com autogestão e agroecologia tem muito a dizer sobre isso, mas também a comunicação popular tem muito a dizer sobre isso (MORENO, 2020).

Essa hesitação foi fundamental para chegar à ideia de que o Comum é um híbrido: existe em função dos comuns, para governá-los, e para além dessa existência. O Comum é uma criação política. Para o feminismo, não é somente o modo colaborativo, a governança coletiva e a gestão compartilhada que o caracterizam. Não há Comum sem comunidade e as comunidades, como se sabe, são sustentadas pelas mulheres, historicamente. Portanto, não tem Comum sem feminismo e não há feminismo sem reconhecimento das estratégias que as mulheres têm promovido em suas comunidades, para viver e transformar, bem como da exploração e das desigualdades que são visibilizadas em suas ações políticas.

Qual é o papel dos movimentos sociais e populares na disputa política da comunicação? O que tem a ver comunicação popular e feminismo? O que as práticas feministas nos dizem sobre a experiência coletiva de fazer comunicação popular? Essas práticas podem ser vistas como uma experiência do Comum? Essas foram questões apresentadas no início da realização deste trabalho.

O papel dos movimentos sociais e populares na disputa política da comunicação passa pela necessidade de reconhecer, valorizar e reproduzir as práticas feministas na comunicação popular, que, conforme defendi antes, não separam sujeito político, ação e ética militante. São práticas que não cedem aos números e supostos alcances que tornam opaca a heterogeneidade das mulheres, que não cindem discurso e prática (já que falamos de política e também consideramos políticas as condições de produção das mensagens) e que privilegiam processos ao invés de produtos. Na Marcha Mundial das Mulheres, falamos em “caminhar no passo da mais lenta”, já que a emancipação precisa ser para todas. No caso dos processos comunicativos, este passo coletivo muitas vezes se desencontra do ritmo acelerado, que se tornou ainda mais imperativo com a popularização das redes sociais digitais como plataformas prioritárias para a comunicação.

Um permanente vir a ser. Talvez essa seja uma das respostas possíveis para a pergunta que questiona se as práticas e elaborações políticas sobre a comunicação popular e feminista podem ser consideradas uma experiência do Comum. Porque, conforme falei anteriormente, há vários elementos que precisam ser considerados para afirmar ou refutar essa hipótese: se estamos falando de comunicação ou de comunicados; se não nos esquecemos de que comunicação é política; se nos lembramos de que a participação das mulheres nos processos políticos é permeada pela dinâmica concreta da vida e, portanto, pelas desigualdades que informam a sociedade em que vivemos, como a divisão sexual do trabalho; se não

consideramos neutra a tecnologia e nos recordamos do caráter antidemocrático dos meios de comunicação; se compreendemos que comunicar é mais que uma técnica, etc.

No caso da MMM, em diálogo com a análise e a sistematização apresentadas anteriormente, afirmo que sim, a experiência do Coletivo de Comunicadoras compõe o repertório da política do Comum. Na prática cotidiana, essa resposta se (re)faz permanentemente, para além/apesar de e até mesmo a partir das contradições impostas pelo sistema socioeconômico vigente. O Comum, nesse sentido, é sempre um horizonte e é como queremos que seja a comunicação popular e o projeto político feminista como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares: Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

ALBA, Carmen Leticia Díaz. **La Marcha Mundial de las Mujeres: feminismos transnacionales en movimiento**. Tese de doutorado. Ciesas, Guadalajara, 2017.

ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim; PERUZZO, Cicilia. A comunicação popular na preservação da memória das lutas populares no Brasil. **Fronteiras - estudos midiáticos**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 21-30, 2019.

ALVAREZ, Sonia. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais? Movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 57-77, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

AZEVEDO, Isabelle. **Entrevista concedida à Fabiana de Oliveira Benedito**, 2020.

AZEVEDO, Isabelle. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

BARREIROS, Bruna Provazi. **Estratégias de visibilidade e articulação no ciberespaço: uma análise do ativismo feminista no facebook**. Dissertação de mestrado. UFABC, Santo André, 2013.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira de; ZELIC, Helena. “O direito à comunicação: reflexões e alternativas feministas contra a desinformação e a concentração da mídia”. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs.). **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas**. São Paulo: SOF, 2020.

BERGER, Christa; SCHWAAB, Reges. “Escola latino-americana de comunicação”. In: CITELLI, Adilson [et. al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

BEZERRA, Cristina Simões. “Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos”. In: **Cadernos de estudos ENFF 5: Gramsci e a formação política**. Guararema: ENFF, 2012.

BITTENCOURT, Maria do Carmo. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

BORELLI, Silvia; PEREIRA, Simone Luci. “Cultura de massa”. In: CITELLI, Adilson [et. al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Participar-pesquisar”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL DE FATO. Feministas de todo o mundo se reúnem para debater o avanço do conservadorismo. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/14/feministas-de-todo-o-mundo-se-reunem-para-debater-o-avanco-do-conservadorismo>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRITTOS, Valério Cruz; KALIKOSKE, Andres. “Economia política da comunicação”. In: CITELLI, Adilson [et. al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

BURCH, Sally. “Movimiento de mujeres: La comunicación con enfoque de género”. In: LEÓN, Osvaldo (Org.). **Democratizar la palabra: Movimientos convergentes en comunicación**. Equador: ALAI, 2013.

CHAUI, Marilena. Comunicação e democracia. **Revista Paulus**, São Paulo, v.1, n.2, p. 15-32, 2017,

COLETIVO DE COMUNICADORAS. **Relatório da formação do Coletivo realizada entre os dias 14 a 17 de fevereiro**. Documento interno. São Paulo, 2014a.

COLETIVO DE COMUNICADORAS. **Dez estratégias para uma cobertura colaborativa feminista no ENA**. Documento interno. Juazeiro, 2014b.

COLETIVO DE COMUNICADORAS. **Marcha das Margaridas 2015: análise redes sociais**. Documento interno. São Paulo, 2015.

COLETIVO DE COMUNICADORAS. **Sobre o curso**. Plataforma digital do Comunicação Feminista, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. São Paulo: **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 7-17, 2017,

COMITÉ INTERNACIONAL DE LA MMM. “Una falsa solución a la crisis del capitalismo: Fortalecimiento del patriarcado”. In: LEÓN, Osvaldo (Org.). **América Latina en movimiento: Feminismo popular para cambiar el mundo**. Equador: ALAI, 2013.

CONVERGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **As mulheres têm voz e gritam pela democratização dos meios de comunicação**. Blog do *9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, 2013. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/30/as-mulheres-tem-voz-e-gritam-pela-democratizacao-dos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CONWAY, Janet. Geographies of Transnational Feminism: Place and Scale in the Spatial Praxis of the World March of Women. **Social Politics: International Studies in Gender, State and Society**, Oxford, v. 15, n. 2, p. 207-231, 2008,

CORNILS, Patricia. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

CUNHA, Joana Tavares Pinto da. **DE BOLETIM A JORNAL SEM TERRA: História, práticas e papel na constituição do MST**. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2013.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida**. Documento público. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20/>>. Acesso em: 14 de mar. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE ANGELIS, Massimo. Introduction by the editors: Re(in)fusing the commons. **The Commoner**, n. 11, 2006. Disponível em: <<https://thecommoner.org/back-issues/issue-11-spring-summer-2006/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. “O delineamento de pesquisa qualitativa”. In: POUPART, Jean [et. al]. **A pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. **E-Compós**, v. 9, p. 1-18, 2007.

DUFOUR, Pascale. **The World March of Women: first Quebec, then the world?**. Montreal, 2005. Disponível em:

<<http://www.cccg.umontreal.ca/pdf/Dufour%20rev%202.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2020.

DUFOUR, Pascale; GIRAUD, Isabelle. **World March of Women: 10 years of global solidarity**. Focal, Canadá, 2010. Disponível em:

<<https://www.focal.ca/es/publications/focalpoint/223-february-2010-pascale-dufour-and-isabelle-giraud-en>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. “Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais”. In: FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther. (Orgs.). **O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas**. São Paulo: CUT, 2000.

FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, Nalu. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. Entrevista concedida à Carmen Susana Tornquist e Soraya Resende Fleischer. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012.

FARIA, Nalu. A luta feminista contra o golpe patriarcal. In: **Politizando – Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social**. NEPPPOS/CEAM/UnB, Brasília, v. 6, n. 22.

FARIA, Nalu. “Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal”. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs.). **Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal**. São Paulo: SOF, 2019.

FARIA, Nalu. “As lutas feministas pela sustentabilidade da vida”. In: ZELIC, Helena; MORENO, Renata (Orgs.). **Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas**. São Paulo: SOF, 2020.

FARIA, Nalu; MORENO, Tica. “Resistir e transformar: solidariedade feminista contra o poder das empresas transnacionais”. In: MORENO, Renata (Org.). **Crítica feminista ao poder corporativo**. São Paulo: SOF, 2020.

FEDERICI, Silvia. “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”. In: MORENO, Renata. **Feminismo, economia e política**. São Paulo: SOF, 2014.

FEDERICI, Silvia. O capitalismo tenta destruir as nossas memórias. Entrevista concedida a Bianca Santana. **Revista Cult**, 2017a. Disponível em:

<<https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-o-capitalismo-tenta-destruir-memorias/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017b [2004].

FEDERICI, Silvia. Sobre o Feminismo e os Comuns. Trad. Inês Castilho. **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/feminismos/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

FEDERICI, Silvia. “Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista (2000)”. In: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Reencantar el mundo. El feminismo y la política de los comunes**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. Reflexões sobre a obra de Gramsci para o campo da comunicação alternativa. **Revista Extrapensa - Cultura e Comunicação na América Latina**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 67-73, 2012.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FIGUEIREDO, Ingrid. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

FONSECA, Cláudia Chaves. Por uma pedagogia da notícia: o conceito de comunicação em Paulo Freire. **Revista MEDIAÇÃO**, Belo Horizonte, v. 20, n. 27, p. 74-87, 2018.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 13-34, 2006.

FREI BETTO, Carlos Alberto Libânio Christo. Elogio da conscientização. **ALAI**, Equador, 2007. Disponível em: <<http://alainet.org/active/15560&lang=es>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1965].

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1969].

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1976].

GAJARDO, Marcela. “Pesquisa participante: propostas e projetos”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Núcleo de Piratininga de Comunicação, 2014.

GIL, Vanessa Nasbada da Silva. **Mulheres em movimento mudam o mundo: O educativo na/ da Marcha Mundial das Mulheres**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2015.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p.97-112, 2006.

GRAÇAS, Maria Adriana Vieira das; COSTA, Andréa Cristina Soares. Ações de solidariedade feminista: relato de uma prática internacionalista da Marcha Mundial das Mulheres. **Revista Cadernos de Ciências Sociais - Dossiê Feminismo e agroecologia**, Pernambuco, v. 2, n. 15, 2019,

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. “Existe un método feminista?” IN: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: UNAM, 1998.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Revista Em Construção**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 143-162, 2019.

JARA, Oscar. “Sistematização”. In: FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther. (Orgs.). **O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas**. São Paulo: CUT, 2000.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016,

JORNADA CONTINENTAL PELA DEMOCRACIA E CONTRA O NEOLIBERALISMO. **Declaração Final do Encontro Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo**. Documento público. Montevideu, 2017. Disponível em: <<https://seguimosenlucha.org/index.php/2017/11/24/declaracao-final-do-encontro-jornada-continental-pela-democracia-e-contra-o-neoliberalismo/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Equador: CIESPAL, 1985.

LEÓN, Magdalena. FSM: espacio para la construcción de feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 616-622, 2003.

LEÓN, Osvaldo (Org.). **Democratizar la palabra: Movimientos convergentes en comunicación**. Equador: ALAI, 2013.

LOBO, Natália Santos. “O avanço das transnacionais sobre a natureza, os comuns e a vida das mulheres”. In: MORENO, Renata (Org.). **Crítica feminista ao poder corporativo**. São Paulo: SOF, 2020.

LORDE, Audre. “La transformación del silencio en lenguaje y acción”. In: **La hermana, la extranjera**. Madrid: Editorial Horas y Horas, 2003 [1984].

MAAR, Wolfgang Leo. “Ação Comunicativa”. In: CITELLI, Adilson [et. al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

MANÇANO, Luiza. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência**. Brasília, Marcha das Margaridas, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, Helena. Desinformação: violação do direito à comunicação e arma contra a democracia. In: **Direito à comunicação no Brasil 2018**. São Paulo, Coletivo Intervezes, 2019.

Disponível em: <<http://intervezes.org.br/arquivos/interliv013dircom8.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MATHIEU, Nicole-Claude. “Sexo e gênero”. In: HIRATA, Helena [et. al] (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MENDES, Isadora. **Entrevista concedida à Fabiana de Oliveira Benedito**, 2020.

MENDES, Isadora. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

MIES, Maria. Towards a Methodology of Women's Studies. **The Hague**, Roterdã, v. 77, 1979.

MIES, Maria. Women's studies: Science, violence and responsibility. **Women's Studies International Forum**, Holanda, v. 13, n. 5, 1990.

MIES, Maria; VANDANA, Shiva. **Ecofeminismo. Teoría, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria, 1993.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. Defending, Reclaiming and Reinventing the Commons. In: **The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy**. Londres: Zed Books, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a democracia. **Revista ComCiência**, Dossiê Pós-verdade, Campinas, 2017. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/os-meios-de-comunicacao-e-a-democracia/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Apresentação do Coletivo de Comunicadoras**. Blog da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/coletivo-de-comunicadoras-da-mmm/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Campos de ação**. Site oficial da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campos-de-acao/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. **Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008: Una década de lucha internacional feminista**. São Paulo: SOF, 2008.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Declaração MMM - Dia Internacional de Luta das Mulheres, 2012**. Documento público. Disponível em:

<<http://www.sof.org.br/declaracao-internacional-da-mmm-para-o-8-de-marco/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Documento final do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres**. Documento público. São Paulo, 2013a. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/news-old/?p=2537>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Programação do 9º Encontro Internacional**. Blog do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, 2013b. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/programacao-2/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo: SOF, 2015.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o golpe no Brasil**. Documento público. Brasil, 2016.

Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-contr-o-golpe-no-brasil/>>. Acesso em: 14 de mar. 2021.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Feminismo em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2019.

MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Documento regional das Américas para o encerramento da 5ª Ação Internacional da MMM**, 2020a. Documento público.

Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasPT.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade - Versão aprovada em dezembro de 2004, em Ruanda, por ocasião do 5º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres”. In: MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. **Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008: Una década de lucha internacional feminista**. São Paulo: SOF, 2008.

MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. “Reivindicaciones de la Marcha Mundial de las Mujeres en el año 2000 - Documento adotado no Primeiro Encontro Internacional da Marcha, realizado em 1998, no Quebec, no Canadá, e revisado em 2001”. In: MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. **Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008: Una década de lucha internacional feminista**. São Paulo: SOF, 2008.

MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. “Visibilizar a las mujeres como actoras sociales. Respuestas de la Marcha Mundial de las Mujeres - MMM - al cuestionario enviado por ALAI, sobre la democratización de la comunicación en su agenda política”. In: LEÓN, Osvaldo

(Org.). **Democratizar la palabra: movimientos convergentes en comunicación**. Equador: ALAI, 2013c.

MMM, Marcha Mundial de las Mujeres. “Comunicación: un debate estratégico para las mujeres”. In: LEÓN, Osvaldo (Org.). **Democratizar la palabra: movimientos convergentes en comunicación**. Equador: ALAI, 2013d.

MOM, Media Ownership Monitor. **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil**. Coletivo Intervezes e Repórteres sem Fronteiras, Brasil, 2018. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MONTERO, Maria Júlia. **As mulheres na mídia: discursos discriminatórios como agenda política**. Blog da MMM, 2012.

Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/10/01/as-mulheres-na-midia-discursos-discriminatorios-como-agenda-politica/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MONTERO, Maria Júlia. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

MONTIEL, Amiée Vega. Feminismo e Comunicação - questão científica e política. Entrevista concedida a Ana Carolina Escosteguy e Lírían Sifuentes. **Revista FAMECOS - Mídia, Cultura e Tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 3, p. 567-577, 2013,

MORENO, Tica. Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados. **GADN (Gender & Development Network)**, Reino Unido, 2016.

Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/07/14/alternativas-feministas-nas-ruas-redes-e-rocados/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MORENO, Tica. **A Lente do Comum #8: Tica Moreno**. Instituto Procomum, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6PsLmCCFn58>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MORENO, Tica. **Entrevista concedida à Fabiana de Oliveira Benedito**. São Paulo, 2020a.

MORENO, Tica. “Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital”. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs.). **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas**. São Paulo: SOF, 2020b.

MORENO, Renata (Org.). **Crítica feminista ao poder corporativo**. Renata Moreno. São Paulo: SOF, 2020c.

MORENO, Tica. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

MORENO, Renata; GRAÇAS, Adriana Vieira das. “Os usos da internet pelas mulheres em movimento”. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs.). **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas**. São Paulo: SOF, 2020.

PAIVA, Raquel. “Mídia e política de minorias”. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAIVA, Raquel. “Para reinterpretar a comunicação comunitária”. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA, Raquel. **A comunicação como projeto social**. LECC – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://leccufrj.wordpress.com/2009/12/01/a-comunicacao-como-projeto-social-serie-artigos-de-raquel-paiva/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário de visibilidade total: a comunidade do afeto. **Matrizes**, São Paulo, v. 6, p. 63-76, 2012.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo. “Comunicação comunitária”. In: CITELLI, Adilson [et. al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

PARRA, Henrique. A política do comum e do protótipo. Duas alternativas ao mal-estar contemporâneo. Entrevista concedida à Patricia Fachin. **Revista Ihu - Unisinos**, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574031-a-politica-do-comum-e-do-prototipo-duas-alternativas-ao-mal-estar-contemporaneo-entrevista-especial-com-henrique-parra>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PAULA, Camila. **Entrevista concedida à Fabiana de Oliveira Benedito**, 2020.

PAULA, Camila. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação & Informação**, Goiás, v. 2, n. 2, p. 205-228, 1999.

PERUZZO, Cicilia. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação, pressupostos epistemológicos e metodológicos. **Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belo Horizonte, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.

PERUZZO, Cicilia. **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América latina**. São Paulo: Angellara, 2004.

PERUZZO, Cicilia. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2021.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Revista Palavra Chave**, Colombia, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

PERUZZO, Cicilia. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 82-99, 2011,

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013.

PERUZZO, Cicilia. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2017,

PESSOA, Bianca. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

PINGRET, Alexandra. **A Marcha Mundial das Mulheres no contexto dos movimentos sociais e sua construção visual (Brasil, 2000-2010)**. Dissertação de mestrado. UEL, Londrina, 2012.

POZNANSKI, Florence. “Internet também é um espaço político em disputa”. In: **Comunicação e Direitos Humanos**. Minas Gerais: Associação Henfil, 2018.

PROVAZI, Bruna. **Viva, viva a comunicação alternativa – e feminista!**. Blog da MMM, 2010. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2010/07/01/viva-viva-a-comunicacao-alternativa-e-feminista/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PULEO, Alicia. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. **Revista Em Construção**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 163-173, 2019.

REIMBERG, Cristiane. A comunicação popular como ferramenta para a construção da cidadania. **Revista Rumores**, São Paulo, v. 3, n. 5, 2009.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha mundial das mulheres: um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional**. Tese de doutorado. UFSC, Florianópolis, 2016.

RIBEIRO, Jéssika Martins. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021.

ROCHA, Bruna. **Regulamentar a comunicação pelo combate ao machismo no imaginário brasileiro**. Blog da MMM, 2013. Disponível em:

<<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/16/regulamentar-a-comunicacao-pelo-combate-ao-machismo-no-imaginario-brasileiro/>> Acesso em: 11 abr. 2021.

ROCHA, Bruna; VIEIRA, Beatriz. **Por uma comunicação negra e feminista**. Blog da MMM, 2014. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/07/23/por-uma-comunicacao-negra-e-feminista/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

RODRIGUES, Patrícia. **Ô da Poltrona, Você que está nos assistindo, se liga: Mulher não é objeto que se compra ou se toma à força!**. Blog da MMM, 2012. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/12/26/o-da-poltrona-voce-que-esta-nos-assistindo-se-liga-mulher-nao-e-objeto-que-se-compra-ou-se-toma-a-forca/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTANA, Bianca; ALMEIDA, Marco Antonio de. Mulheres negras e o comum: memória, redes sociais e táticas cotidianas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 57-61, 2017.

SANTANA, Bianca. **A Lente do Comum #1: Bianca Santana**. Instituto Procomum, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7a7emZKVF4w>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. **Labrys - Revista de Estudos Feministas**, Salvador, v. 11, P. 1-35, 2007.

SAVAZONI, Rodrigo. **O COMUM ENTRE NÓS: da cultura digital à democracia do século XXI**. São Paulo: Edições SESC, 2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOF, Sempreviva Organização Feminista. **Práticas feministas de transformação da economia. Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018.

SOF, Sempreviva Organização Feminista; GN, Gênero e Número (Orgs.). **Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório de pesquisa**, 2020.

Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

SOLIS, Cristina Vega; BUJÁN, Raquel Martínez; CHAUCA, Myriam Paredes. **Cuidado, comunidad y común: Extracciones, apropiaciones y sostenimiento de la vida**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

SOUZA, Marlene Ricardi de. **Marcha Mundial das Mulheres: Um movimento feminista para além dos olhares midiáticos**. XIII Encontro Regional de História, Coxim, nov/2016.

Disponível em:

<http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478270446_ARQUIVO_MarchaMundialdasMulheresartigofinalizado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

STENGERS, Isabelle. **O preço do progresso - Conversa com Isabelle Stengers. Entrevista concedida a Mathieu Rivat e Aurélien Berlan**. Revista DR, Dossiê Magia e Reprodução, n. 4, 2017.

TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda; MAGALHÃES, Maria José. **Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de Globalização - o caso da Marcha Mundial de Mulheres**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A Questão Social no Novo Milênio, Coimbra, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel13/ManuelaTavares_AlmerindaBento_MariaMagalhaes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

VAZ PUPO, Marcelo de Albuquerque [et. al]. Sementeia: plantado sonhos, semeando sentidos e articulando resistências no campo e na cidade. **Anais Eletrônico do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017.

ZELIC, Helena. **Entrevista concedida à Fabiana de Oliveira Benedito**, 2020a.

ZELIC, Helena. **Sobre o curso (Curso de Comunicação Feminista)**. Vídeo, 2020b.

ZELIC, Helena; CORNILS, Patricia. **Coluna Sempreviva | Comunicação popular contra desinformação e vigilância**. Brasil de Fato, 2020.

Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/comunicacao-popular-contra-desinformacao-e-vigilancia>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ZELIC, Helena. **Respostas ao questionário enviado pela autora sobre as experiências do Coletivo de Comunicadoras**, 2021a.

ZELIC, Helena. **Grupo focal realizado no dia 17 de abril**, 2021b.

ANEXOS

ANEXO 1: LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

- *Marcha Mundial de las Mujeres: meta, objetivos y valores* - Documento adotado no 1º Encontro Internacional da Marcha, realizado em 1998, no Quebec, no Canadá;
- *Reivindicaciones de la Marcha Mundial de las Mujeres en el año 2000* - Documento adotado no 1º Encontro Internacional da Marcha, realizado em 1998, no Quebec, no Canadá, e revisado em 2001;
- *La violencia hacia las mujeres: es allí donde el otro mundo debe actuar* - Texto para debate da MMM, durante o 2º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), no Brasil, em 2002;
- *Declaración sobre nuestros valores* - Documento aprovado em 22 de março de 2003, no 4º Encontro Internacional da MMM, realizado em Nova Déli, na Índia;
- *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade* - Versão aprovada em dezembro de 2004, em Ruanda, por ocasião do 5º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres;
- *Nós não vamos pagar por essa crise! Mulheres livres! Povos soberanos!* - Manifesto para o 8 de março de 2009;
- *Terceira ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres* - 8 de março a 17 de outubro de 2010 - Folder para mobilização;
- *Declaração MMM - Dia Internacional de Luta das Mulheres* – 2012;
- *Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 - Documento final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*, realizada no Rio de Janeiro (RJ), no Brasil, em 2012;

- *Declaração do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 28 de maio de 2015;*
- *Somos clandestinas, estamos em marcha, seremos livres! Documento da Primavera pelo Direito ao Corpo e a Vida das Mulheres – 2015;*
- *DECLARAÇÃO DO IV ENCONTRO REGIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES DAS AMÉRICAS “Construindo Alternativas Feministas para a vida em Defesa dos Nossos Territórios” - Cajamarca, Peru, de 23 a 25 de outubro de 2015;*
- *[Declaração Internacional] Marcha Mundial das Mulheres resistindo à militarização – 2016;*
- *Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o golpe no Brasil – 2016;*
- *Declaração da MMM Internacional sobre o 8 de março de 2017 – 2017;*
- *Declaração Final do Encontro Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo – 2017;*
- *Declaração do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres para o 8 de março de 2018 – 2018;*
- *Declaração final: 11º Encontro Internacional da MMM – 2018;*
- *Declaração Internacional da Marcha Mundial das Mulheres para o 8 de março – 2019;*
- *Declaração da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres 2020 – 2020;*

- *Declaração internacional: 24 horas de Solidariedade Feminista contra as Transnacionais – 2020;*
- *Chamado à 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 2020;*
- *Documento das Américas no encerramento da 5ª Ação Internacional da MMM - 2020.*

ANEXO 2: LISTA DE TEXTOS DO BLOG CONSULTADOS

Título: Mulher e mídia

Data de publicação: 01/06/09

Autoria: Marcha Mundial das Mulheres

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2009/06/01/mulher-e-midia/>

Título: Zine Feminista

Data de publicação: 29/01/10

Autoria: Marcha Mundial das Mulheres

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2010/01/29/zine-feminista/>

Título: Cobertura alternativa da 3ª *ação internacional da MMM*

Data de publicação: 03/02/10

Autoria: Marcha Mundial das Mulheres

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2010/02/03/cobertura-alternativa-da-3a-acao-internacional-da-mmm/>

Título: Viva, viva a comunicação alternativa – e feminista!

Data de publicação: 01/07/10

Autoria: Bruna Provazi

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2010/07/01/viva-viva-a-comunicacao-alternativa-e-feminista/>

Título: In dubio pro men: showrnalismo, misoginia e futebol

Data de publicação: 12/07/10

Autoria: Bruna Provazi

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2010/07/12/in-dubio-pro-men-showrnalismo-misoginia-e-futebol/>

Título: A Globo Precisa ouvir Pagu

Data de publicação: 20/09/10

Autoria: Caroline Bernardo e Mariah Aleixo

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2010/09/20/a-globo-precisa-ouvir-pagu/>

Título: Feminismo 2.0

Data de publicação: 11/09/12

Autoria: Marcha Mundial das Mulheres

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/09/11/feminismo-2-0/>

Título: As mulheres na mídia: discursos discriminatórios como agenda política

Data de publicação: 01/10/12

Autoria: Maria Júlia Montero

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/10/01/as-mulheres-na-midia-discursos-discriminatorios-como-agenda-politica/>

Título: Feminismo 2.0: a contribuição do ciberativismo para o movimento de mulheres e a importância do Marco Civil da Internet

Data de publicação: 19/12/12

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/19/feminismo-2-0-a-contribuicao-do-ciberativismo-para-o-movimento-de-mulheres-e-a-importancia-do-marco-civil-da-internet/>

Título: Ô da Poltrona, Você que está nos assistindo, se liga: Mulher não é objeto que se compra ou se toma à força!

Data de publicação: 26/12/12

Autoria: Patrícia Rodrigues

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/12/26/o-da-poltrona-voce-que-esta-nos-assistindo-se-liga-mulher-nao-e-objeto-que-se-compra-ou-se-toma-a-forca/>

Título: A mídia tradicional continua machista mesmo?

Data de publicação: 04/02/13

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/02/04/a-midia-tradicional-continua-machista-mesmo/>

Título: A luta das mulheres e o Marco Regulatório da Comunicação

Data de publicação: 12/02/13

Autoria: Laryssa Praciano

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/02/12/a-luta-das-mulheres-e-o-marco-regulatorio-da-comunicacao/>

Título: E o Marco Civil da Internet? A luta continua por uma internet Livre Democrática e Feminista!

Data de publicação: 27/02/13

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/02/27/e-o-marco-civil-da-internet-a-luta-continua-por-uma-internet-livre-democratica-e-feminista/>

Título: Lei de Crimes Cibernéticos e Lei Azeredo entram em vigor e o Marco Civil? Nada.

Data de publicação: 05/04/13

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/05/lei-de-crimes-ciberneticos-e-lei-azeredo-entram-em-vigor-e-o-marco-civil-nada/>

Título: Ai mídia, você me cansa

Data de publicação: 19/04/13

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/19/ai-midia-voce-me-cansa/>

Título: Ativismo feminista em redes digitais, parte 1: As nossas lutas, pelas nossas vozes

Data de publicação: 25/06/13

Autoria: Bruna Provazi

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/25/ativismo-feminista-em-redes-digitais-parte-1-as-nossas-lutas-pelas-nossas-vozes/>

Título: Seis passos para o jornalismo machista

Data de publicação: 05/08/13

Autoria: Thandara Santos

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/08/05/seis-passos-para-o-jornalismo-machista/>

Título: Regulamentar a comunicação pelo combate ao machismo no imaginário brasileiro

Data de publicação: 16/10/13

Autoria: Bruna Rocha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/16/regulamentar-a-comunicacao-pelo-combate-ao-machismo-no-imaginario-brasileiro/>

Título: Mídia machista: somos mulheres e não mercadoria

Data de publicação: 17/10/13

Autoria: Camila Paula

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/17/midia-machista-somos-mulheres-e-nao-mercadoria/>

Título: Feminismo e software livre

Data de publicação: 17/10/12

Autoria: Liliana Cruz | Tradução: Tica Moreno

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/17/feminismo-e-software-livre/>

Título: Marco civil Já, Feminismo nas Ruas e nas Redes até que todas sejamos livres

Data de publicação: 18/10/13

Autoria: Clareana Cunha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/18/marco-civil-ja-feminismo-nas-ruas-e-nas-redes-ate-que-todas-sejamos-livres/>

Título: Coletivo de Comunicadoras debate comunicação feminista

Data de publicação: 15/02/14

Autoria: Bruna Rocha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/02/15/coletivo-de-comunicadoras-debate-comunicacao-feminista/>

Título: Feminismo nas ondas do rádio

Data de publicação: 06/03/14

Autoria: Alessandra Ceregatti e Adriana Vieira

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/06/feminismo-nas-ondas-do-radio/>

Título: MMM em Moçambique realiza oficina de comunicação

Data de publicação: 16/05/2014

Autoria: Alessandra Ceregatti

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/16/mmm-em-mocambique-realiza-oficina-de-comunicacao/>

Título: Caldeirão do café: machismo sob medida nas telas da Globo

Data de publicação: 26/06/14

Autoria: Marília Sampaio

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/06/26/caldeirao-do-cafetao-machismo-sob-medida-nas-telas-da-globo/>

Título: Na Globo: homem branco hétero agencia brasileiras para estrangeiros

Data de publicação: 26/06/14

Autoria: Clara Fraga e Laís Paulo

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/06/26/na-globo-homem-branco-hetero-agencia-brasileiras-para-estrangeiros/>

Título: Por uma comunicação negra e feminista

Data de publicação: 23/07/14

Autoria: Bruna Rocha e Beatriz Vieira

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/07/23/por-uma-comunicacao-negra-e-feminista/>

Título: Violência contra as mulheres na Paraíba, manchetes e o “mandato de violação”: mesmo assim, continuamos em luta

Data de publicação: 01/07/15

Autoria: MMM Paraíba

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/07/01/violencia-contra-as-mulheres-na-paraiba-manchetes-e-o-mandato-de-violacao-mesmo-assim-continuamos-em-luta/>

Título: Revista Época: Misoginia e o vale-tudo na disputa política brasileira

Data de publicação: 26/08/15

Autoria: Bruna Rocha

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/08/26/revista-epoca-misoginia-e-o-vale-tudo-na-disputa-politica-brasileira/>

Título: A importância das mulheres ocuparem os espaços de comunicação: por uma comunicação feminista e popular

Data de publicação: 05/11/15

Autoria: Dalila Santos e Emille Cordeiro

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/05/a-importancia-das-mulheres-ocuparem-os-espacos-de-comunicacao-por-uma-comunicacao-feminista-e-popular/>

Título: Longe da autonomia, perto do patriarcado: viralizar o feminismo libertando nossas ferramentas

Data de publicação: 29/11/15

Autoria: Bruna Provazi

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/29/tao-longe-da-autonomia-tao-perto-do-patriarcado-viralizar-o-feminismo-libertando-nossas-ferramentas/>

Título: Por uma comunicação de esquerda e feminista na ocupação das escolas

Data de publicação: 10/12/15

Autoria: Fabiana Oliveira

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/12/10/por-uma-comunicacao-de-esquerda-e-feminista-na-ocupacao-das-escolas/>

Título: A cultura do estupro e a necessidade de democratização da mídia

Data de publicação: 19/01/16

Autoria: Clarissa Nunes e Elisa Maria

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/01/19/a-cultura-do-estupro-e-a-necessidade-de-democratizacao-da-midia/>

Título: Sobre um golpe patriarcal televisionado

Data de publicação: 18/04/2016

Autoria: Tica Moreno

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/18/sobre-um-golpe-patriarcal-televisionado/>

Título: Mídia machista, meu lar é o palanque

Data de publicação: 19/04/16

Autoria: Marília Sampaio

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/19/midia-machista-meu-lar-e-o-palanque/>

Título: A Veja, o machismo e o golpismo

Data de publicação: 25/04/16

Autoria: Paula Cervelin Grassi

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/25/a-veja-o-machismo-e-o-golpismo/>

Título: Por uma comunicação feminista e popular: notas sobre a ânsia dos likes, roubo de dados e autonomia

Data de publicação: 11/04/19

Autoria: Fabiana Oliveira

Link: <https://marchamulheres.wordpress.com/2019/04/11/por-uma-comunicacao-feminista-e-popular-notas-sobre-a-ansia-dos-likes-roubo-de-dados-e-autonomia/>

ANEXO 3: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Identificação: nome, idade e cidade.

Perguntas:

- 1) Você pode contar um pouco sobre como/quando se deu sua inserção no Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres?
- 2) Como você descreveria a dinâmica do Coletivo, citando quais você considera serem os pontos fortes e desafios para a atuação do grupo?
- 3) Qual é o papel da comunicação dentro do projeto feminista da Marcha Mundial das Mulheres?
- 4) Como a comunicação dialoga com as outras frentes de atuação da Marcha?
- 5) De maneira geral, como você vê o debate sobre comunicação nos movimentos sociais hoje?
- 6) Como você vê a influência da ascensão das redes digitais tanto no debate quanto nas práticas comunicativas dos movimentos sociais e populares?
- 7) A partir do acúmulo de discussão da Marcha, como podemos definir o que são os comuns?
- 8) A comunicação pode ser considerada uma experiência dos comuns?

ANEXO 4: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Formulário sobre a experiência de comunicação popular na MMM

As respostas enviadas aqui serão utilizadas para a pesquisa de mestrado "Experiências do comum na comunicação feminista: a comunicação popular da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)", desenvolvida por Fabiana de Oliveira Benedito, que também faz parte do Coletivo de Comunicadoras da MMM, como parte do mestrado desenvolvido no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

- Nome
- Sobrenome
- E-mail
- Local de atuação
- Cidade
- Estado

- Há quanto tempo você faz parte da Marcha Mundial das Mulheres?

- Conte um pouco sobre sua inserção na Marcha Mundial das Mulheres (quando e como aconteceu).

- Você faz parte do Coletivo de Comunicadoras? Se sim, há quanto tempo?

- Conte um pouco sobre sua inserção no Coletivo de Comunicadoras (quando e como aconteceu).

- Conte dois processos de comunicação que você vivenciou com a Marcha (descreva se era um evento da Marcha ou de mais organizações, quando aconteceu, onde aconteceu, quem estava presente, se havia outros movimentos, o que foi produzido, quais as características mais interessantes dessas experiências, quais foram os principais desafios e tudo mais que você julgar relevante para a construção de uma linha do tempo dos nossos principais processos organizativos).

- Você concorda que essas memórias sejam utilizadas na pesquisa "Experiências do comum na comunicação feminista: a comunicação popular da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)", desenvolvida por Fabiana de Oliveira Benedito, que também faz parte do Coletivo de Comunicadoras da MMM, como parte do mestrado desenvolvido no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).